

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS ORIENTAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LÍNGUA, LITERATURA E CULTURA
JAPONESA

ROBSON HIDEKI MORI

A construção do estereótipo positivo do estudante nipo-brasileiro

São Paulo

2022

ROBSON HIDEKI MORI

A construção do estereótipo positivo do estudante nipo-brasileiro

Versão Corrigida

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Língua, Literatura e Cultura Japonesa do Departamento de Letras Orientais, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientadora: Profa. Dra. Monica Setuyo Okamoto

São Paulo

2022

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação

Serviço de Biblioteca e Documentação

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

M854c Mori, Robson Hideki
A construção do estereótipo positivo do estudante nipo-brasileiro / Robson Hideki Mori; orientadora Monica Setuyo Okamoto - São Paulo, 2022.
153 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Letras Orientais. Área de concentração: Língua, Literatura e Cultura Japonesa.

1. Estudante nipo-brasileiro. 2. Estereótipo positivo. 3. Minoria modelo. I. Okamoto, Monica Setuyo, orient. II. Título.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): Robson Hideki Mori

Data da defesa: 06/12/2022

Nome do Prof. (a) orientador (a): Monica Setuyo Okamoto

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 12/02/2023

Monica Setuyo Okamoto

(Assinatura do (a) orientador (a))

MORI, Robson Hideki. A construção do estereótipo positivo do estudante nipo-brasileiro. 2022. 153 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dra. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dra. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Para Carmen, Nelson, Keiti e Patty

AGRADECIMENTOS

- à minha família pelo suporte desde sempre. Minha mãe Carmen, meu Pai Nelson, meu irmão Keiti e minha irmã Patrícia, sou muito grato pelo apoio de vocês;

- à Professora Monica Okamoto pela orientação sempre compreensiva, mesmo diante das dificuldades impostas pelo meu trabalho. Sou grato por não só ter aceitado o projeto de pesquisa, mas por ter acreditado nele, pelas aulas lecionadas e pelas referências indicadas. Devo muito a oportunidades que me abriu, com, entre outros convites, aos projetos de extensão universitária e a eventos;

- ao Mateus Nascimento, por ter me apresentado à professora Monica Okamoto. Somos companheiros junto ao Centro de Estudos Asiáticos da Universidade Federal Fluminense (CEA-UFF) – e, com muito orgulho, sinto que estamos avançando na construção maior dos estudos asiáticos no Brasil. Meu carinhoso abraço a todas e a todos os companheiros do CEA-UFF, em especial aos membros do GT-Japão;

- às professoras e aos professores que colaboraram na minha formação, desde a educação básica até o presente momento. Não somente na educação formal, mas como informal também.

- ao Professor Victor Kebbe pelas aulas qualitativas, pelas orientações para uma melhor dissertação e pelo aceite para a composição da banca. Minha admiração pela sua didática e pelo amplo conhecimento. Aproveito para parabenizar às plataformas Momonoki e Japanologia/ Associação Cultural e Esportiva Nipo Brasileira de São Carlos-SP (ACENB São Carlos), pelos cursos ofertados.

- ao Professor Gustavo Taniguti pelas orientações para a dissertação e pelo aceite para composição da banca. Sou grato pela atenção e pelo esforço em acompanhar a pesquisa, mesmo sem termos vínculo institucional.

- à Professora Lilian Yamamoto pelo aceite para a composição da banca e pelas sugestões, muito pertinentes, de correções.

- ao Professor Richard André, à Luana Ueno e ao Laboratório de Pesquisa sobre Culturas Orientais (LAPECO) pelos encontros e pelas reflexões proporcionadas que me auxiliaram na elaboração da dissertação.

- à Professora Leiko Matsubara Morales pelas aulas e ao Centro de Estudos Nipo-Brasileiros (CENB/Jinmonken) pelos eventos realizados, que auxiliaram na minha formação e nas reflexões de pesquisa.

- à Professora Mayara Araújo, ao Instituto Cultural Brasil-Japão, à Academia de História & Cultura Japonesa (ANBEHCJA-ICBJ) e à Midiásia pelos cursos ofertados que também colaboraram na produção da dissertação.

- à Professora Laís Miwa Higa pelas aulas. E deixo minhas saudações às amigas e aos amigos da comunidade okinawana-brasileira. Graças a vocês, fiquei atento à diversidade existente na imigração japonesa e okinawana no Brasil. Um grande abraço ao meu amigo Yuji Nakashima, por ter me apresentado a esse universo.

- ao professor Rogério Dezem pelas dicas e pelas observações que me foram dadas, sempre pensando questões atuais dos estudos japoneses.

- às professoras e aos professores das aulas da pós-graduação e dos cursos na educação formal, que me ajudaram a superar minhas defasagens de conhecimento. Cito aqui: Márcio Aguiar, Alexandre Uehara, Silvio Miyazaki, Masato Ninomiya, Shozo Motoyama (em memória) da Universidade de São Paulo (USP) e Kauê Otávio do Núcleo de Estudos Japoneses (NEJAP) da UFSC.

- às professoras e aos professores dos cursos na educação informal: Hugo Katsuo, Gabriela Shimabuko, Yuri Ifuku, Poroiwak.

- às entrevistadas e aos entrevistados nipo-brasileiros que responderam o formulário sobre as vivências no processo educacional.

- aos coletivos asiático-brasileiros pelos encontros e pelos espaços de acolhimento, que muito me ajudaram a refletir sobre a identidade nipo-brasileira. Em especial agradeço o grupo do qual participo, o Masculinidades Amarelas (MAAM). Estaremos sempre juntos e nos tornando melhores.

- aos meus amigos Willians Castilho Junior, Hadiji Nagao, Maico Wolfart pelo companheirismo e ajuda na solução de dúvidas da pós-graduação.

- ao meu amigo Alisson Gebrim Krasota por me ajudar e por me orientar, quando a pesquisa ainda era um pré-projeto de mestrado.

- ao meu amigo Ivo Lopes Yonamine pela atenciosa e prestativa revisão de texto;

- aos meus colegas professores e os professores da educação básica, que me apoiaram nesses momentos difíceis de sucateamento da nossa área de atuação.

Agradeço por fim, a todos e todas familiares, amigos e amigas, que compreenderam minha ausência nesse período.

Muito obrigado!!!

RESUMO

MORI, Robson Hideki. A construção do estereótipo positivo do estudante nipo-brasileiro. 2022. 145 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

A naturalização do bom desempenho educacional de estudantes nipo-brasileiros integra o imaginário nacional. Haja vista a associação direta, propomos identificar como o estereótipo positivo foi construído, consolidado e perpetuado. A hipótese é de que a expectativa gerada pelo estereótipo foi criada junto à narrativa de minoria modelo, em um contexto de suposta democracia racial no Brasil, e reforçada tanto por descendentes como não descendentes. A consolidação do estereótipo será averiguada pela exposição da representação que se faz do estudante nipo-brasileiro em obras celebrativas da imigração japonesa e nos jornais impressos, do período posterior à Segunda Guerra Mundial até o início do século XXI (década de 1970 a 2010). Entendemos que o estereótipo positivo influencia negativamente a construção identitária de parcela dos estudantes nipo-brasileiros que podem não atender à expectativa criada. O contraditório efeito do estereótipo sobre o perfil específico de estudante reflete a condição paradoxal de nipo-brasileiros no contexto das relações étnico-raciais do país: são indivíduos, ao mesmo tempo, temidos (perigo amarelo) e admirados (minoria modelo). Entender a construção, a consolidação e a perpetuação do estereótipo nas contínuas gerações de estudantes nipo-brasileiros nos faz questionar a interpretação, empreendida pelo senso comum, de grupo étnico-racial homogêneo e exemplar. Ademais, a reflexão do estereótipo de nipo-brasileiros colabora para o debate sobre a formação da identidade nacional e, derradeiramente, para necessária crítica à suposta democracia racial presente no país.

Palavras-chave: Estudante nipo-brasileiro; Estereótipo positivo; Minoria modelo

ABSTRACT

MORI, Robson Hideki. The construction of the positive stereotype of the Japanese-Brazilian student. 2022. 145 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

High educational performance achieved by Japanese-Brazilian students is deemed as “natural” within Brazilian overall mindset. In view of such direct association, this paper is aimed at identifying how that positive stereotype has been constructed, consolidated, and perpetuated. Our hypothesis is that expectations triggered by the same stereotype have been established with the model-minority narrative, in a context of an alleged Brazilian racial democracy, which in turn is reinforced both by Japanese descendants and non-descendants. The consolidation of such stereotypes will be validated by the exposure of representations of Japanese-Brazilian students, both in works celebrating Japanese immigration and in printed newspapers, from post-World War II until the early 21st century (1970s – 2010). For us, the positive stereotype plays a negative role on part of those Japanese-Brazilians who cannot meet such stereotyped expectations. The conflicting effects stemming from stereotypes on the specific student profile equally reflect Japanese-Brazilian’s dubious condition in ethnical-racial relations in the country: those individuals are simultaneously feared (“yellow peril”) and admired (“model minority”). Understanding the construction, the consolidation, and the perpetuation of this stereotype in ongoing generations of Japanese-Brazilian students leads us to question the interpretation, undertaken by common sense, according to which there is a homogeneous and exemplary ethnical-racial group. Furthermore, pondering on Japanese-Brazilian stereotypes contributes for discussing national cultural identity and, ultimately, criticizing an alleged Brazilian racial democracy.

Keyword: Japanese-Brazilian student; Positive stereotype; Model minority.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Gráfico sobre conclusão de ensino superior (raça/cor).....	31
Figura 2 - Características e legados dos japoneses	55
Figura 3 - depoimentos em obras celebrativas	61
Figura 4 - Reportagem sobre o novo mito do japonês aplicado	65
Figura 5 - Reportagem sobre suicídio entre estudantes japoneses	67
Figura 6 - Respostas "exóticas" de vestibulandos	69
Figura 7 - Título exalta o estereótipo positivo, mas a matéria apresenta contrapontos	71
Figura 8 - Estudantes como "tigres asiáticos"	75
Figura 9 - Reportagem sobre elite que vem da comunidade japonesa em São Paulo.....	77
Figura 10 - Reportagem sobre a alta taxa de amarelos aprovados no vestibular	80
Figura 11 - Reportagem sobre estudantes que concilia estudos e trabalho dentro da universidade.....	81
Figura 12 - Reportagem sobre valores educacionais de estudantes nipo-brasileiros.....	83
Figura 13 - Postagem da jornalista Rachel Sheherazade sobre cotas raciais nas universidades brasileiras.....	93
Figura 14 - Projeto gráfico sobre ofensas sofridas por asiático-brasileiros	116
Figura 15 - Ensaio fotográfico com frases frequentemente ouvidas pelas vítimas do preconceito I.....	118
Figura 16 - Ensaio fotográfico com frases frequentemente ouvidas pelas vítimas do preconceito II.....	119
Figura 17 - Reportagem sobre discriminação contra estudantes asiático-brasileiros	121

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	SOBRE O “SUCESSO” EDUCACIONAL DOS NIPO-BRASILEIROS	14
1.2	A CONSTRUÇÃO, CONSOLIDAÇÃO E PERPETUAÇÃO DO ESTEREÓTIPO POSITIVO DO ESTUDANTE NIPO-BRASILEIRO	17
1.3	SOBRE A POSIÇÃO DE NIPO-BRASILEIROS NO CONTEXTO ÉTNICO- RACIAL BRASILEIRO	21
2	DO PERIGO AMARELO À MINORIA MODELO (CRIAÇÃO).....	24
2.1	SOBRE O PROCESSO EDUCACIONAL DOS NIPO-BRASILEIROS	26
2.2	FATORES QUE OCASIONARAM O “SUCESSO” DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL	32
2.2.1	Papel do Estado japonês e brasileiro	32
2.2.2	Associativismo	33
2.2.2.1	Cooperativismo	34
2.2.2.2	Associações rotativas de crédito e poupança.....	36
2.2.3	Formação de lideranças	37
2.2.4	<i>Soft power japonês</i>.....	39
2.3	FUNDAMENTOS DO MITO DA MINORIA MODELO.....	42
2.3.1	O discurso de assimilação e de integração.....	45
2.3.2	<i>Nihonjiron</i>: uma possibilidade de explicação à construção do mito da minoria modelo 48	48
3	O ESTEREÓTIPO DO BOM ESTUDANTE NIPO-BRASILEIRO (CONSOLIDAÇÃO).....	58
3.1	A IMAGEM DO ESTUDANTE NIPO-BRASILEIRO NAS OBRAS CELEBRATIVAS DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL	58
3.2	A IMAGEM DO ESTUDANTE NIPO-BRASILEIRO NOS JORNAIS DO PÓS- GUERRA AO INÍCIO DO SÉCULO XXI – DÉCADA DE 1970 A 2010.....	64
3.3	“MATE UM JAPONÊS PARA ENTRAR NA USP”: RELATOS DE ESTUDANTES NIPO-BRASILEIROS.....	86
4	DESDOBRAMENTOS DO ESTEREÓTIPO POSITIVO DO ESTUDANTE NIPO-BRASILEIRO (PERMANÊNCIA?).....	89

4.1	A FLUÍDA CONDIÇÃO DOS NIPO-BRASILEIROS NAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO BRASIL.....	90
4.2	PENSANDO A IDENTIDADE NIPO-BRASILEIRA ATRAVÉS DO ESTEREÓTIPO POSITIVO	100
4.2.1	As tensões nas construções identitárias	101
4.2.2	Indícios de novas construções identitárias.....	106
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	125
6	REFERÊNCIAS	129
APÊNDICE A	– ENTREVISTAS SOBRE TENSÕES ÉTNICO-RACIAIS NO PROCESSO EDUCACIONAL 1.....	142
APÊNDICE B	– ENTREVISTAS SOBRE TENSÕES ÉTNICO-RACIAIS NO PROCESSO EDUCACIONAL 2.....	143
APÊNDICE C	– ENTREVISTAS SOBRE TENSÕES ÉTNICO-RACIAIS NO PROCESSO EDUCACIONAL 3.....	144
APÊNDICE D	– ENTREVISTAS SOBRE TENSÕES ÉTNICO-RACIAIS NO PROCESSO EDUCACIONAL 4.....	145
APÊNDICE E	– ENTREVISTAS SOBRE TENSÕES ÉTNICO-RACIAIS NO PROCESSO EDUCACIONAL 5.....	146
APÊNDICE F	– ENTREVISTAS SOBRE TENSÕES ÉTNICO-RACIAIS NO PROCESSO EDUCACIONAL 6.....	147
APÊNDICE G	– ENTREVISTAS SOBRE TENSÕES ÉTNICO-RACIAIS NO PROCESSO EDUCACIONAL 7.....	148
APÊNDICE H	– ENTREVISTAS SOBRE TENSÕES ÉTNICO-RACIAIS NO PROCESSO EDUCACIONAL 8.....	149
APÊNDICE I	– ENTREVISTAS SOBRE TENSÕES ÉTNICO-RACIAIS NO PROCESSO EDUCACIONAL 9.....	150
APÊNDICE J	– ENTREVISTAS SOBRE TENSÕES ÉTNICO-RACIAIS NO PROCESSO EDUCACIONAL 10.....	151
APÊNDICE K	– ENTREVISTAS SOBRE TENSÕES ÉTNICO-RACIAIS NO PROCESSO EDUCACIONAL 11.....	152

1 INTRODUÇÃO

O interesse em desenvolver esta pesquisa está relacionado à minha vivência educacional como nipo-brasileiro^{1,2} (“*sansei*”)³, com fenótipo bem demarcado (não sou miscigenado⁴). O estereótipo positivo esteve presente em minha vivência educacional, tanto no passado, enquanto era estudante, como também está presente agora, em minha atuação como professor nos colégios estaduais de educação básica em Curitiba pertencentes à Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED-PR).

Quando era estudante, não atingir notas altas ou não se comportar de forma contida geravam reações de surpresa na escola e na família. Já como professor, vivenciei experiências curiosas devido à minha ascendência. Cito, como exemplo, uma situação que ocorreu em um conselho de classe, quando fui cobrado, por outros professores e de forma “irônica”, sobre o mau desempenho de nota e de comportamento de um estudante nipo-brasileiro, sendo que eu não lecionava na turma dele e tampouco tinha qualquer relação de parentesco. Na ocasião escutei: “Você não cuida do seu filho, não? (risos)”.

Este breve relato que exemplifica a racialização do estudante nipo-brasileiro no ambiente escolar (e do professor nipo-brasileiro também) é um convite à reflexão sobre o estereótipo que recaem sobre aqueles alunos.

Conto também minha percepção trabalhando na equipe multidisciplinar responsável pela formação continuada voltada para a educação das relações étnico-raciais do colégio onde leciono. A experiência me confirmou a ausência de debate sobre questões étnico-raciais na formação inicial de profissionais da educação, desde professores, passando pela direção e pela

¹ A análise tratará especificamente de descendentes de japoneses, não contemplando outras etnias leste-asiáticas, tais como descendentes de chineses, sul e norte coreanos, taiwaneses. Ressaltamos a diversidade existente entre as etnias, muitas vezes tratadas como um todo homogêneo pelo senso comum. Atentamos também para a diversidade dentro do próprio grupo de imigrantes japoneses, a exemplo da diferença entre os imigrantes vindos do Japão e de Okinawa (atualmente província japonesa), por exemplo.

² Utilizamos o termo “nipo-brasileiro”, devido à sua consolidação dentro das pesquisas acadêmicas; entretanto, é necessário ponderar que os termos acadêmicos podem não gerar identificação por parte do grupo ou indivíduos estudados. Trataremos da questão da identidade posteriormente (ver Capítulo 4.2.2)

³ Existem termos para classificar as diferentes gerações de descendentes de japoneses que nasceram fora do país ancestral. O termo “*issei*” é utilizado para referir-se ao imigrante japonês nascido em solo japonês, isto é, de primeira geração (o elemento prefixal -i significa primeira e sei é referente a geração). “*Nissei*” refere-se ao filho do *issei* (segunda geração); *sansei* é o neto (terceira geração); *yonsei* é o bisneto (quarta geração) e assim por diante.

⁴ Tanto eu, meu pai, minha mãe, avós e avôs temos características físicas comuns a pessoas do leste asiático.

secretaria, e até agentes de limpeza, e assim por diante. Muitos professores se inscrevem, por exemplo, no curso de formação tentando entender como exercitar conteúdo de cultura e história de indígenas e de negros no plano de aula dos seus componentes curriculares. Outra experiência foi a participação nas edições do Fórum Permanente de Educação e Diversidade Étnico-Racial do Paraná (FPEDE), nas quais me inscrevi em oficinas e palestras sobre educação étnico-racial.

Através dessas experiências, observei certa ausência de discussões sobre pessoas amarelas na educação étnico-racial. A falta deste conteúdo específico se demonstra tanto na formação inicial, quanto na formação continuada de profissionais da educação. Compreender especificamente como amarelos (nesta dissertação, os nipo-brasileiros) se situam nas relações étnico-raciais colabora para pensarmos, de forma mais crítica, o contexto nacional, em geral ainda muito apegado à suposta ideia de “democracia racial”. Acredito que a atual pesquisa aqui apresentada possa vir a contribuir para a desconstrução dessa suposição, ao especificar como nipo-brasileiros se identificam e como são identificados em relação a outros grupos étnico-raciais. O conteúdo produzido na dissertação pode vir a ser utilizado, tanto na formação de docentes, como, ainda, na elaboração de livros didáticos para a educação, especialmente a básica.

Tenho consciência de que ainda há muito a explorar na discussão sobre o posicionamento de nipo-brasileiros (e amarelos em geral) nas relações étnico-raciais no Brasil. Ao senso comum ainda causa certo estranhamento falar sobre discriminação contra amarelos, sendo que estes são diretamente lembrados como, por exemplo, pertencentes à elite econômica do país. Diante disso, a dissertação tem por objetivo contribuir, mesmo que de forma simples, para a criação de novas reflexões sobre as complexas relações étnico-raciais existentes no Brasil.

1.1 SOBRE O “SUCESSO” EDUCACIONAL DOS NIPO-BRASILEIROS

No Brasil, o senso comum e o discurso de cunho discriminatório tendem a naturalizar a relação entre, de um lado, bom desempenho educacional e, de outro, estudantes nipo-

brasileiros. É uma perspectiva que se assemelha ao determinismo biológico⁵ uma vez que entende certas características como inatas. Essa relação determinista permeia o imaginário da população brasileira. É problemática, pois desconsidera a existência de estudantes nipo-brasileiros que não se encaixam na expectativa estimada. Segundo Demartini (2010), apesar do longo período desde a chegada e da inserção de imigrantes japoneses e seus descendentes na sociedade brasileira, ainda pairam discriminações, ora sutis, ora explícitas. Nesse preconceito, encontram-se, a respeito de estudantes nipo-brasileiros, afirmações habituais, nos meios estudantis, sobre a superioridade intelectual e, portanto, sobre a maior facilidade em conseguirem vagas para estudar nas universidades.

Jeffrey Lesser (2008, p. 46) comenta sobre a questão:

(...) o vínculo os nikkeis⁶ e os bons resultados acadêmicos era forte. A revista semanal IstoÉ observou de forma irônica, em 1979, que pré-vestibulares para alunos do segundo grau com frequência mostravam nipo-brasileiros em sua publicidade. Na medida em que os nikkeis de nível educacional elevado ganhavam visibilidade como um “outro racial”, piadas grosseiras começavam a circular: “Garanta seu lugar na Universidade de São Paulo amanhã: mate um japa hoje” era uma delas, enquanto outra, grafitada nos banheiros das universidades, dizia: “Enquanto você está aí cagando, tem um japonês estudando”.

Curiosamente, as “piadas” ainda continuam sendo proferidas atualmente e não são compreendidas como discriminação pela maioria da população (nem mesmo por parcela significativa dos próprios nipo-brasileiros).

Entretanto, estudos que abordam o tema da educação dos descendentes de japoneses no Brasil demonstraram ser possível desconstruir a naturalizada relação, empreendida pelo senso comum, entre, de um lado, elevado desempenho escolar e de outro lado, nipo-brasileiros. São estudos que analisam fatores que favorecem o “sucesso” educacional do grupo étnico-racial (CAMACHO, 2012; CANTO, 2008; OKAMOTO, 2018, 2021; SETOGUTI, 2008; SHIBATA, 1997, 2009, 2012, 2016). Segundo essas pesquisas, a transmissão de certos valores japoneses entre as gerações de imigrantes e os descendentes seria um dos fatores; e a consequência desse processo foi a elevada presença de estudantes

⁵ Remete à teoria do evolucionismo social, que utilizava características físicas das populações para explicar o desenvolvimento civilizatório. As populações brancas eram classificadas como superiores em uma escala hierarquicamente de evolução das sociedades.

⁶ “*Nikkei*” é o termo utilizado para referir-se a descendentes de japoneses fora do Japão. O uso do termo é contextual, pois nem todos se identificam como tal (ver Capítulo 4.2.2).

nipo-brasileiros nas universidades (BELTRÃO, 2005; BELTRÃO; SUGAHARA; KONTA, 2008). Creditamos os trabalhos citados como primordiais para nossa pesquisa, pois, de fato, explicam parte dos motivos que geram o bom desempenho educacional de japoneses e de descendentes. Além disso, também puderam, indiretamente, desenvolver reflexões sobre como ocorre a construção do estereótipo positivo⁷ do estudante nipo-brasileiro na educação.

Todavia, segundo Monica Okamoto (2018), faz-se necessário atentar para o fato de que os valores culturais – importados do Japão e que justificariam o “sucesso” educacional de nipo-brasileiros no Brasil – não são apenas simplesmente reproduzidos pelos imigrantes japoneses e seus descendentes no país. Para a autora, os valores originários de um contexto ultranacionalista japonês passaram por uma releitura e por uma ressignificação, uma vez que se deslocam para um contexto outro. A ideologia ultranacionalista japonesa foi transposta ao Brasil através de livros didáticos usados nas escolas comunitárias das colônias japonesas. Os valores foram ressignificados em solo nacional brasileiro, com parte dos nipo-brasileiros entendendo que os princípios morais japoneses adquiridos pela educação seriam valores fundamentais e superiores aos de outras etnias. Os valores explicariam, por si, os motivos de nipo-brasileiros serem exemplares “bons cidadãos”, bem como a razão de serem indivíduos com tanto êxito educacional, comparado a outros grupos. Atenta-se também que a ideologia ultranacionalista japonesa é constituída por preconceitos de tipo racial, social e de gênero, apresentando características bastante problemáticas.

Okamoto (2021) explica que a interpretação de “sucesso” educacional por parte de parcela dos nipo-brasileiros pode consolidar um discurso de viés meritocrático, que se vale da prevalência da questão social em detrimento da racial. Esse entendimento pode ser prejudicial tanto a outros grupos étnicos minoritarizados (como os afrodescendentes) como ao próprio grupo nipo-brasileiro.

Destacar somente o bom desempenho educacional tende a criar expectativas estereotipadas sobre estudantes nipo-brasileiros, além de estabelecer uma falsa-simetria, quando se comparam estudantes de outras etnias (OKAMOTO, 2021). Corroboramos com essa crítica, entendendo o estereótipo positivo do estudante nipo-brasileiro como possível

⁷ Entendemos o “estereótipo” como termo que designa opiniões, ou mesmo convicções, preconcebidas acerca de indivíduos ou de grupos, de forma simplificada e contraditória (SEYFERTH, 1994). Uma pesquisa de referência sobre estereótipo positivo e negativo de nipo-brasileiros é a dissertação de Maria Juliana Konigame (2011), na qual se discorre sobre como o grupo pode ser, igualmente, visto de forma positiva na sociedade brasileira, mas de forma negativa na sociedade japonesa, dentro do contexto de imigração de mão de obra temporária (movimento “decasségui”, a ser explicado posteriormente).

instrumento de análise para pesquisa e para parte da criação da interpretação meritocrática de sucesso na educação dos nipo-brasileiros.

Por inspiração da análise feita por Edward Telles (2003a; 2003b)⁸, utilizaremos o estereótipo positivo do estudante nipo-brasileiro, para pensarmos sobre a condição dos nipo-brasileiros em dois contextos principais: tanto o contexto das relações de poder socioeconômico na sociedade brasileira, (relações verticais), quanto o contexto das relações de sociabilidade (relações horizontais).

Entendemos que problematizar o estereótipo nos permite pensar a ambígua, e fluida, condição dos nipo-brasileiros dentro das relações étnico-raciais no país. Isso porque a condição é construída em contraposição a outros grupos étnico-raciais, bem como leva a refletir sobre a conflituosa construção identitária desses indivíduos. Portanto, avistamos que a reflexão pode tanto fomentar crítica a suposta democracia racial⁹ ainda presente no Brasil, como também pode colaborar com o debate sobre a multiplicidade, dentro da própria identidade nipo-brasileira.

1.2 A CONSTRUÇÃO, CONSOLIDAÇÃO E PERPETUAÇÃO DO ESTEREÓTIPO POSITIVO DO ESTUDANTE NIPO-BRASILEIRO

O objetivo geral desta pesquisa é identificar como o estereótipo positivo do estudante nipo-brasileiro foi construído, consolidado e perpetuado.

Entenderemos, primeiramente, a construção do estereótipo positivo dos japoneses e descendentes de forma geral; e, posteriormente, o estereótipo positivo específico do estudante nipo-brasileiro.

A consolidação do estereótipo será averiguada pela exposição da representação que se faz do estudante nipo-brasileiro em obras celebrativas da imigração japonesa e nos jornais

⁸ Ressaltamos que a presente pesquisa não constitui uma tentativa de aplicação da teoria do autor, mas que o modelo teórico serviu de inspiração para reflexões nossas. A mesma indicação serve para outros autores estrangeiros citados ao longo do texto. Temos consciência de que toda produção de autoria estrangeira e sua análise exercem influência do contexto do país de origem e de que utilizá-las pode trazer tanto vantagens quanto desvantagens. Acima de tudo, atentamos que qualquer tentativa de aplicação direta de teorias estrangeiras em contexto nacional, de forma a desconsiderar a especificidade local, é errônea. Não obstante, os modelos externos podem, e devem, nos ajudar a refletir.

⁹ O termo “democracia racial” tem caráter polissêmico. Em nossa pesquisa nos referimos ao termo no sentido de invisibilização das desigualdades raciais no Brasil (para outros sentidos de uso do termo ver GUIMARÃES, 2019).

impressos do período posterior à Segunda Guerra Mundial até o início do século XXI (década de 1970 a 2010). As obras celebrativas escolhidas foram produzidas no ano de 2008, quando se comemorou o centenário da imigração japonesa no Brasil. Ao analisar as obras, notamos a formação de um discurso, por parte dos próprios descendentes dos imigrantes japoneses. É discurso no qual se caracteriza o sucesso educacional dos indivíduos do grupo, de forma a destacar o estereótipo positivo do estudante nipo-brasileiro. De modo distinto, percebemos que esse movimento de exaltação do sucesso educacional também parte dos não descendentes, conforme observado em análise da mídia impressa¹⁰.

A consolidação será também aferida pela análise de entrevistas etnográficas que apresentam relatos de estudantes nipo-brasileiros, nos quais se expressa como a expectativa do estereótipo positivo pode afetá-los na vivência educacional.

A perpetuação do estereótipo será problematizada em um último momento, no qual propomos a reflexão de como um estereótipo entendido como positivo pode, contraditoriamente, exercer efeito negativo para o próprio grupo rotulado e, ainda, para outros grupos.

Espera-se com esta pesquisa:

- Contextualizar a chegada dos imigrantes japoneses ao Brasil e sua posterior ascensão, acompanhando de que forma ocorre a mudança do estereótipo negativo do perigo amarelo, para o estereótipo positivo de minoria modelo.

- Demonstrar o reforço do estereótipo positivo que ocorre tanto por parte dos nipo-brasileiros, como por parte dos não descendentes.

- Entender a condição paradoxal (admiração e preconceito) dos nipo-brasileiros nas relações étnico-raciais vistos como parte de uma suposta “democracia racial” pelo senso comum. A contradição existente relaciona-se à condição de minoria modelo a ser seguida e respeitada, mas que convive com discriminações diárias no cotidiano, por vezes remetendo ao perigo amarelo.

- Propor a reflexão sobre a construção identitária de nipo-brasileiros como múltipla. Não se busca negar a existência de padrões comuns de comportamento, mas dar visibilidade a heterogeneidade existente daqueles que não se encaixam na expectativa esperada.

Para esta dissertação, em resumo, dividimos a pesquisa nos seguintes capítulos.

¹⁰ O contexto pandêmico da COVID impossibilitou a visita presencial a redações. Devido às restrições, optamos pela escolha dos jornais Folha de São Paulo e Estado de São Paulo, que viabilizam o acesso ao acervo virtual de forma remota. Na consulta ao acervo, como metodologia utilizamos a ferramenta de busca de palavras-chave com os termos “japoneses”, “vestibular” para filtrar as edições com conteúdo pertinente a pesquisa. Uma vez selecionadas as edições, foi feita a interpretação de conteúdo de texto e imagem (ver Capítulo 3.2).

Capítulo 1: Introdução – Situamos a relação do pesquisador e tema, explicando, brevemente, o objetivo da pesquisa e a sua relevância.

Capítulo 2: Do perigo amarelo à minoria modelo (construção) – Explicamos a criação do estereótipo positivo do estudante nipo-brasileiro a partir da mudança da percepção negativa (perigo amarelo) para a positiva (minoria modelo). O capítulo é dividido em subseções:

Capítulo 2.1: Sobre o processo educacional dos nipo-brasileiros – Enfatizamos o papel da educação, para que os imigrantes japoneses e seus descendentes passassem a ser entendidos como um exemplo de “sucesso” a ser seguido pelo restante da sociedade brasileira.

Capítulo 2.2: Fatores que ocasionaram o “sucesso” da imigração japonesa no Brasil – Desenvolvemos uma análise ampla de explicação do “sucesso” da imigração japonesa. Para além de valores culturais, como educação, existem outros fatores condicionantes para a ascensão de japoneses e descendentes no Brasil. Os fatores listados compõem as subseções: Cap. 2.2.1 – Papel do Estado japonês e brasileiro; 2.2.2 – Associativismo; Cap. 2.2.3 – Formação de lideranças; Cap. 2.2.4 – *Soft power* japonês.

Capítulo 2.3: Fundamentos do mito da minoria modelo – Notamos a adoção da ideia de minoria modelo por parte de parcela dos nipo-brasileiros estruturando a narrativa de “sucesso” da imigração japonesa. Partimos da hipótese de explicação do porquê deste posicionamento nas subseções.

Capítulo 2.3.1: O discurso de assimilação e integração – Dissertamos sobre o discurso de assimilação e integração dos descendentes de imigrantes japoneses dentro de um contexto de exaltação da democracia racial no Brasil.

Capítulo 2.3.2: *Nihonjiron*: uma possibilidade de explicação à construção do mito da minoria modelo – Sugerimos que o conceito de “*nihonjinron*” poderia explicar o motivo de parte dos nipo-brasileiros adotarem a ideia de uma jornada de “sucesso”, para além do discurso de assimilação e de integração. O estereótipo positivo do estudante nipo-brasileiro seria parte dessa narrativa.

Capítulo 3: O estereótipo do bom estudante nipo-brasileiro (consolidação) – Tratamos da consolidação do estereótipo no imaginário nacional que parte tanto dos descendentes de japoneses, como dos não descendentes. O capítulo é dividido em subseções:

Capítulo 3.1: A imagem do estudante nipo-brasileiro nas obras celebrativas da imigração japonesa – Ilustramos, através do conteúdo de livros editados durante as comemorações do centenário da imigração, como foi consolidada, no senso comum por

descendentes, a naturalização do bom comportamento e do desempenho educacional dos japoneses e dos descendentes.

Capítulo 3.2: A imagem do estudante nipo-brasileiro nos jornais do pós-guerra ao início do séc. XXI – década de 1970 a 2010 – Ilustramos, através do conteúdo de jornais impressos, como foi consolidada, no senso comum por não descendentes, a naturalização do bom comportamento e do desempenho educacional dos japoneses e dos descendentes.

Capítulo 3.3: “Mate um japonês para entrar na USP”: relatos de estudantes nipo-brasileiros – Apresentamos depoimentos de pesquisas etnográficas sobre o estereótipo positivo do estudante nipo-brasileiro. Observamos, nessas experiências, que o estereótipo pode causar impactos negativos.

Capítulo 4: Desdobramentos do estereótipo positivo do estudante nipo-brasileiro (perpetuação?) – Finalizamos problematizando sobre a perpetuação do estereótipo positivo. O capítulo é dividido em subseções:

Capítulo 4.1: A fluída condição dos nipo-brasileiros nas relações étnico-raciais no Brasil – Refletimos o quanto os nipo-brasileiros assumem uma posição paradoxal nas relações étnico-raciais: ora como próximos aos “brancos”, ora como “não brancos” dependendo do contexto. A figura do estudante nipo-brasileiro ilustra isso, pois apesar de ser entendido como exemplo de comportamento e de desempenho a ser seguidos (mas, também, temido), as discriminações ainda são permanentes no cotidiano educacional.

Capítulo 4.2: Pensando a identidade nipo-brasileira através do estereótipo positivo – Apontamos estudos que demonstram uma pluralidade de formas de construção identitária entre os nipo-brasileiros.

Capítulo 4.2.1: A construção identitária da geração *nissei* ocorre de forma diferente da geração *issei*, pois se viam entre duas nacionalidades: a brasileira e a japonesa. Assim, notamos que parte da geração *nissei* se esforçou para assumir uma autêntica identidade brasileira, contrariando a formação do “espírito japonês” desejado pelos *issei*. Nesse processo, alguns *nissei* enxergam a educação no sistema escolar brasileiro como meio de se afirmarem brasileiros, de forma que o sucesso educacional acaba por elevá-los a condições de lideranças nipo-brasileiras e a personificar o estereótipo do bom estudante nipo-brasileiro.

Capítulo 4.2.2: Propomos a reflexão de como o estereótipo positivo do estudante nipo-brasileiro expõe tanto um tipo de construção identitária estruturada na suposta integração harmoniosa e de “sucesso” na sociedade brasileira, quanto, ao mesmo tempo, demonstra emergir outro tipo de identidade nipo-brasileira questionadora sobre desigualdades e discriminações.

Capítulo 5: Considerações finais – Retomamos brevemente os capítulos da dissertação e salientamos como o estereótipo positivo do estudante nipo-brasileiro serviu tanto para pensar a condição paradoxal dos nipo-brasileiros nas classificações étnico-raciais, quanto para o surgimento de construções identitárias questionadoras ao estereótipo.

1.3 SOBRE A POSIÇÃO DE NIPO-BRASILEIROS NO CONTEXTO ÉTNICO-RACIAL BRASILEIRO

As reflexões apresentadas nessa dissertação têm início na especialização em Sociologia da Educação realizada no ano de 2017. Na ocasião se produziu um artigo não publicado intitulado “Tensões étnico-raciais no processo educacional: relatos autobiográficos de estudantes asiático-brasileiros”. A metodologia escolhida foi a utilização de relatos autobiográficos para problematizar as relações étnico-raciais que permeiam o processo educacional.

O relato autobiográfico pode ser entendido como recurso metodológico com potencial bastante fecundo, uma vez que mobiliza indivíduos a narrarem/pensarem suas memórias relativas à diversidade étnico-racial. Fundamentamos que os relatos autobiográficos são relatos de história de vida. Para Chizotti (2006), a história de vida é um instrumento que privilegia a coleta de informações contidas na vida pessoal de um ou de vários informantes. A história pode ser autobiográfica, em que se relatam percepções pessoais, sentimentos íntimos que marcam experiências e acontecimentos vividos no contexto da trajetória de vida.

No contexto de pesquisas, a metodologia de história de vida tende a romper com a ideologia da biografia modelar de outras vidas. Os trajetos pessoais são tratados no contexto das relações pessoais e definem-se como relatos práticos das relações sociais. Por essa razão, os relatos coletados¹¹ na pesquisa da especialização de 2017 são retomados na presente dissertação como também relatos de outras pesquisas etnográficas.

¹¹¹¹ Os relatos autobiográficos foram coletados por formulário *online* (ver apêndice A, B, C, D, E, F, G, H, I, J, K) da plataforma Google Forms, através da divulgação na rede social Facebook nos grupos *Perigo Amarelo; Asiáticos pela diversidade*; e *Estudos asiático-brasileiros*. As respostas foram realizadas entre o período do dia 5/11/2017 a 7/11/2017. O formulário foi dividido em três seções: perguntas para coleta de dados do perfil da entrevistada ou entrevistado; perguntas sobre questionamentos étnico-raciais durante o período de escolaridade (dados quantitativos); e espaço para o relato de vivência (dados qualitativos).

Após concluirmos a especialização, algo que instigava incômodo era o fato de termos proposto discutir sobre discriminações contra asiático-brasileiros, mas sem tratar, apropriadamente, da posição que nipo-brasileiros ocupam nas relações étnico-raciais no Brasil. Pairavam questionamentos deste feito: “Como falar sobre discriminações contra nipo-brasileiros sendo que estes se encontram nas classes sociais mais altas não sofrendo das desigualdades que outras minorias étnico-raciais como negros e indígenas enfrentam?”.

Portanto, pareceu-nos muito oportuno ter maior contato com os estudos sobre desigualdades raciais nas disciplinas do programa de mestrado. Um dos estudos que inspira nossa pesquisa é o de Edward Telles (2003a; 2003b), que parte do pressuposto da existência de duas gerações na história dos estudos sobre relações étnico-raciais no Brasil.

A primeira geração enfatiza a mistura racial, sustentando a tese da democracia racial (relações raciais harmônicas). Diferentemente de outros países, o Brasil incluía negros através da miscigenação. Essa geração tem como expoente o autor Gilberto Freyre (2003), com estudos sobre as regiões norte e nordeste do Brasil. Enfatizou-se a sociabilidade das relações sociais entre pessoas da mesma classe social tratando-se de temas afins, tais como casamento interracial e segregação residencial. Telles classifica essas relações como “relações sociais horizontais” (TELLES, 2003a, 2003b).

Por sua vez, a segunda geração enfatiza a exclusão racial, sustentando a democracia racial como mito¹² e entendendo que racismo, no Brasil, seria generalizado. Os estudos tiveram a liderança de Florestan Fernandes (2008) e se centraram mais nas regiões sul e sudeste do Brasil. Essa geração de pensadores enfatizou a desigualdade e a discriminação racial, que Telles classificaria como “relações sociais verticais”. São verticais, pois se estabelecem entre pessoas de classe social diferente e implicam relações de poder socioeconômico, medidas em desigualdades diversas, tais como educação, emprego e renda (TELLES, 2003a, 2003b).

A diferença entre as duas gerações levou Telles a propor uma análise das relações étnico-raciais que consiga tratar tanto das relações verticais quanto das horizontais. Inspirados por essa proposta, analisaremos como os nipo-brasileiros se posicionam em ambas as relações – as horizontais e as verticais –, dentro do contexto nacional.

De certa forma, trabalharemos em duas frentes, invertendo a ordem cronológica, para fins metodológicos: 1) em um primeiro momento, será efetuada a revisão bibliográfica de pesquisas mais próximas à ciência política e à sociologia (capítulo 2), para compreender a

¹² “Mito”, aqui, no sentido negativo, isto é, como farsa, falácia, ou mesmo mentira.

ascensão social dos nipo-brasileiros relacionado a fatores econômicos e de poder (relações verticais); 2) em um segundo momento, será efetuada a revisão bibliográfica de pesquisas mais próximas à antropologia (capítulo 4), para compreender as discriminações vivenciadas no cotidiano (relações horizontais).

Adiantamos, aqui, que esse duplo esforço de análise proporcionou uma reflexão na qual sugerimos a existência de uma condição paradoxal dos nipo-brasileiros nas relações étnico-raciais: ora são lidos como “brancos” em determinados contextos (modelo de minoria de sucesso a ser seguido), ora como “não brancos” (discursos eugenistas contrários à imigração, políticas de nacionalização forçada do Estado Novo, discriminações cotidianas entendidas como “piadas”, agressões na pandemia do COVID). Pela análise das relações verticais, que parte da desigualdade criada pelas relações de poder socioeconômico, os nipo-brasileiros estão acima na hierarquia racial; contraditoriamente, eles se colocam abaixo na análise das relações horizontais, em que notamos que a socialização é tensionada, visto que as interações sociais nem sempre são harmoniosas. Ressaltamos, dessa maneira, como as classificações raciais no contexto brasileiro são ambíguas e fluídas, o que é sugerido pela análise sobre os nipo-brasileiros. Partimos da hipótese geral de que a expectativa gerada pelo estereótipo foi criada junto à narrativa de minoria modelo em um contexto de suposta democracia racial no Brasil e reforçada tanto por descendentes como não descendentes. Outras hipóteses subjacentes são: notada a mudança de interpretação da visão sobre os nipo-brasileiros de “perigo amarelo” para “minorias modelo”, observamos que a mobilidade adquirida ocorre pela ascensão econômica (relações verticais) do grupo. Todavia, esta mobilidade passa a ser instrumentalizada pela branquitude (BENTO, 2002) e por parcela de nipo-descendentes. Os membros do grupo passam a ser entendidos e a se entenderem como bem-sucedidos e muito próximos aos “brancos”. Porém, ao considerar a integração na sociabilidade do dia a dia (relações horizontais) de imigrantes japoneses e descendentes junto à sociedade majoritária brasileira, observamos que não se trata de um processo harmonioso, tal qual sustentado pela ideia de democracia racial (FREYRE, 2003) e vigente no senso comum (também e reforçado por parcela dos nipo-brasileiros).

Para a compreensão dessa complexa, e contraditória, posição na qual os nipo-brasileiros se encontram nas relações étnico-raciais no Brasil, faz-se necessário, preliminarmente, acompanhar dois fenômenos principais: a história da imigração japonesa no país; e como esse grupo se relaciona, se identifica e é identificado pelos demais. Faremos esse exercício no capítulo seguinte.

2 DO PERIGO AMARELO À MINORIA MODELO (CRIAÇÃO)

Para o senso comum, pensar a imigração japonesa no Brasil é reconhecer uma trajetória de “sucesso”, mediante uma série de desafios impostos aos imigrantes em terras tão diferentes a originárias, uma verdadeira “epopeia”. Apesar do caráter de superação da narrativa, alertamos ser necessário muita atenção por parte de pesquisadores, para compreender como efetivamente se deu a trajetória e afim de não cometer o equívoco de invisibilizar questões pertinentes.

O registro de chegada dos imigrantes japoneses ao Brasil e as dificuldades enfrentadas em solo diferente da terra natal foram documentados pelos próprios imigrantes. São registros essenciais para o entendimento da fundação e crescimento das colônias japonesas no país, mas devem ser lidos com as devidas cautelas e ressalvas, por serem obras de caráter memorialista.

Apesar da atual interpretação de “sucesso” de assimilação e de integração dos imigrantes japoneses e descendentes, existe bibliografia que trata como a impressão inicial acerca deles foi negativa e como sua chegada não era benquista. A visão negativa permaneceu mesmo após a sua chegada em maior ou menor intensidade. A seguir, brevemente citamos momentos em que pairavam, sobre o grupo, impressões negativas.¹³

Os imigrantes japoneses já eram vistos ora como “exóticos”: por vezes, como uma ameaça, o chamado “perigo amarelo”, mesmo no período prévio ao ingresso chegada no país. O discurso de intelectuais e de políticos influenciados pelas teorias do racismo científico temiam a chegada daqueles indivíduos, pois atrapalhariam o projeto de formação de uma população nacional baseada na branquitude, devido ao suposto caráter homogêneo – e, portanto, inassimilável – dos imigrantes. Nesse sentido, os japoneses eram comparados a “enxofre” e a “quistos étnicos”¹⁴ (DEZEM, 2005; LESSER, 2001; NETO SHIRAIISHI, SHIRAIISHI, 2016; OKAMOTO, 2016; TAKEUCHI, 2016; UENO, L. M., 2019).

¹³ Devido ao fato de a bibliografia já produzida contemplar de forma qualitativa a questão dos momentos de discriminação na imigração japonesa no Brasil, optamos mais por apontar e destacar o que já se foi estudado.

¹⁴ É preciso levar em consideração a complexidade do debate sobre a entrada, ou não, dos imigrantes japoneses ao longo da imigração. Apesar da forte discriminação embasada em teorias do racismo científico, ainda existiam aqueles favoráveis à chegada dos imigrantes. Enxergavam os japoneses como uma mão de obra mais dócil, trabalhadora e até como uma força de trabalho “não branca” mais próxima à aos brancos, do que de indígenas e de negros. A discussão foi demasiada complexa e continua apresentando os dois lados de interpretação com maior ou com menor influência, de acordo com o período histórico.

Isso, contudo, não impediu a imigração; e, com o transcorrer dela, o discurso discriminador foi tomando forma mais agressiva, com momentos de grande intensidade. Citem-se o período da Constituinte de 1934 (HAYASHI, 2022; LEÃO, 1989; NETO SHIRAIISHI, SHIRAIISHI, 2016; TAKEUCHI, 2008, 2016; UENO, L. M., 2019) e da Segunda Guerra Mundial, quando Brasil e Japão se posicionaram de lados opostos (NUCCI, 2000; SHIZUNO, 2010; TAKEUCHI, 2002, 2007, 2008, 2016). Mesmo após a Guerra, os conflitos internos dentro da colônia entre os grupos vitoristas e derrotistas (respectivamente, *kachigumi* e *makegumi*)¹⁵ mantiveram como negativa a percepção sobre os imigrantes japoneses no país, exigindo tempo, tanto para que se obtivesse a conciliação entre os grupos, como para que a imagem negativa fosse superada (CARVALHO, 2017; DEZEM, 2000; HATANAKA, 2002; MIWA, 2010).

Apesar dos momentos explícitos de discriminação e de preconceitos ocorridos na história, atualmente a imagem que se tem dos imigrantes japoneses e descendentes é muito positiva. Isso não acontece somente no contexto brasileiro, mas com a imigração japonesa em outros países também como no Chile, por exemplo¹⁶ (HARADA, 2009; MOTOYAMA, 2011).

Dentro do contexto estadunidense, a positivação dos descendentes de asiáticos foi amplamente estudada, e podemos citar as obras das autoras Jeniffer Lee e Min Zhou (2015). Elas utilizam o conceito de “minorias modelo” para explicar a ascensão dos asiático-estadunidenses nas relações étnico-raciais nos Estados Unidos da América¹⁷. As autoras afirmam que a cultura e *status* étnico-racial contam para o sucesso do grupo, mas não são os fatores únicos, nem essenciais. Lee e Zhou apontam mudanças nas leis migratórias na década de 1960, as quais permitiram a entrada de imigrantes de nível educacional alto e acarretaram uma “hiperseletividade” deles. Eram indivíduos que possuíam histórico acadêmico e

¹⁵ É necessário cuidado para não classificar os imigrantes japoneses e descendentes nesse período de forma binária. Existem gradações entre as duas classificações polarizadas, quando notadas negociações e estratégias para socialização dentro das colônias. Um exemplo é o de um “derrotista” se fingir de “vitorista”, para garantir seu emprego, visto o posicionamento do patrão – e vice-versa. Análises taxativas de forma simplista podem reproduzir o comportamento errôneo de autoridades do Estado brasileiro, as quais tomaram medidas arbitrárias de repreensão aos imigrantes, daí se reforça a necessidade de análise com devido cuidado. Para além disso, sobre o período histórico, fatores nada desprezíveis, tais como a cobertura sensacionalista da mídia à época, devem ser considerados, não se perdendo de vista como isso influenciou, posteriormente, interpretações desproporcionais (que penduram até hoje).

¹⁶ Cabe ressaltar que a imigração japonesa nos países latino-americanos (Argentina, Bolívia, Chile, México, Paraguai e Peru) também foi marcada por momentos de tensões para os imigrantes, não sendo um processo totalmente harmonioso.

¹⁷ A citação específica aos estudos estadunidenses sobre minorias modelo ocorre devido à consolidação deles. A referência, ainda, serve de inspiração para pensar a ascensão econômica de japoneses e descendentes no Brasil. Todavia, destacamos ter entendimento de que o conceito vem sendo revisado e de que, principalmente, o contexto brasileiro de relações étnico-raciais é outro e tem sua especificidade.

profissional, muitas vezes, superior ao de outros grupos étnico-raciais (brancos inclusos). Ademais, passou a ser oferecida mais oportunidade – pelas instituições de ensino e pelo mercado de trabalho – aos asiáticos, exatamente por conta de sua imagem positiva e certos estereótipos.

Dentro do contexto nacional brasileiro, apontamos a pesquisa de Takeyuki Tsuda (2000, 2003), na qual os nipo-brasileiros foram conceituados como “minorias positivas”. O autor demonstra como o sucesso econômico do Japão pós-guerra e a disseminação de imagens positivas de forma global (país tecnológico de “primeiro mundo”) fizeram com que os nipo-brasileiros passassem de uma “minorias negativas” (pré-guerra) para “minorias positivas” (pós-guerra). Essa mudança implicou maiores oportunidades de integração e fez com que a maioria dos descendentes de japoneses no Brasil se identificassem, fortemente e voluntariamente, com sua ancestralidade étnica.

Além de Tsuda, outros pesquisadores também abordam a interpretação dos nipo-brasileiros como uma minoria a ser seguida de exemplo. Jeffrey Lesser (2008) fala da eficiência econômica e cultural dos nipo-brasileiros, os seriam reconhecidos – e desejados – pela eficácia econômica e política, pois representam tanto a hipertradição como a hipermodernidade, devido ao seu vínculo especial com o Japão. Desenvolveu-se a ideia de que “São Paulo não deveria ser como o Japão, mas sim tornar-se Japão” (LESSER, 2008, p. 30). Os nipo-brasileiros seriam os “melhores brasileiros”, por sua capacidade de modernizar o país e por serem insuperavelmente produtivos. Os próprios nipo-brasileiros se adaptaram à ideia de serem interpretados como uma minoria exemplar e utilizam da sua etnicidade como moeda cultural, negociando, uma vez que entendem serem vistos como representantes de um Japão idealizado.

Visto existir a mudança de percepção dos imigrantes japoneses e descendentes, focaremos, a partir daqui, nas pesquisas no campo da educação que trataram esse movimento.

2.1 SOBRE O PROCESSO EDUCACIONAL DOS NIPO-BRASILEIROS

Acompanhada a mudança do estereótipo negativo para positivo dos imigrantes japoneses e descendentes de forma geral, destacamos, neste momento, a criação do

estereótipo positivo do estudante nipo-brasileiro, que ocorre a devido à exaltação da educação por parte do próprio grupo étnico.

De antemão, Okamoto (2021, p.2) atenta que essa percepção dos nipo-brasileiros como grupo étnico-racial bem “sucedido” – isto é, de minoria modelo – é passível de crítica¹⁸:

(...) esses discursos na área educacional, que pregam a prevalência da questão social em detrimento da racial, reproduzidos insistentemente pelo governo e pela mídia, aliados ao estereótipo positivo dos nikkeis, são prejudiciais a outros grupos étnicos (como afrodescendentes, por exemplo) e ao próprio nikkei; além de reproduzirem modelos excludentes em nossa sociedade.

Sob o pressuposto de cuidado em relação a ideia de minoria modelo dentro da educação, realizamos a revisão bibliográfica, observando estudos que tratam sobre a educação dos imigrantes japoneses e descendentes. Citamos obras de caráter memorialista¹⁹ como *O imigrante japonês*, de Tomoo Handa (1987), na qual se descreve a formação das primeiras escolas comunitárias das colônias japonesas. O autor minucia muitos temas, tais como: a grande dificuldade enfrentada pela falta de estrutura na fase inicial da criação das colônias; a dura vida dos professores; a educação clandestina durante o período de repressão da política de nacionalização forçada; e os jovens universitários nisseis e o início de sua conscientização de identidade. Outra obra importante é *Uma epopéia moderna: 80 anos da imigração japonesa no Brasil*, organizada por uma comissão que teve Katsunori Wakisaka como coordenador (WAKISAKA, 1992). O livro reúne textos de autoria diversa que, também, tratam do tema educação recorrentemente. Essas obras descrevem ditos que permanecem populares, entre os descendentes de japoneses, e são repetidos até hoje como: “Quando os europeus ou brasileiros formam uma comunidade, é certo que constroem uma igreja no ponto central da mesma. Os japoneses constroem uma escola.” (HANDA, 1987, p. 282).

As práticas das escolas comunitárias de imigrantes japoneses foram descritas através de depoimentos coletados em entrevistas de campo. Essas pesquisas nos fazem entender como havia sido o cotidiano escolar dos imigrantes japoneses e seus descendentes (DEMARTINI,

¹⁸ Além desta autora, citamos também outros pesquisadores como Bruno Hayashi (2019, 2022) e Gabriela Shimabuko (2018), que, ao analisar as complexas relações étnico-raciais existentes no Brasil, indicaram ser complicado entender os nipo-brasileiros como minoria modelo ao modo do senso comum.

¹⁹ Ressalvamos o caráter mais memorialista do que acadêmico das obras: por isso, a leitura como fonte de pesquisa deve ser feita com a devida parcimônia.

2000a, 2000b, 2004, 2010, 2012; SHIBATA, 1997, 2009, 2012, 2016 e MORALES, 2008, 2011, 2012).

Outras obras importantes são o livro *História do ensino da língua japonesa no Brasil*, de Reishi Moriwaki e Michiyo Nakata (2008), e o texto “Transformação de modelo educacional de nissei na comunidade nikkei-brasileira: de *wakon-hakusai-ron* ao *hakkonwasai-ron*”, de Koichi Mori (2008). Ambas as produções tratam da trajetória do ensino da língua japonesa em uma vertente de pesquisa com caráter mais histórico do que linguístico. São estudos que ressaltam a singularidade do ensino da língua japonesa em terras brasileiras. Elas são importantes, porque, de forma indireta, acabam por indicar situações de tensão vivenciadas por estudantes nipo-brasileiros durante o processo educacional. A geração já nascida no Brasil (“*nissei*”) entra em conflito com a concepção de educação ultranacionalista da geração dos primeiros imigrantes japoneses que aqui chegaram (*issei*). Um exemplo que ilustra bem o tensionamento geracional é o “caso crisântemo”²⁰.

Além das obras acima citadas, destacamos especialmente a coletânea *Educação e cultura: Brasil e Japão*, das organizadoras Tizuko Morchida Kishimoto e Zeila de Brito Fabri Demartini (2012), que compila vários textos de pesquisadoras que trabalham dentro do campo da educação. Diversas perspectivas de pesquisa são apresentadas em um compilado de artigos que buscam “ressaltar a importância atribuída à educação pelo grupo japonês” (KISHIMOTO, DEMARTINI, 2012, p. 16). Através desse livro, tivemos contato com outras autoras importantes, tais como Luiza Mítiko Yshiguro Camacho (2012) e Hiromi Shibata (1997, 2009, 2012, 2016) que possuem estudos nos quais explicam o alto desempenho educacional dos imigrantes japoneses e descendentes por motivos culturais. Com perspectivas próximas que também utilizam a cultura como fator explicativo, podemos nomear Cristina Canto (2008), Ruth Izumi Setoguti (2008) e Monica Okamoto (2018). Cabe analisar essas autorias, em percurso mais metodológico do que cronológico a seguir.

Setoguti (2008) afirma que os imigrantes japoneses possuem uma alta expectativa em torno da educação devido à sua bagagem cultural, que entende a educação formal como um valor extremamente positivo. A alta expectativa em torno da educação atua como agente mobilizador da força familiar, em favor da educação como a base do sucesso escolar dos nipo-brasileiros.

²⁰ Acontecimento no qual o *nissei* Cassio Kenro Shinomoto, presidente da Liga Estudantina Nipo-Brasileira, publicou um artigo jornalístico criticando os pais japoneses *issei* que teimavam criar os filhos como súditos do imperador (HANDA, 1987; MORIWAKI; MICHIO, 2008; YAMASHIRO, 1992). A tensão entre gerações será mais discutida adiante (ver Capítulo 4.2.1).

Canto (2008) tratou de relacionar a ascendência e a descendência japonesas o bom desempenho em matemática, buscando entender como elementos culturais influenciam a valorização da educação. A autora elenca princípios que desenvolvem sentimentos e relações afetivas favoráveis a escola. No caso dos descendentes nipo-brasileiros, os princípios seriam os elementos culturais provindos de seus antepassados, tais como o respeito à hierarquia, a ética do débito e a religiosidade, além da busca da ascensão econômica.

Camacho (2012) afirma que valores culturais nipônicos – como obediência à hierarquia, a ética do débito (“*on, gimu, giri*”), a cultura da vergonha, a autodisciplina a responsabilidade e a competição estão presentes na educação dos nipo-brasileiros. O caráter pragmático da educação – somado aos caracteres culturais garantidos pelas famílias e às condições econômicas favoráveis – seria a justificativa para o desempenho escolar bem-sucedido dos descendentes de japoneses.

Shibata (1997, 2009, 2012, 2016), por sua vez, relaciona o vínculo entre três componentes: práticas familiares, desempenho escolar e valores educacionais japoneses. A autora explica que as famílias nipo-brasileiras atuam como “operadoras do sucesso escolar”, ao tomar consciência sobre a importância do capital cultural escolar. Desse modo, a gestão da escolarização dos filhos passa a ser orientada por estratégias, em que se sobressai a escolha por escolas e por carreiras mais prestigiadas. Ainda para Shibata, a dinâmica familiar, voltada para atender aos desafios do sistema escolar brasileiro, acaba deixando pouco espaço para a evocação de tradições japonesas.

Okamoto (2018), por sim, se diferencia das outras perspectivas, por não entender a influência da cultura japonesa sobre os imigrantes de forma naturalizada. Para a autora se faz necessário atentar que os valores culturais importados do Japão – que justificariam o “sucesso” de nipo-brasileiro no Brasil – não são apenas simplesmente reproduzidos pelos imigrantes japoneses e seus descendentes no país.

A autora, ainda, explica que os livros didáticos do período de educação ultranacionalista japonesa exerceram papel importante no processo de ressignificação de valores. Originalmente, os livros tinham como objetivo nutrir um senso nacionalista e servir às necessidades do Estado-Nação emergente japonês, no contexto anterior à Segunda Guerra Mundial, assim se configurando como uma doutrinação irracional. Ao analisar os livros, Okamoto percebe que eles também serviram de difusores de preconceito de raça, social e de gênero. Porém, boa parte do conteúdo desses livros era incompreensível aos filhos de imigrantes japoneses, descendentes que viviam em um contexto sociopolítico completamente diferente aqui no Brasil. Dentro do contexto brasileiro, os imigrantes realizaram uma releitura

uma e ressignificação dos valores culturais importados do Japão. A educação japonesa ultranacionalista, totalitária e imperialista, do começo do século XX, foi transformada no Brasil. Fora do contexto de guerra e dissociada do imperador japonês, a educação ultranacionalista foi ressignificada como “segredo do sucesso” de nipo-brasileiros nos estudos e na carreira profissional. Valores típicos – como esforço, hierarquia, humildade, modéstia, e obediência – foram acentuados. O sacrifício das mães e dos pais desdobrou-se na dedicação por um bom desempenho educacional por parte dos filhos que desejavam retribuir o esforço empreendido pelos antecessores. A consequência foi a ascensão social e econômica das gerações posteriores dos imigrantes japoneses.

No entanto, a autora pondera:

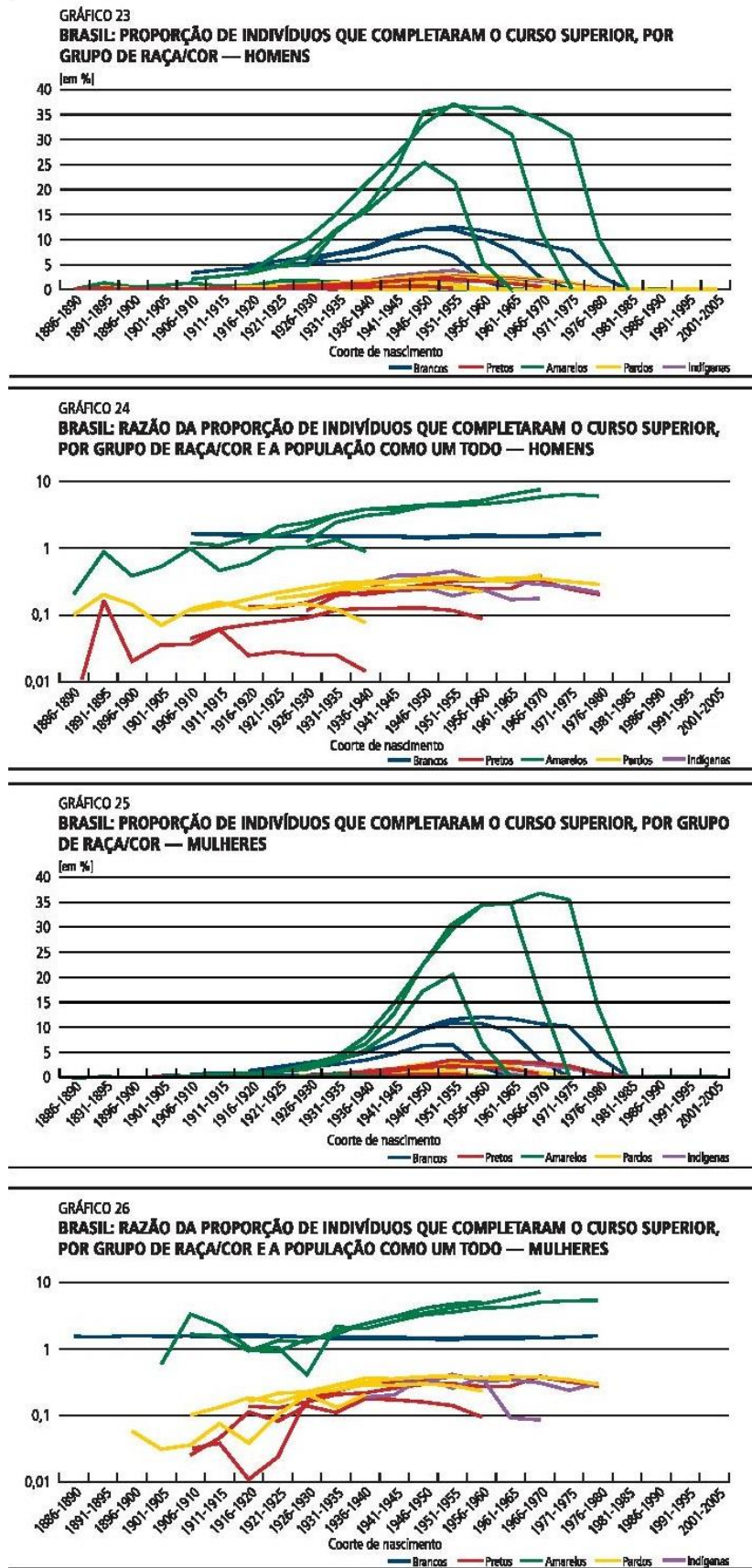
Conseguiram estabilidade econômica e melhoraram a qualidade de vida, porém não atingiram os postos máximos dentro da área profissional escolhida, não só por conta da falta de capital cultural, econômica e social de suas famílias, como também por conta dos valores morais (herdados pelos antepassados) que pregoavam a submissão e a humildade como qualidades positivas do caráter, em contraste à ousadia e ao arrojo (OKAMOTO, 2018, p. 241)

Além dos fatores impeditivos para atingir, profissionalmente, os postos máximos, devemos destacar a falta de consciência do processo, que aparentemente permanece até a atualidade:

Ao que parece, muitos nikkeis que continuam a glorificar essa ideologia como fonte preciosa para a formação de “bons cidadãos nipo-brasileiros” ainda não se deram conta da releitura que eles próprios fizeram da “fonte original”; levando-os equivocadamente a pensarem que os princípios morais japoneses são superiores aos de outras etnias. Seja como for, é fato de que essa ideologia ultranacionalista ressignificada, em maior ou menor grau, foi passada de geração em geração e permanece presente no pensamento e no comportamento de muitos jovens nikkeis das gerações atuais. (OKAMOTO, 2018, p. 241, 242)

No que se refere a pesquisas com dados quantitativos, destacamos aquelas que expõem estatísticas sobre a alta inserção de nipo-brasileiros no ensino superior (GOLVEIA, 1972; BELTRÃO, 2005; BELTRÃO, SUGAHARA, KONTA, 2008). Existe, de fato, uma grande desigualdade educacional, se analisarmos a questão étnico-racial no Brasil (Figura 1).

Figura 1 - Gráfico sobre conclusão de ensino superior (raça/cor)



Fonte: Beltrão (2005)

Observamos, pelo gráfico, uma disparidade educacional entre amarelos, brancos e indígenas, pardos, pretos. A desigualdade educacional é demonstrada como independente do gênero; e a proporção de indivíduos do segundo grupo (indígenas, pardos e pretos) que conseguem o diploma de ensino superior é baixa em relação ao primeiro (amarelos e branco).

Em resumo, através da revisão bibliográfica da temática, temos a percepção do esforço dos estudos em compreender tanto a valorização da educação que se deu por parte dos nipo-brasileiros, como os resultados positivos conquistados. Ainda assim, é preciso ter cautela sobre a supervalorização do dito “sucesso” educacional” sendo necessário o entendimento dos fatores que motivaram a ascensão desta minoria dentro de um contexto maior (OKAMOTO, 2018).

2.2 FATORES QUE OCASIONARAM O “SUCESSO” DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL

A ascensão dos nipo-brasileiros no contexto nacional é explicada por múltiplos fatores para além dos valores culturais (como o apreço à educação) trazidos pelos imigrantes. Resumidamente, elencaremos alguns deles, com o intuito de trazer uma perspectiva mais ampla sobre a mobilidade social do grupo a qual estrutura a narrativa de “sucesso” da imigração japonesa no país. Os fatores a serem desenvolvidos a seguir, seguem, de certa forma, a cronologia da imigração japonesa no Brasil. Trataremos, historicamente desde fatores mais iniciais – tais como o papel do Estado japonês no início da imigração ao país, em 1908, –, até a influência do *soft power* japonês no país, com início na década de 1990.

2.2.1 Papel do Estado japonês e brasileiro

A influência do Estado japonês e do Estado brasileiro no processo de imigração japonesa através de subsídios é uma marca diferencial. Célia Sakurai (1998, 2000, 2008) define a experiência da imigração japonesa para o Brasil como “imigração tutelada”, destacando que o movimento foi amparado desde o início, por meio de incentivos – tais como

auxílios, gerenciamentos e orientações – por parte tanto de representantes do governo nipônico, como de companhias de colonização. Diferentemente de outros países que chegaram até a proibir a vinda de seus cidadãos para o Brasil, o caso japonês foi marcado pelo incentivo e pelo financiamento planejados, devido ao excesso populacional e ao interesse na grande quantidade de terras existentes, buscando, assim, incentivar a fixação dos imigrantes. A autora também aborda a imigração no período posterior à Segunda Guerra, em que o processo se caracterizou pelo interesse do governo brasileiro, para seu projeto de desenvolvimento, nos investimentos e na mão de obra especializada japoneses. Ademais, também existia o interesse japonês em assegurar visibilidade e respeito, em um contexto de frágeis relações internacionais.

Rogério Makino (2010) complexifica mais a questão da imigração japonesa ao Brasil. Aponta que o processo apresenta variações ao longo do período e categoriza “tipos-ideais” de imigração que sigam roteiro cronológico, embora possam ocorrer de forma concomitante: subsidiada, patrocinada, espontânea e técnica. Desta forma, o autor consegue destacar a importância das subvenções concedidas pelas agências governamentais brasileiras, para além das subvenções do governo japonês. A imigração subsidiada ressalta o papel do governo paulista em negociação com o governo nipônico – e isso explica o fato de que a primeira década e meia de imigração japonesa tenha quase exclusivamente o estado de São Paulo como destino. A participação de outros governos estaduais, como do Amazonas e do Paraná, também torna possível entender a imigração para essas regiões dentro dessa classificação dita subsidiada.

Embora importantes, as ações estatais não devem ser consideradas isoladamente, pois além disso, os próprios indivíduos também têm ação, a começar pelo associativismo.

2.2.2 Associativismo

Outra característica peculiar da imigração japonesa ao Brasil foi o associativismo que consiste na criação das associações de imigrantes. Naqueles espaços, eles se reuniam e se amparavam, estabelecendo uma forma de estratégia de sobrevivência.

As associações variavam (ainda variam, pois permanecem existindo atualmente) de tipo como “associações de nipônicos, juvenis, femininas, de apoio à escola japonesa, cooperativas agrícolas, grupos esportivos e outras entidades” (WAKISAKA, 1992, p. 205). A

característica cultural associativa dos imigrantes japoneses no Brasil foi estudada por Ruth Cardoso (1959, 1995) e por Francisca Isabel Schurig Vieira (1973), em uma perspectiva que buscava explicar a integração do grupo a sociedade brasileira²¹. Para além disso, Gustavo Taniguti (2012b, 2015, 2016, 2019) sugere a interpretação da característica associativista como um fator extraeconômico, que mobiliza novas formas de atuação no universo mercantil. No caso dos imigrantes japoneses, o associativismo colaborou para a mobilização, tanto no contexto rural através do cooperativismo agrícola, como no âmbito urbano, com as associações rotativas de crédito e de poupança. Analisem-se essas formas de associativismo adiante.

2.2.2.1 Cooperativismo

Taniguti (2012b, 2015, 2016, 2019) ressalta parte dos estudos prévios sobre imigrantes japoneses no Brasil produzidos na década de 1960 e 1970, pelo fato de estes atribuírem importância aos fatores não econômicos e institucionais (a solidariedade grupal, por exemplo), para, assim, fornecer explicações sobre o processo de mobilidade social e sobre os modos de incorporação econômica. Esses estudos antecipariam o que as recentes contribuições da sociologia econômica afirmam: as análises fundamentadas somente na gerência mercantil podem não ser suficientes para explicar práticas econômicas, “sendo necessário introduzir as diversas formas de comportamento social para sustentar a articulação entre atores e mercado” (TANIGUTI, 2012b, p. 7).

Então, para além do que já foi pesquisado anteriormente, o autor contribui para a discussão, entendendo o cooperativismo agrícola como forma de organização coletiva que exerceu papel decisivo na ascensão dos imigrantes japoneses no Brasil. A partir da década de 1930, ocorreu a mudança de ocupação, de colonos para pequenos proprietários, permitindo a eles se dedicar a uma variedade de tipos de produtos e melhorando a posição no mercado. O caso da Cooperativa Agrícola de Cotia (CAC) seria exemplar; e a análise do seu período existência (1927-1994) revela processos dinâmicos de relações que demonstram a

²¹ As produções refletiam uma resposta acadêmica à interpretação de que os imigrantes japoneses seriam inassimiláveis. Essa questão será melhor abordada adiante (ver Capítulo 2.3.1).

transformação das estruturas de oportunidade promovendo uma maior aceitação de um grupo estrangeiro perante a sociedade brasileira²².

Taniguti (2012b, 2015, 2016, 2019) propõe demonstrar a inter-relação entre política e cultura nas atividades econômicas. Para tanto, enfatiza o ambiente gestor da CAC, revelando “a conformação de um grupo de lideranças da coletividade japonesa em São Paulo por meio da imbricação de expoentes do universo empresarial, intelectual e político” (TANIGUTI, 2016, p. 41). Esse grupo de lideranças era constituído de forma heterogênea, e o fator geracional se mostrou um marcador central na forma de condução de projetos. Ao analisar o modelo de gestão da CAC conduzido por duas gerações diferentes, o autor confirma a importância de entendimento sobre as ações dos gestores, pensadas para além do interesse de mercado, mas não limitando a sua explicação a fatores estritamente culturais, como feito em pesquisas prévias. Segundo o autor, analisar os diferentes contextos de relação entre a sociedade local e os estrangeiros vivenciados pelas duas gestões é fundamental para compreender como as respostas às restrições se expressaram de maneira diversa em cada modelo de gestão.

O fator identificado por Taniguti é, sobretudo, geracional.

Resumidamente, a primeira geração de gestores composta por japoneses natos (entre as décadas de 1920 e 1940) tinha a capacidade de influência na coordenação do mercado, dependente da atuação de órgãos estatais tanto japoneses como brasileiros. Em suma, os gestores da cooperativa possuíam pouca, ou nenhuma, representação no âmbito da política. Entretanto, a partir da década de 1950, a segunda geração de gestores, formada por descendentes de japoneses com nacionalidade brasileira, passou a não depender tão fortemente da intervenção por órgãos oficiais, para resolver conflitos, para superar as adversidades. Essa geração “contava com representação em órgãos classistas e em instâncias políticas, sendo capaz de influenciar na coordenação do ambiente mercantil” (TANIGUTI, 2016, p. 18), devido a um ambiente mais favorável²³ e inclusivo para a população de origem estrangeira, se comparado ao contexto da geração anterior.

²² A cooperativa agrícola exerceu o papel de coordenar a produção diversa dos pequenos produtores japoneses, bem como de canalizar para mercados das grandes cidades, tais como São Paulo. Através da própria cooperativa, foi “possível construir um tipo de integração vertical de hierarquias e conexões interlocais entre grupos de japoneses desde a produção à comercialização” (TANIGUTI, 2012b, p. 19), dentro de um contexto no qual o governo brasileiro iniciava a regulamentação de loteamento de terras.

²³ O período de 1945-1964 foi marcado por um pacto político e de classes que sustentou as bases do mito da democracia racial, criando um cenário de maior aceitação de imigrantes e descendentes de japoneses no Brasil (TANIGUTI, 2016). Essa informação será importante para discussão a ser realizada adiante (ver Capítulo 2.2.3).

A segunda geração de gestores, formada por nipo-brasileiros, veio a reivindicar o reconhecimento de sua posição social e de sua identidade, tendo consciência da necessidade de estratégias que combinassem a herança japonesa e a brasileira. Assim, conseguiram eleger os primeiros políticos e ministros de origem japonesa que tratavam, com prioridade, os temas relacionados à agricultura. Dessa maneira, conseguem benefícios para a cooperativa, além de disseminar e de validar uma narrativa de sucesso da trajetória imigratória, em conjunto da própria imagem de sucesso empresarial (TANIGUTI, 2012b, 2015, 2016, 2019).

2.2.2.2 Associações rotativas de crédito e poupança

Dentro do contexto urbano, mais especificamente no bairro da Liberdade em São Paulo, o caráter associativo dos imigrantes japoneses fez desenvolver atividades econômicas, tais como as associações rotativas de crédito e de poupança, conhecidas como “*tanomoshi-ko*”, ou como “*mujin*”. Taniguti (2012a) afirma que elas exerceram importância fundamental para a consolidação da presença comercial japonesa no bairro, a partir do período posterior à Segunda Guerra. São associações que podem ser resumidamente descritas como forma de organização realizada em pequenos ou médios grupos, compostas por indivíduos geralmente ligados por relações de proximidade (tais como de amizade, de etnia e de família), sob o princípio geral de criar um sistema informal e coletivo de crédito (BIGGART²⁴, 2001 *apud* TANIGUTI, 2012a). Essas associações, ainda, surgem como estratégia econômica e social intragrupo, diante das restrições de acesso a oportunidades e, também, pela dificuldade de aceitação na sociedade brasileira. Segundo o autor, “a lógica de funcionamento dos *tanomoshi-ko* está sempre inscrita em estruturas de relações sociais, não se trata somente de uma situação de busca pela maximização de ganhos” (TANIGUTI, 2012a, p. 74).

Observamos que a característica de associativismo, presente entre os imigrantes japoneses e descendentes (seja em contexto rural ou urbano), permitiu condições para que surgissem as primeiras lideranças entre o grupo étnico-racial.

²⁴ BIGGART, Nicole W. Banking on each other: The situational logic of rotating savings and credit associations. *Advances in Qualitative Organization Research*, 3, pp. 129-153, 2001.

2.2.3 Formação de lideranças

Gustavo Taniguti (2015, 2016, 2019) identifica a existência de um restrito grupo de lideranças da população japonesa em São Paulo, concentrado no bairro da Liberdade, a partir da década de 1930.

Tanto em períodos de racismo institucional e de perseguição política – como na ditadura varguista – quanto nas décadas subsequentes em que a origem japonesa passou a ser valorizada, tal núcleo de lideranças promoveu reivindicações em prol do reconhecimento das diferenças culturais, ofereceu resistências ao preconceito e formulou de projetos de inserção política e econômica. (TANIGUTI, 2016, p. 4)

Esse grupo de lideranças era composto por indivíduos que, lentamente, começavam a ingressar nas prestigiadas instituições de ensino superior sediadas na capital paulista. A educação, portanto, era entendida como uma possibilidade de ultrapassar as barreiras sociais, tanto de aceitação, como de mobilidades. Assim, aqueles indivíduos passaram a se inserir “em profissões liberais, no mercado de trabalho, no meio empresarial e na política” (TANIGUTI, 2016, p. 29). A partir da década de 1950, alguns membros desse grupo de lideranças passaram ser reconhecidos como porta-vozes da população japonesa em São Paulo, adotando uma postura comprometida em garantir a aceitação pública daquela parte da sociedade (TANIGUTI, 2015, 2016, 2019).

Na década de 1960, grande parte da opinião pública reconhecia a aceitação dos japoneses na sociedade local. Isso era perceptível nos jornais que tornavam pública uma narrativa de êxito da imigração japonesa, associada à ideia da inexistência de preconceito racial no Brasil. Nesse período, também ocorreu a ascensão de filhos de imigrantes japoneses em núcleos de poder estatal (como cargos de ministros, por exemplo), resultando em benesses coletivas e expressando a consagração da imigração japonesa. É preciso frisar que inserção na política aconteceu dentro de um contexto de regime militar. Neste, desenvolveu-se uma estrutura estatal de poder e de decisão políticos, amplamente apoiada em organizações burocráticas personificadas por agentes com prestígio no meio acadêmico ou empresarial, na sociedade (TANIGUTI, 2015, 2016, 2019).

Considerando o posicionamento de certos agentes, com os filhos de imigrantes japoneses ascendendo a cargos decisórios do universo da política, faz-se necessário enfatizar

dois aspectos: a relação entre o Estado e o capital privado e o surgimento da tecnocracia (TANIGUTI, 2015, 2016). O aparelho estatal do regime militar pode ser caracterizado como:

Em sua vigência, assegurou-se a cooptação (e não representação) limitada da sociedade civil e sua extrema debilidade como força política autônoma, bem como o pacto político que sustentou a “tecnocracia estatal” foi possível, em termos gerais, mediante a centralidade do Estado como agente repressivo, cooptativo e propulsor ativo das decisões político-econômicas a partir do funcionamento de um núcleo decisório restrito em que o Ministro da Fazenda concentrava grande poder. Sobretudo, mediante mecanismos específicos localizados no aparelho estatal, interesses relacionados ao capital privado passaram a prevalecer e agentes expoentes do mundo empresarial, administrativo, técnico, acadêmico etc. – mesmo que não encontrassem respaldo em uma carreira política em sua biografia –, passaram a ocupar posições nos núcleos decisórios do planejamento econômico (TANIGUTI, 2015, p. 262, 263).

Diante deste regime político, as lideranças de origem japonesa em São Paulo souberam adequar-se, alcançando posições capazes de operar a articulação entre interesses empresariais e os núcleos de poder decisório²⁵.

Em resumo, podemos dizer que, a partir da década de 1940, um restrito grupo de lideranças – empresariais, intelectuais e políticas – se engajaram em associar a imigração japonesa à positividade. Isso só foi possível graças a um contexto histórico-social mais permissivo para tanto: o intervalo democrático entre ditaduras, no qual a ideia de democracia racial se tornava mais vigente, o que fez surgir, para os estrangeiros, mais oportunidades de incorporação. De fato, a ascensão de nipo-brasileiros em núcleos do poder estatal gerou benesses coletivas ao grupo durante a década de 1960; e os indivíduos deste grupo de lideranças deram personificação a narrativa de sucesso da imigração japonesa.

Até este momento, analisaram-se dois vértices principais: de um lado, os papéis diretos estatais, tanto do Brasil, como do Japão; de outro, as ações tomadas por indivíduos em solo brasileiro, pela formação de associações e de lideranças. Há, ainda, um último fator a considerar: o *soft power* nipônico.

²⁵ Um exemplo seria a nomeação de um dos principais gestores da Cooperativa Agrícola de Cotia, Fábio Yassuda, a ministro da Indústria e Comércio (TANIGUTI, 2015, 2016, 2019)

2.2.4 *Soft power japonês*

Na linguagem popular brasileira, não se diferenciam os nativos do Japão dos nipo-brasileiros: ambos são, no Brasil, chamados de “japoneses”. Esse fato é indicativo para entender como os descendentes dos imigrantes japoneses remetem diretamente ao país ancestral. Para o senso comum, os nipo-brasileiros parecem “trabalhadores, empreendedores e bem-sucedidos como o próprio Japão” (LESSER, 2008, p. 25).

Ainda segundo Lesser (2008), durante todo o século XX, a elite paulista tomou o poderio internacional japonês como meta; e a indústria e sociedade japonesas, como modelos. Por exemplo, nas décadas de 1950 e 1960, os jardins japoneses eram moda entre as elites; e, nas décadas de 1960 e 1970, os modelos industriais e administrativos japoneses passaram a ser copiados. O Japão era o que as elites paulistanas esperavam do próprio futuro; e os nipo-brasileiros converteram-se no veículo daquela transformação almejada.

Os nipo-brasileiros eram retratados pela maioria, e também por si próprios, como insuperavelmente produtivos, como agricultores, quitandeiros e donos de lavanderias, nas décadas de 1940 e 1950; como inovadores tecnológicos ou ativistas políticos, nas décadas de 1960 e 1970; e como profissionais liberais, nos anos 1980 e 1990 (LESSER, 2008, p. 32)

Após a Segunda Guerra Mundial, o Japão ressurgiria como potência econômica; e os descendentes de imigrantes japoneses de toda a América viram-se ligados ao capital internacional. Nas décadas de 1960 e 1970, a visibilidade positiva dos nipo-brasileiros derivava de seu sucesso econômico e da presença do Japão como potência mundial. As mudanças ocorridas entre as gerações dos imigrantes japoneses, junto com as políticas públicas, brasileiras deram reforço aos laços econômicos entre Brasil e Japão. Na década de 1970, o Japão era o terceiro maior investidor direto no Brasil. Os produtos japoneses, vistos melhores do que os nacionais, “fizeram com que muitos brasileiros associassem essa mesma qualidade aos nipo-brasileiros” (LESSER, 2008, p. 50).

Portanto, após a Segunda Guerra Mundial, averiguamos a interpretação de uma imagem positiva, feita pelo senso comum, tanto para o nipo-brasileiro já nascido em solo

nacional, como para o japonês nativo do Japão oriundo desta outra corrente migratória.. O primeiro, em ascensão social²⁶, é visto como exemplo da democracia racial; já o segundo, oriundo da corrente de imigração técnica, é visto como profissional altamente qualificado e detentor de um potencial modernizador e inovador. O japonês com conhecimento técnico vem para trabalhar em empreitadas de investimento nipônico no Brasil, a exemplo da Usiminas e do Procer (Programa de Desenvolvimento do Cerrado) (MAKINO, 2010).

Contudo o “milagre econômico” japonês viria a se esgotar: já no final dos anos 1980 e nos anos 1990, a economia japonesa começou a apresentar dificuldades; e a presença global do país, a instabilizar-se. Em 1997, a Crise Asiática instalou recessão da economia – e, com poucas alternativas de crescimento do mercado interno, o Japão se voltou para o exterior, começando a se interessar pelo desenvolvimento da política multilateral de intercâmbio cultural. A necessidade de reposicionamento fez com que a cultura *pop* japonesa passasse a ser vista como produto de exportação. Desenhos animados, histórias em quadrinhos e videogames tornaram-se principais produtos do *pop* japonês e foram incorporados à diplomacia pública do país (KHUMTHUKTHIT, 2010).

De fato, o Estado japonês teve a percepção da atratividade da cultura *pop* japonesa como:

(...) fator muito influente para ajudar as pessoas a fazerem a sua escolha em produtos culturais e a criar um sentido de interconectividade entre os povos. Esta habilidade de atrair – *soft power*²⁷ – foi de fato usada pelos responsáveis da diplomacia pública (KHUMTHUKTHIT, 2010, p. 97, 98).

Portanto, o governo japonês, ao acreditar que sua cultura era atraente para os outros, utilizou recursos culturais como estratégia diplomática. A crença não se restringiu a produtos da cultura *pop*, mas também inclui atividades de promoção cultural que envolvessem tanto a cultura tradicional, mas outros aspectos da cultura contemporânea, a exemplo de exposições

²⁶ A participação do nipo-brasileiro acontece em diversas áreas. Kyoshi Harada (2009) descreve as contribuições em áreas como economia, política, educação, artes, esportes, segurança pública e forças armadas, engenharia, arquitetura, direito, ciência e tecnologia, cultura.

²⁷ Joseph Nye (1990) define o “*soft power*” (traduzível como “poder brando”) como o poder que um país possui para influenciar indiretamente o comportamento de outros países. Ocorre através de recursos diferentes da força militar ou econômica. O “*soft power*”, assim, pode ocorrer, por exemplo, por meio de atrações culturais, de ideologia e de instituições internacionais.

de arte. A cultura japonesa, em suas diversas formas, tornou-se um recurso de *soft power* que alcança objetivos por meio da influência, ao invés da coerção (KHUMTHUKTHIT, 2010).

No Brasil, a experiência da cultura *pop* japonesa ganhou intensidade na década de 1990, com a transmissão televisiva de “animês” (desenhos animados). A repercussão e o sucesso daqueles produtos impulsionaram a venda de mangás (histórias em quadrinhos) também. Esses dois produtos culturais levaram o público brasileiro, posteriormente, para o consumo da música e da moda japonesas, tendo como consequência a obtenção de uma imagem positiva daquele país em terras brasileiras (ISSHIKI, MIYAZAKI, 2016).

Em contrapartida, nos meados da década de 1980, o Brasil vivenciou uma das suas maiores crises, contribuindo para a evasão de muitos descendentes de japoneses para o Japão. Esses imigrantes foram na condição de mão de obra barata e não qualificada, sendo chamados de “decasséguis”. Inicialmente, a ida era vista como uma empreitada temporária em busca de melhores ganhos salariais, submetendo-se a executar trabalhos de baixa qualificação recusados pelos japoneses, que classificam aquelas ocupações como “3K” – *Kitanai* (sujo), *Kiken* (perigoso) e *Kitsui* (penoso) (SASAKI, 1998).

O fenômeno decasségui poderia abalar negativamente a interpretação de “sucesso” da imigração japonesa, uma vez que demonstraria a crise econômica atingindo o grupo étnico-racial; entretanto não foi o que aconteceu. Sugerimos, aqui, pensar que uma das variáveis para que a percepção positiva permanecesse inabalável seria a influência do *soft power* japonês, ocorrida a partir da década de 1990. Como explicado logo no início desta seção, no Brasil, os nipo-brasileiros e japoneses são relacionados diretamente, sem nenhuma diferenciação. O entendimento positivo acerca do Japão pós-guerra, influenciado pelo *soft power* japonês, pode ter inibido, ou resultado em uma proporção menor, para a interpretação negativa do fenômeno decasségui diante da crise econômica brasileira.

A percepção positiva é contínua e atual, uma vez que o *soft power* japonês veio exercendo influência cada vez maior, no transcorrer do tempo. Mayara Araujo (2020) atenta que os produtos da cultura *pop* japonesa (como animês, dramas de TV e mangás) foram pensados originalmente para o consumo doméstico e que foi somente no século XXI, com a iniciativa do *Cool Japan*, que eles deliberadamente se tornaram uma ferramenta de *soft power* e de cooptação da diplomacia cultural.

O *Cool Japan* pode ser entendido como ferramenta política que articula cultura *pop* com características culturais tradicionais, ajudando a promover o imaginário sobre o Japão e a impulsionar o consumo de produtos japoneses ao redor do globo. Em suma, o “*Cool Japan* é uma medida situada na esfera da cultura, destinado a criar vantagens na economia global,

sendo institucionalizado após o sucesso do pop japonês no exterior, a partir das últimas duas décadas do século XX” (ARAUJO; OLIVEIRA, 2020, p. 173). Para além disso, é uma forma de moldar o *nation branding* do país, influenciando o imaginário social que os indivíduos possuem sobre determinada nação, por meio da circulação transnacional de imagens, de objetos, de significados e de valores, que são representados, reproduzidos e transformados (VALASKIVI²⁸, 2013 *apud* ARAUJO; OLIVEIRA, 2020). Neste esforço, o *nation branding* japonês também inculca uma narrativa de nação e senso de pertencimento nacional; no entanto, abafa grupos minoritários e a diversidade cultural, bem como tende a ignorar o passado, tal como nas teorias do *nihonjinron*²⁹ (IWABUCHI³⁰, 2015 *apud* ARAUJO; OLIVEIRA, 2020).

A fim de sintetizar e de finalizar esta parte do trabalho, buscamos pensar para além de uma explicação simplista sobre a ascensão dos imigrantes japoneses e dos descendentes, com base somente em fatores culturais, tais como a valorização do trabalho e da educação. Buscamos demonstrar como fatores econômicos e políticos também influenciaram no processo, desde a chegada daquela população, até atualmente, moldando-se a ideia de “minorias modelo”.

2.3 FUNDAMENTOS DO MITO DA MINORIA MODELO

A explicação dos vários fatores que propiciaram a ascensão dos nipo-brasileiros é esclarecedora para evitar interpretações errôneas do senso comum. Entre estar, sobressai-se a de que os japoneses e seus descendentes são naturalmente inteligentes, capacitados e não demandam esforço maior. Com o intuito de contribuir aos estudos sobre educação de nipo-brasileiros, realizamos o esforço inicial de estudo mais amplo sobre a criação do estereótipo positivo, para além dos valores culturais do próprio grupo.

Conforme já anunciado, a análise de Telles (2003a, 2003b) sobre relações verticais e relações horizontais inspira nossa pesquisa. Pensando a condição dos nipo-brasileiros quanto

²⁸ VALASKIVI, Katja. A brand new future? Cool Japan and the social imaginary of the branded nation. *Japan Forum*, v.24, n. 4, p. 485-504, 2013.

²⁹ Trataremos deste termo adiante (ver Capítulo 2.3.2).

³⁰ IWABUCHI, Koichi. Pop-culture diplomacy in Japan: soft-power, nation branding and the question of ‘international cultural exchange’. *International Journal of Cultural Policy*, v.21, n.4, p. 419-432, 2015.

às relações horizontais, existiu o esforço prévio, e muito grande, por parte da academia (pesquisadores japoneses e descendentes inclusos) em demonstrar que os descendentes de imigrantes japoneses estavam assimilados culturalmente. É o que comprovariam, entre tantos fatores: desde a culinária, até a religião; desde os casamentos inter-raciais, até as filiações dali originadas; e desde a adoção do idioma português brasileiro, até a inserção nos esportes. Quanto às relações verticais, por sua vez, os nipo-brasileiros não estavam somente assimilados culturalmente, mas também integrados. Isso porque ocuparam espaços de poder e de formação de opinião, tais como, entre outros, cargos públicos e políticos; na educação; na comunicação; e na arte. As lideranças da comunidade utilizaram, para ascender, de estratégias e de recursos relacionais, a exemplo dos capitais econômico e educacional – e, portanto, social (TANIGUTI, 2021).

Partindo dessa análise, focaremos nas relações verticais e no posicionamento hierárquico dos nipo-brasileiros em relação aos outros grupos étnico-raciais. Autores mais contemporâneos nos servem de referência, pois, em suas pesquisas, procuraram fugir das análises clássicas que tendem a tratar as relações étnico-raciais em um binômio de brancos e de negros invisibilizando outros grupos, tais como os japoneses e descendentes.

Uma crítica importante é a de João Baptista Borges Pereira (2000), que inclui os imigrantes, para pensar as questões étnico-raciais no país. O autor considera que a sociedade pluriétnica brasileira foi conceituada como “integracionista no plano estrutural ou social, assimilacionista no plano cultural e miscigenacionista no plano biológico” (PEREIRA., 2000, p. 9). Deste jeito, formou-se uma concepção de sociedade nacional em que se anula o “diferente”, por meio de vários recursos de persuasão e de pressão, os quais podem variar, indo desde a coação moral e psicológica, até a repressão política e policial. Assim, passou-se a pressupor “uma velada política de identidade nacional que bloqueia ou elimina eventuais tentativas de preservação de alteridades étnicas e raciais” (TANIGUTI, 2018, p. 182). Visto isso, compreendemos a existência de certa lacuna de discussões sobre a posição de amarelos (nipo-brasileiros inclusos) nas relações étnico-raciais do país.

Outra referência é Antônio Sérgio Alfredo Guimarães (2002, 2016), que faz a distinção entre, de um lado, a “raça definida pelos outros” – ou seja, raça-atribuída (racialização) – e “raça assumida por si” – isto é, raça reivindicada politicamente. A racialização transforma um conjunto de indivíduos em um grupo racial subalterno, ou simplesmente em raça, com base em características físicas hereditárias. Desse modo, as variadas etnias escravizadas de África foram transformadas em negros ou em raça negra (e os descendentes também). Esse processo negativo se difere do processo de formação racial que

consiste na “construção de uma contraidentidade racial positiva, uma prática política contra-hegemônica de formação de coletivos raciais, não apenas de indivíduos” (GUIMARÃES, 2016, p.165).

Diferenciando os processos, Guimarães afirma (2016, p. 170)

Como os negros, também os descendentes dos japoneses que imigraram para as Américas continuam, de certo modo, a se diferenciar fenotipicamente dos demais americanos e brasileiros, a depender de seu grau de miscigenação. No entanto, eles também resistiram com relativo sucesso à racialização, atendo-se à referência nacional de sua origem, muito mais forte que a designação de raça amarela que se lhes quis impor a imaginação racista. Assim, em vez de amarelos, foram e continuam sendo japoneses, chineses, coreanos ou indianos, em qualquer país da Europa ou da América.

Com base na definição do que seria o processo de racialização para Guimarães (2016), passamos a compreender melhor como os imigrantes japoneses e os descendentes puderam, de certa forma, resistir a esse processo negativo, ao enfatizarem seu país de origem³¹. Pode-se entender:

Ao menos desde a década de 1910 incidiu sobre esse grupo um processo de racialização em que, de uma forma geral, o termo “amarelo” passou a lhe ser atribuído a partir de um sistema classificatório e discriminatório de cor. Contudo, ao longo do tempo – mais especificamente a partir de fins da década de 1940 – essa configuração racial se modificou significativamente: findada a ditadura estadonovista, as especificidades culturais e a origem estrangeira passaram a ser progressivamente admitidas pelo Estado, e o período de intervalo democrático (1945-64) abrigou novas formas de se equacionar identidade e nacionalidade. Progressivamente, concepções racializadas sobre o grupo foram demovidas, indicando a ocorrência de complexos processos de afirmação identitária em que especificidades culturais passaram a ser positivamente valorizadas. (TANIGUTI, 2016, p. 1, 2)

³¹ Atentamos não negar que processo de racialização possa ocorrer em maior ou menor intensidade entre pessoas amarelas no Brasil. Determinados momentos históricos em que pesava o entendimento de “perigo amarelo”, como já apontado (ver início do Capítulo 2), comprovam a racialização do imigrante leste-asiático no contexto brasileiro, para além do recente contexto pandêmico da COVID com relatos de discriminações e mesmo de agressões. Trataremos de situações de discriminação de forma mais profunda posteriormente (Capítulo 4). Contudo, o que queremos destacar é que a articulação de parte do grupo como a formação de lideranças (ver Capítulo 2.2.3), constituiu, ao longo do tempo, uma forma de “raça assumida por si” (nos termos de Guimarães), que garantiu a ideia de “minorias modelo” perante a sociedade.

Assim, em um primeiro momento, explicaremos a seguir como o discurso de assimilação e de integração desenvolvido pelas lideranças nipo-brasileiras não só colaborou para que o grupo, de certa forma, não fosse racializado, mas reforçou a narrativa de democracia racial vigente à época.

Em um segundo momento, notamos que ocorre um esforço, por parte de alguns nipo-brasileiros, em promover a imigração japonesa no Brasil como uma jornada de “sucesso”, ressaltando a ascensão social, econômica e política para além da integração harmoniosa no plano cultural. Assim, a imigração japonesa no Brasil passa a ser entendida como uma jornada de “sucesso”, conforme observado em algumas situações celebrativas. A adoção dos estereótipos positivos, propositalmente realizada por parte dos próprios nipo-brasileiros, pode ocorrer em certas ocasiões simbólicas, tais como as comemorações do centenário da imigração (ANDRÉ, 2009; KEBBE, 2008; KEBBE, MACHADO, 2008; UENO, 2021).

Assim como Kebbe e como Machado (2008), entendemos que exista uma possibilidade de limitação interpretativa, quando tão somente se valoriza a ascensão dos imigrantes japoneses e dos descendentes. Com fundamento nisso, a seguir, desenvolvemos, de forma mais profunda, como os dois momentos acima citados – inicialmente a fase de valorização da assimilação cultural de imigrantes japoneses e descendentes e posteriormente a construção de uma narrativa celebrativa a ascensão econômica que teria levado o grupo para além da integração harmoniosa na sociedade brasileira, mas passaram a ser um “modelo” para o resto do país – podem levar a esse tipo de interpretação.

2.3.1 O discurso de assimilação e de integração

Neste primeiro momento, sugerimos que a formação de lideranças nipo-brasileiras possibilitou a construção de uma narrativa de assimilação e de integração harmoniosas do grupo junto à sociedade nacional – é esforço, de certa forma, compreensível, haja vista o contexto de discriminações ainda bem latentes imediatamente depois da Segunda Guerra.

Lembramos que são fatores concomitantes: de um lado, o fortalecimento da narrativa de exaltação da democracia racial no país através da experiência da imigração japonesa; de outro, o desenvolvimento das ciências sociais na academia. Uma figura proeminente exemplar seria Hiroshi Saito (1964, 1973), que se posiciona produzindo vasto conteúdo sobre a assimilação dos nipo-brasileiros (UENO LUIZ, 2021; TANIGUTI, 2018).

Luana Ueno e Leonardo Henrique Luiz (2021), ao procederem a uma revisão do campo historiográfico da imigração japonesa, apontam que a fase inicial foi consolidada na década 1940 e foi, ainda, demarcada por trabalhos que utilizam os conceitos de “aculturação” e de “assimilação”, com produção concentrada no estado de São Paulo nas instituições da Universidade de São Paulo (USP) e da Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP).

Taniguti (2018), ao analisar os estudos sobre imigrantes nas ciências sociais brasileiras entre as décadas de 1940 e 1960, expõe tanto a composição, como as mudanças, nos quadros teóricos de análise. O autor aponta como, inicialmente, o modelo cultural-assimilacionista proposto pelo alemão Emílions Willems adquiriu proeminência nos meios acadêmicos. O modelo era centrado na análise de processos de mudança sociocultural, a partir do contato interétnico. Além disso, o modelo de Willems formou conceitos como “aculturação” e “assimilação” e recebia forte influência da antropologia e da sociologia estadunidenses. Os estudos privilegiavam fenômenos como o casamento interétnico, a religião, os hábitos recreativos e o idioma pela capacidade de indicar que imigrantes estariam progressivamente adotando os sistemas de valores brasileiros. Na década de 1950, Willems deixou o Brasil, ao mesmo tempo que ocorria uma mudança no quadro teórico de análise nas ciências sociais do país, com o surgimento do modelo integracionista. Este, de forma a não se limitar apenas ao escopo da cultura, focava mais na mobilidade socioeconômica e na inserção em melhores posições na estrutura ocupacional.

Apesar da ausência de Willems, a continuidade de seu modelo seria prolongada por Hiroshi Saito, dedicado aos estudos sobre os japoneses. Segundo Aline de Sá Cotrim (2016), para Saito, o imigrante adquire características do país receptor, sem abandonar todas as características de sua cultura; assim o processo de assimilação resultaria em uma nova cultura e implicaria mudanças na sociedade. O autor se preocupava em demonstrar a capacidade de assimilação e os benefícios da presença de imigrantes japoneses no Brasil, contrapondo as visões eugenistas e os discursos antinipônicos existentes à época.

Além da produção acadêmica de Hiroshi Saito, destacamos também a pesquisa da antropóloga Ruth Cardoso, que, ao estudar os imigrantes japoneses e descendentes, relacionou os processos de constituição étnica e a formação de classe. A autora entendia que o imigrante seria integrado totalmente à sociedade receptora quando absorvido como membro de uma classe, e assim ocorreria sua dissolução como etnia. Essa análise da autora seguia tendência das ciências sociais de ir para além do modelo cultural-assimilacionista, substituindo conceitos como “aculturação” e “assimilação” por “integração”, atentando à mobilidade

ascensional e, ao mesmo tempo, tanto ao pluralismo como à valorização das particularidades culturais dos imigrantes (TANIGUTI, 2018).

Como podemos acompanhar, conceitos como “aculturação”, “assimilação” e “integração” refletiam, dentro das discussões acadêmicas, um posicionamento que buscava tanto superar os discursos eugenistas e contrários à imigração japonesa como também visibilizar a ascensão socioeconômica dos nipo-brasileiros. Observamos que o próprio grupo dos imigrantes japoneses e dos descendentes, que eram objeto dos estudos das ciências sociais passam adotar o discurso integracionista, vindo a afirmar, positivamente, sua identidade (TANIGUTI, 2018).

Portanto, atentamos que as reflexões e os discursos de lideranças intelectuais, a exemplo de Hiroshi Saito, influenciaram outras contrapartes de lideranças – desde, por exemplo, as empresariais (gestores das cooperativas), até as políticas (candidatos eleitos nipo-brasileiros) –, de forma a ampliar o entendimento do próprio grupo como sinônimo de assimilação e de integração exemplares no país³². Desse modo, a mobilidade ascensional contribuiu para que “se afirmasse, sob o léxico da democracia racial, um discurso sobre a capacidade inclusiva e não discriminatória da nação brasileira” (TANIGUTI, 2018, p. 145).

³² Observamos que discussões mais recentes procuram trazer novas interpretações para conceitos antigos. Oswaldo Truzzi (2012) afirma que o conceito de “assimilação” vai ser reconceituado por autores como Richard Alba e Victor Nee (2003 apud TRUZZI, 2012). Esses autores são conscientes da crítica ao caráter etnocêntrico do uso originário do conceito, a nova orientação teórica busca conciliar etnicidade e assimilação. O conceito que anteriormente previa que os grupos étnicos minoritários teriam de, inevitavelmente, ocultar os próprios traços étnicos para ser “assimilados” pelo grupo majoritário (visão unilateral) é reavaliada, de forma a entender que a assimilação não requer o desaparecimento de etnicidade. Os processos de assimilação podem ocorrer não apenas via mudanças em um grupo que o torna mais próximo do outro, mas em ambos os grupos, diminuindo as diferenças entre eles e proporcionando, assim, uma convergência entre eles. Elementos de culturas minoritárias podem ser incorporados à cultura majoritária, para criar uma cultura composta. A assimilação, nesta nova interpretação, ocorre por mecanismos individuais e de grupo configurados pelas formas de capital (social, econômico e educacional) que os indivíduos do grupo minoritário possuem, enquanto os mecanismos estruturais de assimilação são orientados por arranjos institucionais de Estado, de empresas e de mercado de trabalho. Ressaltamos essa nova possibilidade de interpretação do conceito de “assimilação”, porque ela pode ser útil para pensar o caso dos nipo-brasileiros. Isso porque, por sua vez, os imigrantes japoneses pensaram estratégias individuais e coletivas de inserção na sociedade, quando consideram capitais específicos como o educacional, centro desta dissertação. Também aproveitaram de contextos específicos em que o Estado promoveu abertura para mobilidade deles, como o caso da nomeação dos primeiros ministros técnicos nipo-brasileiros.

2.3.2 *Nihonjiron*: uma possibilidade de explicação à construção do mito da minoria modelo

Em um segundo momento, observamos ocorrer um esforço, por parte de alguns nipo-brasileiros, em ressaltar para além da assimilação e integração harmoniosa. Os imigrantes japoneses e descendentes estavam casando-se de forma interétnica, adotando a religião católica e hábitos brasileiros, praticando o português, formando no ensino superior, galgando cargos políticos e outros. Todo esse processo passou a ser narrado por parcela do grupo como uma história de jornada de “sucesso”, semelhante a uma epopeia. Essa jornada passou a ser celebrada em momentos que veremos a seguir.

Richard Gonçalves André (2009) analisou o modo como os meios de comunicação se portaram em 2008, ano em que se comemorou o centenário da imigração japonesa no Brasil. Segundo o autor, esse ano foi marcado pela criação de:

uma narrativa linear e homogênea espacial e temporalmente ressaltando os lugares comuns épicos em torno de indivíduos que, saindo de sua terra natal, aventuraram-se em um país estranho, ascenderam socialmente e foram assimilados ao universo brasileiro (ANDRÉ, 2009, p. 1)

Essa construção narrativa, portanto, seria superficial e distanciada do debate acadêmico, que, já há bem anteriormente ao centenário, tem sugerido uma história da imigração com conflito e com contradições, diferentemente da ideia linear e homogênea.

Em sentido similar ao de André, Luana Ueno (2021) analisa como as festividades em torno dos aniversários da imigração japonesa para o Brasil foram compostas por um discurso memorialista, que acaba por produzir uma narrativa idealizada do processo ocorrido no país. Os discursos presentes naqueles eventos destacam elementos positivos e cristalizados sobre o grupo japonês e seus descendentes. É exemplo o Imin 70 – evento de comemoração de 70 anos da imigração japonesa no Brasil –, no qual se consolidou a nova imagem positiva do nipo-brasileiro, instigada pela ascensão do Japão a partir da metade da década de 1950. Essa nova imagem era personalizada por meio de figuras consideradas como importantes para a colônia, tais como empresários que ascenderam economicamente. Para a autora, as comemorações rememoram e reproduzem a jornada dos imigrantes como heróis. O imigrante

japonês chega “em uma terra desconhecida, sofre, luta e no fim supera os problemas e dificuldades por intermédio do *ganbare*³³” (UENO, L. M., 2021, p. 62).

Elencamos também a crítica de Kebbe e Machado (2008), quando analisam as mídias étnicas (jornais produzidos por japoneses e descendentes) nas comemorações do centenário de imigração japonesa no Brasil em 2008. Os autores descrevem a construção de uma narrativa mítica, para estruturar o mito do sucesso da imigração japonesa no Brasil. Exaltou-se a história dos primeiros imigrantes que conseguiram construir, com muita dificuldade, uma comunidade *nikkei* contribuindo à formação da sociedade brasileira. O êxito econômico-financeiro e social por parte de alguns imigrantes e de seus descendentes seria a comprovação da colaboração positiva ao país. Apesar dessa narrativa por parte das mídias étnicas, os autores explicitam a contrariedade do discurso de “sucesso” do centenário com o contínuo fenômeno decasségui que teve início na década de 1980, no qual os nipo-brasileiros vão ao Japão para trabalhar nas indústrias como mão de obra barata.

Considerado as análises da formação de uma narrativa de “sucesso” por parte de nipo-brasileiros (a exemplo de editores de mídias étnicas e de organizadores de eventos), deduzimos que exista o uso instrumentalizado da ideia de “minoridade modelo”. Partindo desse pressuposto, buscamos investigar as razões que poderiam elucidar o motivo por trás disso. Desse modo, sugerimos o *nihonjinron*³⁴ (“teorias da japonicidade” ou “teorias da nipocidade”) como possibilidade de explicação do posicionamento de alguns nipo-brasileiros.

Ernani Oda (2011, p. 112, 113) comenta:

Depois da guerra, contudo, principalmente a partir da década de 1960, ocorre uma guinada em sentido contrário. As opiniões negativas passam a se tornar minoritárias, e o Japão se torna gradativamente um símbolo de modernidade, desenvolvimento e progresso, um país que, por ter se tornado uma das maiores potências econômicas mundiais deveria ser visto como modelo no caminho do Brasil rumo ao primeiro mundo. A ascensão social de vários imigrantes japoneses na sociedade brasileira fortalecia tais ideias (Cardoso³⁵, 1998). É a partir desse período que se consolida uma imagem positiva dos japoneses e seus descendentes. Eles seriam trabalhadores e aplicados nos estudos, traços culturais supostamente japoneses (Lesser³⁶, 2007). Vale ressaltar que essa apologia da cultura japonesa no Brasil coincide com o período de ascensão das teorias triunfalistas do *nihonjinron* no Japão, e em ambos os

³³ “*Ganbare*” é uma palavra de incentivo frequentemente utilizada no Japão, muitas vezes é traduzida como “força”, “esforce-se”, “agente firme”, “persista”, (ALIANÇA CULTURAL BRASIL-JAPÃO, 2020)

³⁴ 日本人論, que seria literalmente “teorias da japonicidade” (SASAKI, 2011)

³⁵ CARDOSO, Ruth. Estrutura familiar e mobilidade social: estudo dos japoneses no estado de São Paulo. 2 ed. São Paulo, Kaleidos-Primus, 1998

³⁶ LESSER, Jeffrey. A discontented diaspora: Japanese Brazilians and the meanings of ethnic militancy, 1960-1980. Durham, Duke University Press, 2007

países isso serviu para legitimar ideologias desenvolvimentistas e modernizantes em voga na época.

Segundo Sasaki (2011), o *nihonjinron* seria um gênero literário e acadêmico que discorre sobre a singularidade cultural e social nipônica. Valores peculiarmente japoneses – como conformidade, dependência mútua, exclusividade, harmonia, homogeneidade e orientação grupal – são postos em contraposição aos valores ocidentais. Enfatiza-se a diferença entre o Japão e o Ocidente, de forma a construir uma identidade nacional japonesa e, igualmente, a construir o “Outro” ocidental.

Parte do *nihonjinron* se desenvolve no período posterior à Segunda Guerra Mundial, sobretudo durante a década de 1960, diante do crescimento econômico do país no período. Autores de diferentes áreas do conhecimento conseguiram popularizar suas teorias acadêmicas que descreviam especificidades do povo japonês. Essas interpretações tiveram aceitação tanto dentro quanto fora do Japão. Brevemente, podemos citar algumas obras representativas do gênero.

A obra *O crisântemo e a espada*, da antropóloga estadunidense Ruth Benedict (2019 [1946])³⁷, é uma análise da sociedade japonesa que justamente emprega a noção de “padrões de cultura” e foi encomendada pelo departamento de guerra dos Estados Unidos da América, dentro do contexto da ocupação do Japão. Sasaki (2009, p. 146) resume o livro em termos gerais apontado como Benedict caracterizou o país:

(...) uma sociedade “coletivista” (em oposição à “sociedade individualista ocidental”) e como uma “cultura da vergonha” (em oposição à “cultura da culpa ocidental”). Pressupondo que há um padrão coletivo compartilhado entre as pessoas que vivem em uma sociedade moderna como a japonesa, a autora procurou identificar um padrão japonês distinto em termos de cultura e comportamento.

Para Ruth Benedict (2019 [1946], p.10), os japoneses apresentam características contraditórias (como o próprio título da obra remete):

³⁷ A primeira edição em inglês foi publicada em 1946.

(...) são, no grau mais elevado, agressivos e não-agressivos; militaristas e estéticos, insolentes e polidos, rígidos e adaptáveis, submissos e ressentidos por serem tiranizados, leais e traiçoeiros, bravos e tímidos, conservadores e receptivos a novas formas.

De fato, essa visão paradoxal do povo japonês viria a exercer intensa influência não só sobre o Ocidente, mas também sobre os próprios japoneses. Para estudiosos japoneses nativos, o estudo de Benedict apontaria a essência do caráter nacional japonês; e a análise partiria da visão de um “outro” ocidental, o que legitimaria, ainda mais, a interpretação sobre o povo. Nesta medida, o “mito da alteridade singular japonesa satisfaz as necessidades tanto do Japão quanto do Ocidente” (SASAKI, 2009, p. 151).

Outra obra representante do *nihonjinron* é *Japanese Society* da antropóloga japonesa Chie Nakane (1970) que resgata ideias de Ruth Benedict, enfatizando o caráter coletivo da sociedade e das instituições japonesas. Sasaki (2009, p. 153) explica a teoria da autora estadunidense sucintamente:

Em outras palavras, o que determina primariamente a auto-identificação do japonês é o seu pertencimento institucional ou organizacional, ou seja, o fato de ser o membro de um grupo corporativo, mais do que o seu status individual. Um paradigma institucional bastante utilizado é o “*ie*”, que significa casa ou família. Essa noção amplamente arraigada na ideologia e/ou filosofia das empresas e no grupo corporativo japonês se caracteriza pelas relações verticais de hierarquia, diferentemente das sociedades ocidentais onde prevalecem as relações horizontais.

Nakane (1970), portanto, entende que “o ‘coletivismo’, a ‘identidade corporativa’ e a ‘hierarquia vertical’ constituem, portanto, as principais características estruturais da sociedade japonesa” (SASAKI, 2009, p. 153).

Em suma, Nakane (1970) aponta a hierarquização – com rigoroso ranqueamento – como norma social que orienta a vida da sociedade japonesa. Ainda para a autora, existe uma tendência estrutural vertical que se desenvolveu, ao longo da história japonesa, na qual se formou a diferença entre os membros e os grupos, assim estabelecendo relações hierárquicas socialmente valorizadas. É exemplo a relação *senpai-kouhai* (“veterano-calouro”). Dessa maneira, a superioridade da maioria sobre a minoria é normalizada e aceita. Acaba-se também, de certa forma, legitimando ditados populares como “prego que se destaca é martelado para baixo”.

Contudo, em geral – para além das duas autoras, específicas, Benedict e Nakane –, as teorias da japonicidade viriam a sofrer críticas. Por exemplo, Yoshio Sugimoto e Ross Mouer (2009) afirmam que as explicações da sociedade japonesa tendem ser leituras homogeneizantes, reduzindo a importância do conflito social e das variações existentes. Faz-se, portanto, necessário reconhecer que o conflito é uma característica dominante da sociedade japonesa, em todos os períodos históricos. Essa mesma sociedade possui variações internas que não conseguem ser explicadas com tentativas de criar um suposto caráter nacional. As desigualdades também são constituintes da sociedade japonesa, não sendo possível desconsiderar deliberadamente as desigualdades sociais, tais como, entre tantas, as de gênero.

Para Ricardo Sorgon Pires (2017), de fato, podemos afirmar que as teorias da japonecidade que têm como característica comum a singularidade cultural e social nipônica foram criticadas devido aos princípios essencialistas e a-históricos, desse modo sugerindo continuidades permanentemente inabaláveis. Os estudos classificados como pertencentes ao *nihonjiron* tendem a invisibilizar conflitos existentes de uma sociedade japonesa que não é homogênea e, ainda, tendem a desconsiderar a diversidade de, por exemplo, classe social, etnia, gênero, ocupação e renda. Os estudos críticos ao *nihonjinron* passaram a indagar a premissa da homogeneidade racial, dando reconhecimento a grupos minoritários invisibilizados – ainu³⁸, *burakumin*³⁹, coreanos e okinawanos⁴⁰ –, revendo o mito da homogeneidade nipônica.

³⁸ Os ainu (アイヌ) são um povo nativo do território japonês de origem ainda discutida. Habitavam principalmente a região setentrional do Japão. A partir do século XV foram lentamente expulsos em direção ao extremo norte do arquipélago pela população da região de Yamato, a qual viria a ser considerada como o local de “origem” dos japoneses. No século XIX, os ainu concentravam-se, sobretudo, em Hokkaido. Apesar de terem alguns direitos garantidos por lei, os descendentes dos ainu ainda sofrem preconceito na sociedade japonesa e sua cultura corre sério risco de desaparecer (PIRES, 2017).

³⁹ O termo “burakumin” (部落民), literalmente significa “pessoas da aldeia” e referia-se a diversos grupos, considerados como párias sociais existentes, ao menos, desde o século XIV. No Período Edo, os *burakumin*, também chamados de “*eta*” (穢多), textualmente “imundos”, foram oficialmente excluídos da sociedade e eram obrigados a viver em guetos nas vilas e cidades. Os *burakumin* eram estigmatizados por realizar tarefas consideradas impuras e vis, tais como o abate de animais, curtição de couro, trabalho com defuntos, limpeza urbana (as crenças do xintô consideravam sangue, fluídos corporais, cadáveres como altamente repulsivos e contaminantes). Apesar de a emancipação legal desse grupo ter ocorrido em 1871, a discriminação contra os *burakumin* ocorre até os dias de hoje (ainda que não exista qualquer diferença na aparência física), uma vez que muitos podem ser identificados por meio de complexas análises genealógicas feitas a partir de seus sobrenomes e local de origem. (PIRES, 2017).

⁴⁰ Atualmente, os okinawanos são os habitantes da Província de Okinawa, um pequeno arquipélago localizado no extremo sul do Japão, próximo a Taiwan. Por quase quatrocentos anos Okinawa foi um reino independente chamado Ryūkyū. Os ryukyuanos possuíam línguas, práticas religiosas e culturais e até traços físicos diferentes dos japoneses das ilhas principais. Após a Restauração Meiji, o governo japonês acabou e, em seguida, anexando o então frágil Reino de Ryūkyū criando, em seu lugar, a Província de Okinawa (1879). Apesar de serem

Entretanto, a revisão crítica que acontece no Japão não se reflete totalmente no Brasil, pois, como demonstrado anteriormente nesta mesma seção, os pressupostos do *nihonjinron* permanecem influentes em algumas análises da imigração japonesa aqui. Entendemos que os pressupostos essencialistas dessas teorias tendem a caracterizar os japoneses como povo único, de maneira que são vistos, no Brasil, como possuidores de uma suposta especificidade homogênea.

Segundo Pires (2017, p. 1680):

(...) é notável que grande parte dos trabalhos sobre a imigração japonesa no Brasil apresentam, historicamente, um caráter laudatório dessa imigração caracterizando seus protagonistas como membros de uma “minoridade modelo”, uma coletividade homogênea, congelada no tempo-espaço e com traços culturais positivos (trabalho duro, dedicação aos estudos, cooperativismo) e imutáveis.

Ainda ressaltamos a crítica efetuada por Sasaki (2009, p. 157, 158):

Depois de Nakane e Benedict, vários livros que tenderam a essencializar a “cultura” coletivista japonesa, em diversas áreas do conhecimento como Psicologia, Antropologia, Administração ou Biologia, foram publicados nos anos 1970. Essa quantidade de publicações de *nihonjinron* foi um sucesso de venda, portanto muito consumido, tanto que se tornou uma mercadoria popular (BEFU, 1987⁴¹). Em outras palavras, isso mostra a ‘comoditização’ da identidade japonesa, isto é, o “*nihonjin*” (japonês) virou uma mercadoria, um fetiche da sociedade capitalista.

Nesse mesmo sentido crítico, cite-se Ernani Oda (2011, p. 115), que igualmente realiza crítica pertinente às interpretações sobre o *nihonjinron* no Brasil:

oficialmente japoneses, okinawanos eram como considerados cidadãos de segunda classe. Havia uma forte perseguição às suas particularidades étnicas e culturais, e Okinawa foi praticamente reduzida a uma colônia japonesa. Após a Segunda Guerra, Okinawa esteve sob a administração americana até 1972, quando retornou à soberania japonesa. Apesar de a discriminação ter diminuído nas últimas décadas, Okinawa continua sendo a província mais pobre do país e é obrigada suportar quase todo o peso da presença militar estadunidense no Japão (PIRES, 2017).

⁴¹ BEFU, Harumi, Ideorogī to shite no Nihon Bunkaron (As Teorias sobre a Cultura Japonesa enquanto Ideologia). Tokyo: Shisō no Kagakusha, 1987 *apud* IWABUCHI, Koichi. “Complicit Exoticism: Japan and its Other”. The Australian Journal of Media & Culture, vol. 8, n° 2, (“Critical Multiculturalism” – edited by Tom O’Regan), 1994

Uma vez que a noção de “cultura japonesa” se torna objeto de consumo disponível dentro de um mercado global, o Brasil também se apresenta como um dos consumidores desse tipo de “produto”. Tal consumo pode ser observado em práticas associadas aos imigrantes japoneses e seus descendentes no Brasil, como foi o caso das comemorações do centenário da imigração em 2008.

Por conseguinte, entendemos que a falta de debate sobre o *nihonjinron* e o consumo acrítico de várias obras do mesmo gênero em diversas áreas de conhecimento podem ter como consequência a construção de narrativas essencialistas do povo japonês⁴². Podem, ainda, levar algumas pessoas a relacionar diretamente a suposta especificidade japonesa com os descendentes de imigrantes no Brasil.

Sugerimos, então, que as interpretações acríticas acerca dos discursos relativos ao *nihonjinron* possam ser um dos motivos da existência da narrativa de jornada de “sucesso”, tão comum em eventos de celebração da imigração japonesa no Brasil. A ascensão dos nipo-brasileiros embasaria a justificativa em valores imutáveis e repassados pelas gerações imigrantes antepassadas.

Tentaremos evidenciar algumas interpretações da imigração feitas no Brasil fundamentadas na suposta especificidade do povo japonês. Essas interpretações pressupõem que os japoneses teriam certos valores únicos (a educação, entre eles). Esse tipo de perspectiva é um exemplo de desdobramento do *nihonjiron* no Brasil. Nessas compreensões, os valores japoneses seriam um legado que os imigrantes devem transmitir para as próximas gerações de descendentes, assim dando continuidade à sua especificidade.

A obra *Os Japoneses e seus legados*, de Yuho Morokawa (2015), procura demonstrar as principais características dos japoneses, sob a perspectiva de um nipo-brasileiro. O autor afirma que os legados e os pensamentos dos imigrantes japoneses não devem ser esquecidos, pois formam uma filosofia de vida que pode ser útil na formação de vida dos brasileiros.

Listamos algumas características e legados dos japoneses que compõem os capítulos do livro (MOROKAWA, 2015, p 3, 4) (Figura 2):

⁴² O autor Eiji Oguma (2014) estuda a genealogia da autoimagem “japonesa” (uso das aspas pelo autor devido ao fato de ele criticar a suposta homogeneidade japonesa) e aponta que, mesmo anteriormente ao discurso do *nihonjinron* da década de 1960, já existia uma proposta de discurso da singularidade japonesa na forma de ensaios no início do século XX. Aqueles ensaios não teriam o mesmo rigor acadêmico da produção acadêmica realizada posteriormente, devido ao renascimento da ênfase positiva, por sua vez, creditável ao contexto de milagre econômico japonês. Um exemplo seria a produção do folclorista japonês Kunio Yanagita (1875-1962), que buscou uma teoria de povo insular em oposição ao Ocidente. Ponderamos que a produção ensaística anterior ao *nihonjinron* da década de 1960 também pode ter influenciado os pesquisadores nipo-brasileiros, uma vez que as obras do período também promovem uma perspectiva de especificidade japonesa (valores japoneses) e foram consumidas em solo nacional.

Figura 2 - Características e legados dos japoneses

Capítulo 5 – As características dos Japoneses	19
1 - Impressão do primeiro contato entre um estrangeiro e os japoneses	19
2 - Os japoneses são um povo honesto	21
3 - Os japoneses são um povo trabalhador	23
4 - Os japoneses são um povo bem-comportado	25
5 - Os japoneses são um povo que agradece uns aos outros	26
6 - Os japoneses procuram não atrapalhar a vida alheia	28
7 - Os japoneses, em geral, são confiáveis	30
8 - Os japoneses são um povo que não gosta de latrocínios	31
9 - Os japoneses são um povo que preserva a tradição	33
10 - Os japoneses são um povo que cumpre as leis, obedece aos regulamentos e assume seus compromissos	35
11 - Os japoneses são um povo que respeita os veteranos	37
12 - Os japoneses são um povo que evita atos vergonhosos	38
13 - Os japoneses são um povo cerimonioso	40
14 - Os japoneses são um povo que pratica a cooperação mútua	42
15 - Os japoneses são um povo que aplica o princípio do livre-arbítrio	43
16 - Os japoneses são um povo que preserva sua terra natal	44
17 - Os japoneses são um povo que gosta de ler e escrever livros e poesias	45
18 - Os japoneses são um povo que gosta de caminhar pelas montanhas	47
19 - Os japoneses fazem de tudo para agradar seus visitantes ou clientes	49
Capítulo 6 - Os legados dos Japoneses	51
01 - As orientações básicas no lar	51
02 - Cumprimente as pessoas que encontrar	52
03 - Manifeste sempre sentimento de gratidão	52
04 - Esforce-se com dedicação e perseverança	53
05 - Suporte, e se torne uma pessoa forte e corajosa	54
06 - Nunca oprima os mais fracos	54
07 - Torne-se uma pessoa que não atrapalha a vida dos outros	54
08 - Não cometa atos vergonhosos	55
09 - Não desperdice	55
10 - Todas as profissões são importantes, e devem ser respeitadas	56
11 - Nunca minta a ninguém	56
12 - Nunca roube nada	57
13 - Viva honestamente	57
14 - Viva aplicando o princípio do livre-arbítrio	58
15 - Benevolência e alegria – as chaves da longa vida	58
16 - Agradeça sempre a dádiva da natureza	59
17 - Torne-se uma pessoa altruísta, consciente de sua missão	59
18 - Participe!	60

As características e os legados descritos na obra exemplificam a crítica dirigida por Pires (2017) sobre traços culturais positivos e imutáveis presentes em trabalhos sobre imigração japonesa no Brasil.

O mesmo essencialismo também foi notado em pesquisa, pela perspectiva etnográfica, realizada por Camila Aya Ischida (2010). O estudo objetivou investigar os processos de identificação de sujeitos nipo-brasileiros, relacionando com o imaginário discursivo sobre o próprio grupo e tendo como metodologia entrevistas com indivíduos das mais diferentes idades e perfis socioculturais. A pesquisa foi realizada em três cidades reconhecidas pelo número significativo de nipodescendentes, aqui elencadas em valores populacionais decrescentes: São Paulo (SP), Maringá (PR) e Astorga (PR). Segundo a autora, para a maior parte do grupo entrevistado, esse imaginário “se estrutura a partir de três pilares básicos: os atributos de trabalhador, honesto e esforçado” (ISCHIDA, 2010, p. 28). Esses valores foram recorrentemente mobilizados nas falas dos entrevistados como uma herança ancestral – desse jeito, pode-se identificar um “*ethos* japonês” atrelado a elementos como esforço, disciplina, honestidade e ordem.

Ischida (2010) ressalva que o imaginário discursivo percebido na pesquisa pode constituir-se em uma das chaves, mas não é a única, para os processos de construção identitária. O foco recaiu em explicitar como “posições múltiplas podem ser construídas por meio de interpelações discursivas e por meio da ressignificação e negociação desse imaginário” (ISCHIDA, 2010, p. 278). Nesse sentido, ressaltamos que nem todos nipo-brasileiros se identificarão com os legados, nem com as características japonesas citadas na obra de Morowaka como tampouco sentem que devem transmiti-los para a formação da sociedade brasileira.

Mais do que isso, atentamos ser necessário não confundir a tênue linha entre a valorização da educação e a fomentação do estereótipo positivo. Cabe, portanto, indagar: até que ponto as narrativas celebrativas produzidas por descendentes de japoneses por influência do discurso do *nihonjinron* não criam “narrativas idealizadas (e ‘idealizantes’)” (PIRES, 2017, p.1681)? Se as teorias sobre o *nihonjinron* passam por revisões críticas no próprio Japão, como os nipo-brasileiros podem aceitar aqueles essencialismos sobre o povo japonês, de forma acrítica? Uma resposta possível é a de que a falta de criticidade por parte de alguns

pode gerar narrativas que invisibilizam a diversidade existente dentro do grupo, assim como ocorre no Japão.⁴³

Por ora, trataremos como a imagem positivamente estereotipada do estudante nipo-brasileiro se consolida como parte de uma narrativa de “sucesso” da imigração japonesa no Brasil.

⁴³ Trataremos da diversidade entre nipo-brasileiros adiante (ver Capítulo 4.2.2).

3 O ESTEREÓTIPO DO BOM ESTUDANTE NIPO-BRASILEIRO (CONSOLIDAÇÃO)

No capítulo anterior, procuramos demonstrar a mudança da percepção negativa (perigo amarelo) para a positiva (minoria modelo). Compreendemos como ocorre a criação do estereótipo positivo sobre o nipo-brasileiro de forma geral.

Neste momento, ilustraremos o estereótipo do estudante nipo-brasileiro como parte daquele estereótipo positivo. Para tanto, analisaremos a representação estereotipada do estudante presente, tanto nos discursos de descendentes em obras celebrativas, como nos discursos vindos de não descendentes, nos jornais impressos.

3.1 A IMAGEM DO ESTUDANTE NIPO-BRASILEIRO NAS OBRAS CELEBRATIVAS DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL

Destacamos aqui o livro *Brasil-Japão, 100 anos de paixão*, dos editores Milton Mira de Assumpção Filho e Ernesto Yoshida (2008) que foi uma das várias publicações impressas no ano em que se celebrou o centenário da imigração japonesa no Brasil. Os autores definem que o objetivo da obra foi trazer uma pequena amostra do imenso legado da inestimável contribuição dos imigrantes e demonstrar como o Brasil é um país que pulsa generosidade, sendo sempre aberto a acolher imigrantes que venham agregar valores.

Para produzir a obra, foram reunidos duzentos depoimentos de personalidades representativas da comunidade nipo-brasileira. Os entrevistados responderam às três perguntas seguintes:

1) Quando se fala no Japão, no povo japonês e na cultura japonesa, quais são as primeiras coisas que lhe vêm à cabeça? (No caso dos entrevistados japoneses, pediram impressões sobre o Brasil.)

2) Qual foi a principal contribuição dada pelos japoneses e seus descendentes ao longo dos cem anos de história desse povo no Brasil?

3) Relate algum episódio curioso ou alguma experiência inesquecível em seu contato com os japoneses, seus costumes e sua cultura.

Alguns dos entrevistados foram os descendentes diretos dos primeiros imigrantes das duas colônias japonesas: a de Mombuca, em Guatapé-SP (interior de São Paulo); e a de Jetuba, em Caraguatatuba (litoral norte paulista). Os editores descrevem as entrevistas coletadas:

Foi até certo ponto surpreendente a emoção carregada nos relatos dos imigrantes e, principalmente, dos descendentes ao referirem-se a seus país e avós. Muitas narrativas rememoram as dificuldades enfrentadas por japoneses que sonhavam com um lugar melhor para viver e que, ao chegar ao Brasil, foram surpreendidos por uma realidade bem diferente e tiveram de desbravar, construir e superar desafios enormes (ASSUMPÇÃO FILHO; YOSHIDA, 2008, p. vi)

Outras entrevistas foram realizadas com as famílias pioneiras em Ribeirão Preto (SP). Os editores adjetivaram a cidade como “berço da imigração japonesa” por ter acolhido o maior contingente de imigrantes japoneses da embarcação Kasato Maru. Segundo eles, o local é um exemplo perfeito de como:

Os japoneses e seus descendentes conseguiram se integrar na comunidade local – participando ativamente de todos os setores da economia, conquistando posições de destaque na sociedade –, ao mesmo tempo que conseguiram preservar suas raízes e tradições (ASSUMPÇÃO FILHO; YOSHIDA, 2008, p. vii).

Outra cidade foi escolhida para coleta de entrevista a capital São Paulo (SP). Foi onde se entrevistaram personalidades representativas da comunidade japonesa, tais como os representantes das províncias japonesas, mas, também, personalidades sem nenhum relacionamento consanguíneo com o Japão e japoneses, mas ligados profissionalmente ou sentimentalmente.

Os dados coletados das entrevistas foram estes:

Entre os brasileiros, as primeiras coisas que lhe vêm à mente quando se fala no Japão e nos japoneses são a disciplina (característica citada por 23% dos entrevistados), seriedade e dedicação ao trabalho (19%), tradição e preservação dos costumes (19%), culinária e restaurantes (17%), tecnologia e inovação (17%), inteligência e educação (16%) (ASSUMPÇÃO FILHO; YOSHIDA, 2008, p. vii).

Descrita resumidamente a obra, já percebemos a relação dos duplos objetivos dela: tanto com a ideia dos imigrantes japoneses e descendentes como “minoría modelo”; como com a ideia de “democracia racial” brasileira.

Os depoimentos remetem aos valores positivos e imutáveis japoneses compreendidos como legados. Assim sendo, separamos dois exemplos que são representativos para nossa pesquisa. Isso porque um dos exemplos trata da representação do estudante nipo-brasileiro; e o outro, do processo educacional de um imigrante japonês no Brasil.

Abaixo, segue a página com os depoimentos (Figura 3):

Figura 3 - depoimentos em obras celebrativas

94

“ Em 1960, eu freqüentava um cursinho pré-vestibular no bairro da Liberdade. Os maiores e melhores cursinhos ficavam lá. Também já existia a fama de que os nisseis eram os concorrentes mais temíveis dos estudantes não-nikkeis. Um dia, um professor entrou na sala de aula e, dirigindo-se aos estudantes não-nikkeis, disse: ‘Tenho uma boa dica para vocês passarem no vestibular: mate o japonês do seu lado’. Recordando as estatísticas, a população de japoneses e descendentes no Brasil inteiro é de cerca de 1,5 milhão de pessoas, ou 0,8% da população total. Na cidade de São Paulo, a proporção é de cerca de 2%. Já o percentual de estudantes nikkeis nas universidades paulistas varia de 5% a 20%, dependendo dos cursos. Na FEI, onde estudei, na minha classe cerca de 30% eram nikkeis. Daí a piada do professor.”

Ken Yamazato, engenheiro de pipas



95

“ O governo japonês falava maravilhas do Brasil. Que as estradas eram cheias de bananas e mamões e que ninguém passava fome. Tudo que se plantava, vendia-se. Meu pai, Tetsuzo Nitta, decidiu vender um reflorestamento que tinha no Japão e investir em um futuro melhor no Brasil. Chegamos em 1963. Eu tinha 12 anos e estava na 6ª série no Japão. Nossa primeira decepção foi quando chegamos à Colônia Mombuca, em Guataporá, e vimos que tínhamos de começar tudo do zero. Derrubar mata, construir nossas casas, perfurar cisternas. Não havia luz. Demoramos cinco anos para entender a economia do Brasil. Foram cinco anos duros de muito trabalho e pouco retorno. Aos 12 anos, fui estudar no grupo escolar e tive de entrar na 1ª série. Meus colegas tinham seis anos menos do que eu. Pela minha idade, me sentia obrigado a saber mais do que eles. Como eu não sabia bem o português, decorei o livro inteiro. A professora perguntava: ‘O que é uma montanha?’ – e eu escrevia duas páginas do que havia decorado. Ela não tinha como dar a nota porque eu escrevia muito. Quando estava na 5ª série, fui escolhido para representar nossa escola em uma competição interescolar entre cidades. Classifiquei-me em primeiro lugar. Voltei a competir quando estava na 8ª série e fiquei em terceiro lugar. Eu já havia assimilado a cultura dos brasileiros.”

Kizuti Nitta, imigrante japonês, vice-presidente da Associação Cultural e Esportiva de Guataporá (SP)

O depoimento concedido por Ken Yamazato, engenheiro de pipas, foi o seguinte:

Em 1960, eu frequentava um cursinho pré-vestibular no bairro da Liberdade. Os maiores e melhores cursinhos ficavam lá. Também já existia a fama que os nisseis eram os concorrentes mais temíveis dos estudantes não nikkeis. Um dia, um professor entrou na sala de aula e, dirigindo-se aos estudantes não-nikkeis, disse: “Tenho uma boa dica para vocês passarem no vestibular: mate o japonês ao seu lado”. Recordando as estatísticas, a população de japoneses e descendentes no Brasil inteiro é de cerca de 1,5 milhão de pessoas, ou 0,8% da população total. Na cidade de São Paulo, a proporção é de cerca de 2%. Já o percentual de estudantes nikkeis nas universidades paulistas varia de 5% a 20% dependendo dos cursos. Na FEI, onde estudei, na minha classe cerca de 30% eram nikkeis. Daí a piada do professor (ASSUMPÇÃO FILHO; YOSHIDA, 2008, p. 91).

Encontramos, aqui, a representação inequívoca do estereótipo positivo sobre o estudante nipo-brasileiro. É uma figura temida pelos estudantes não descendentes no processo competitivo de entrada ao ensino superior – e o temor é reforçado, inclusive, por docentes. O depoente aponta dados sobre a super-representatividade do grupo nas universidades da cidade, engendrando a ideia de minoria modelo. Desta forma, faria sentido o dito popular sobre “mate um japa e passe no vestibular. Ressaltamos, então, como o estereótipo positivo é reconhecido socialmente, a ponto de configurar um dos depoimentos celebrativos.

Curiosamente, a fala proferida pelo professor foi interpretada como “piada”, e não como discriminação, nas palavras do próprio depoente nipo-brasileiro⁴⁴ que colaborou com o testemunho para o livro comemorativo. Ademais, essa situação de vivência escolar tensionada é recorrente entre muitos nipo-brasileiros – e, de forma surpreendente, o estereótipo do estudante nipo-brasileiro permanece forte até a atualidade.

O outro depoimento foi realizado por Kizuti Nitta, imigrante japonês e vice-presidente da Associação Cultural e Esportiva de Guatapará (SP):

O governo japonês falava maravilhas do Brasil. Que as estradas eram cheias de bananas e mamões e que ninguém passava fome. Tudo que se plantava, vendia-se. Meu pai, Tetsuzo Nitta, decidiu vender um reflorestamento que tinha no Japão e investir em um futuro melhor no Brasil. Chegamos em 1963. Eu tinha 12 anos e estava na 6ª série no Japão. Nossa primeira decepção foi quando chegamos à colônia Mombuca, em Guatapará, e vimos que tínhamos de começar tudo do zero. Derrubar mata, construir nossas casas, perfurar cisternas. Não havia luz. Demoramos cinco anos para entender a economia do Brasil. Foram cinco anos duros de muito trabalho

⁴⁴ Deduzimos ser pelo sobrenome.

e pouco retorno. Aos 12 anos, fui estudar no grupo escolar e tive de entrar na 1ª série. Meus colegas tinham seis anos menos do que eu. Pela minha idade, me sentia obrigado a saber mais do que eles. Como eu não sabia bem o português, decorei o livro inteiro. A professora perguntava: “O que é uma montanha?” – e eu escrevia duas páginas do que havia decorado. Ela não tinha como dar nota porque eu escrevia muito. Quando estava na 5ª série, fui escolhido para representar nossa escola em uma competição interescolar entre cidades. Classifiquei-me em primeiro lugar. Voltei a competir quando estava na 8ª série e fiquei em terceiro lugar. Eu já havia assimilado a cultura dos brasileiros (ASSUMPÇÃO FILHO; YOSHIDA, 2008, p. 91).

Percebemos, no relato do imigrante japonês, valores positivos, tais como disciplina, estudo, esforço e trabalho. Também notamos o uso do termo “assimilado”, tão comum nas narrativas da imigração japonesa, que remetem ao modelo cultural-assimilacionista das ciências sociais.

No destaque conferido aos dois depoimentos, buscou-se demonstrar que a representação positiva do estudante nipo-brasileiro (e, também, do estudante japonês nativo) está presente, inclusive, em obras celebrativas da imigração japonesa no Brasil, elaboradas pelos descendentes de imigrantes. Ressaltamos que, nesta pesquisa, não queremos refutar, nem reduzir, o apreço à educação que o grupo étnico-racial dedicamos. Buscamos, pelo contrário, proporcionar a reflexão crítica de que essas representações, se levadas à última consequência (sendo que muitas estão fortemente influenciadas pelo *nihonjiron*), podem causar generalizações excessivas, rejeitando a possibilidade de existência de perfis que fujam da expectativa esperada.

Efetuada a análise sobre a imagem do estudante nipo-brasileiro em materiais concebidos pela própria comunidade, cabe prosseguir aos jornais produzidos externamente à comunidade.

3.2 A IMAGEM DO ESTUDANTE NIPO-BRASILEIRO NOS JORNAIS DO PÓS-GUERRA AO INÍCIO DO SÉCULO XXI – DÉCADA DE 1970 A 2010⁴⁵

Para além dos descendentes de imigrantes japoneses, notamos que os não descendentes também reforçam o estereótipo positivo, especialmente quando analisamos o conteúdo de jornais impressos. As reportagens naturalizam o bom comportamento e o desempenho educacional dos imigrantes japoneses e descendentes, reforçando, concomitantemente, a ideia de minoria modelo e o estereótipo positivo do estudante nipo-brasileiro.

Na década de 1970, o jornal *O Estado de S. Paulo*, na data 18/6/1978, organizou um suplemento especial nomeado “Brasil-Japão”, devido a comemorações de 70 anos da imigração japonesa. A figura abaixo (Figura 4) ilustra a exaltação da presença de nipo-brasileiros no ensino superior e fala do “mito do ‘japonês do cursinho’, do aluno aplicado, que não cabula as aulas, o terror na disputa dos primeiros lugares” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1978. p. 28, grifo nosso).

⁴⁵ A escolha do período se deve justamente por contemplar tanto a fase da narrativa integracionista harmoniosa realizada pelas lideranças nipo-brasileiras, como, também, a fase da narrativa de jornada de “sucesso” presentes em momentos celebrativos, quando se corrobora a máxima da “democracia racial”, na qual se superam desigualdades e discriminações. A seleção de algumas reportagens tem o intuito de ilustrar a consolidação do estereótipo positivo, exatamente por meio da figura do estudante nipo-brasileiro. As reportagens utilizam de imagens, de números e de relatos que reforçam uma excelência nos estudos por parte dos descendentes de japoneses no sistema educacional nacional, enfatizando, principalmente, o acesso destes ao ensino superior.

Figura 4 - Reportagem sobre o novo mito do japonês aplicado



Para clientes de cá e de lá

NA UNIVERSIDADE O VESTIBULAR TRAZ O NOVO MITO DO JAPONÊS APLICADO

Ita, Poli, Mackenzie, Medicina, Unicamp. Nas listas dos aprovados nos vestibulares está aumentando a presença do nissei. É o mito do "japonês do cursinho", do aluno aplicado, que não cabula as aulas, terror na disputa dos primeiros lugares

Nas listas de candidatos aprovados nos exames para ingresso nas principais universidades brasileiras, chega a surpreender a quantidade de nomes japoneses. Os nisseis procuram especialmente os cursos ligados às áreas de Exatas e de Ciências Médicas.

No Instituto Técnico Aeroespacial (ITA), de São José dos Campos (SP), 18 por cento dos 575 alunos são descendentes de japoneses. Sua presença na Unicamp, em Campinas, também é representativa. E em Salvador, existe uma Casa Estudantil Japonesa.

Os nisseis que vinham do interior estudar em Salvador moravam no Convento da Ribeira. Há dois anos, o governo japonês, por meio de sua embaixada em Brasília e do consulado geral do Nordeste, em Recife, decidiu atender às reivindicações dos estudantes, que já se sentiam comprimidos no convento.

Comproou um terreno no popular bairro de Brotas e mandou construir prédio de linhas modernas, onde moram hoje 20 moças e 16 rapazes.

A população de Brotas já se acostumou à presença dos estudantes ali no bairro, depois de vê-los como estranhos e curiosos. Na Casa Estudantil Japonesa, orientada por dois adultos, o regulamento é rígido. É proibido trazer bebida alcoólica e, à noite, os jovens podem retornar no máximo até 22 horas.

ITA

No ITA, de São José dos Campos, há 90 alunos de descendência japonesa (todos nisseis, porque a instituição não aceita estrangeiros). No 1º ano da escola, 18 alunos são filhos de japoneses e, no 2º, 25.

Do 3º ao 5º anos, as classes se dividem pelas quatro especialidades que a escola oferece — Aeronáutica, Infra-estrutura/Engenharia, Engenharia Eletrônica e Engenharia Mecânica — estando matriculados 47 nipônicos.

Dos 90 alunos descendentes de japoneses, somente dois não são provenientes dos Estados de São Paulo e Paraná. Um deles é do Rio Grande do Sul, e o outro do Pará.

Os professores observam que com o aluno japonês "é mais fácil de se trabalhar", por ser mais disciplinado. Eles constataam ainda que os nisseis não costumam ser os primeiros classificados no vestibular, mas durante o curso, sempre se saem bem.

Entre os próprios professores há seis filhos de japoneses, um dos quais formado no ITA e com doutoramento numa universidade de Tóquio. Embora 18 por cento dos alunos sejam nisseis, um dos responsáveis pela escola afirma que "não há prevenção, nem preocupação quanto a uma possível invasão japonesa ao instituto".

No município de São José dos Campos há três estádios de beisebol, o que também reflete a influência japonesa. O da empresa Kanebo é considerado o maior do Brasil. A equipe de beisebol do Instituto Técnico Aeroespacial está entre as melhores do País: é a presença japonesa na escola mais procurada no Brasil, onde 3.400 alunos disputam apenas 120 vagas por ano.

UNICAMP

Na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), que reúne 6 mil alunos, a presença dos descendentes de japoneses também é considerada bastante significativa, principalmente na área das Ciências Exatas.

Não há estatísticas para comprovar a porcentagem de nisseis nas diversas faculdades da universidade, mas o Setor de Alunos registra sua intensa participação em cursos como Matemática, Tecnologia de Alimentos e Engenharia Elétrica.

Ao mesmo tempo, já é tradicional na universidade a pouca procura dos japoneses pelos cursos da área de Ciência Humanas. No ano passado, por exemplo, apenas um aluno descendente de japoneses se matriculou nesta área. E assim mesmo, num curso de pós-graduação.

De fato, algumas características que compõem o estereótipo aqui tratado estão presentes na reportagem. Assim, por exemplo, a observação feita por professores entrevistados, na qual se afirma que o “aluno japonês ‘é mais fácil de se trabalhar’, por ser mais disciplinado” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1978. P. 28, grifo nosso). Destacamos, já de início, que o autor da reportagem utiliza a expressão “aluno japonês”, não diferenciando japoneses natos de descendentes de japoneses. Ademais, a disciplina, um dos valores positivos comuns ao essencialismo do povo japonês, é prontamente demarcada. Outra informação de destaque na reportagem é sobre a presença significativa nos cursos na área das exatas e de ciências médicas, em oposição à baixa procura na área de humanas. Por fim, notamos a frase proferida por um dos responsáveis do ITA (Instituto Tecnológico da Aeronáutica), quando indagado sobre a grande presença de nisseis: “não há prevenção, nem preocupação quanto a uma possível invasão japonesa ao instituto” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1978. p. 28, grifo nosso). Apesar de a reportagem ter sido redigida em 1978, observamos que as palavras “invasão” e “terror” (no subtítulo da matéria) são utilizadas e remetem à ideia de “perigo amarelo”, de contextos históricos passados. A condição paradoxal, de admiração e de receio, mostra-se permanente no imaginário popular ao longo do tempo.

Prosseguindo para a década seguinte, de 1980, encontramos, no jornal *Folha de São Paulo*, na data de 19/06/1988, reportagem significativa sobre o processo de vestibular no Japão, em que relacionam suicídio e estudantes japoneses (Figura 5). A reportagem foi destacada, devido ao fato de geralmente espelharem japoneses nativos do Japão com os nipo-brasileiros que vivem no Brasil.

suporte material, a pressão sobre os estudantes os tem levado a suicídios e a casos de violência, tais agressões a professores e a intimidações entre alunos (no vocabulário atual, “*bullying*”). A pressão social pela aprovação no vestibular, somada à excessiva informatização do país, tem resultado em estudantes solitários mais interessados em recreações individuais (televisão, jogos eletrônicos) e com pouco contato com outras crianças, já que são vistas como potenciais concorrentes.

A pressão escolar sofrida pelos estudantes japoneses é descrita da seguinte forma: “(...) os estudantes tornam-se máquinas de estudar e, além das aulas regulares, frequentam ‘cursinho’ desde o ginásio” (CALDEIRA, 1998, p. 29, grifo nosso). O uso do termo “máquinas” remete à ideia do Japão tecnológico e aos modelos industriais e administrativos japoneses que foram moda.

Os educadores japoneses, por terem consciência do problema do suicídio, vieram ao Brasil no 1º Simpósio Nipo-Brasileiro de Educação, buscando aprender com o sistema educacional nipo-brasileiro. O intuito seria o de “mudar o comportamento individualista de seus alunos e dar a eles uma preocupação humanística” (CALDEIRA, 1998, p. 29). Como possível resposta, o texto do jornal apresenta a opinião “vista de fora” do professor brasileiro Antônio Teles, que já teve experiência de um ano e meio lecionando no Japão. Teles argumenta que, apesar da organização do sistema educacional japonês, a pedagogia não é avançada. Isso porque não forma estudantes criativos – estes, pelo contrário, aprendem exclusivamente pela memória e sem reclamar. Segundo o professor, “em japonês as palavras diferente e errado são expressas de uma só maneira. Pelo medo de parecer diferente (e errado) o aluno japonês também não reclama” (CALDEIRA, 1998, p. 29). Essa característica acríica e de respeito à hierarquia escolar remete à tendência estrutural vertical da sociedade japonesa, exaustivamente citada nas obras alusivas ao *nihonjinron*.

O jornal *O Estado de S. Paulo*, em 19/11/1989, publicou reportagem em que um professor da Fundação Universitária para o Vestibular (FUVEST) separou respostas “exóticas” da avaliação de vestibular para a Universidade de São Paulo (USP) de dez anos antes: no caso, em 1978 (Figura 6). Segundo o texto, “é provável que, uma década depois, se encontre respostas semelhantes no vestibular”. Destacamos as perguntas com o tema Japão e a imigração japonesa em São Paulo.

Figura 6 - Respostas "exóticas" de vestibulandos

Dê três razões importantes que concorreram para o grande desenvolvimento industrial do Japão após a Segunda Guerra Mundial.

● Porque o Japão começou a desmontar os produtos vindos de outros países remontando-os em tamanho menor (miniaturas).

● Foi o "baby boom" japonês o responsável pelo desenvolvimento industrial do Japão após a Segunda Guerra.

● A indústria no Japão desenvolveu-se devido à mão-de-obra ociosa dos samurais.

Situe duas áreas de imigração japonesa em São Paulo, discriminando as atividades básicas por eles desenvolvidas.

● Como se não bastasse estar rodeado de japoneses neste vestibular ainda vocês me perguntam sobre colonização japonesa?

● Uma das características dos japoneses em São Paulo é que eles fundaram colônias só de japoneses.

● Os japoneses contribuíram para três coisas: 1) Plantio de arroz. 2) Formação de granjas. 3) Tirar o nosso lugar na faculdade.

As respostas coletadas, chamadas de “pérolas” pelo professor, têm o intuito de exercer caráter cômico ao leitor. Uma das respostas refere-se a um estudante que demonstra incômodo, por estar “rodeado de japoneses”. Percebemos novamente que não existe distinção entre japoneses natos e nipo-brasileiros e que, ainda, há o receio de competir com estudantes descendentes durante a avaliação de vestibular. Em outra resposta, o estudante indica que uma das atividades básicas do imigrante japonês em São Paulo é “tirar o nosso lugar na faculdade”. Esse tipo de máxima reforça o estereótipo do estudante nipo-brasileiro como ameaça na competição de acesso ao ensino superior.

O jornal *Folha de S. Paulo*, em 19/11/1989, publicou reportagem ilustrativa para a pesquisa, com títulos de matéria que chamam a atenção (Figura 7). O primeiro título exalta a porcentagem de 16% de estudantes da Universidade de São Paulo (USP) serem de origem oriental (15% descendentes de japoneses e 1% descendentes de coreanos e chineses), sendo que a “comunidade representa apenas 2,5% (cerca de 826 mil) do total da população paulista” (FOVEST 90, 1989, p. 10). O segundo título trata da acirrada competição para acesso ao ensino superior japonês. O terceiro título destaca que “traços culturais favorecem desempenho”, segundo um psicólogo especializado no atendimento de adolescentes.

Figura 7 - Título exalta o estereótipo positivo, mas a matéria apresenta contrapontos

D - 10 — Terça-feira, 28 de novembro de 1989

fovest-90

FOLHA DE S. PAULO

16% dos alunos da USP são de origem oriental

GLEISE SANTA CLARA
Do Redação

Uma pesquisa feita este ano pelo Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, em São Paulo, mostra que 15,5% (6.975) dos 45 mil alunos da Universidade de São Paulo são descendentes de japoneses. A comunidade japonesa representa apenas 2,5% (cerca de 826 mil) do total da população paulista. A pesquisa é feita anualmente e tem base nos sobrenomes da lista de aprovados, segundo Katsunori Wakisaka, professor do centro. Os dados mostram também que coreanos e chineses somam 1% na comunidade universitária.

Já faz parte do senso comum a ideia de que japoneses, coreanos e chineses abocanhem a maioria dos primeiros lugares nas listas de classificação mais disputadas, como a da Fuvest, que organiza o vestibular da Universidade de São Paulo, e a do Instituto de Tecnologia de Aeronáutica (ITA), em São José dos Campos (SP). Não há estatísticas que reforcem a tese. As listas de aprovados são publicadas por ordem alfabética, sem a classificação, para evitar discriminações. "Para a USP, todos os aprovados são iguais", diz Luís Carlos Torcato, 32, assessor da Fuvest.

O mito do oriental aplicado nos estudos aparece em frases como "elimine um japonês e garanta sua vaga" e "enquanto você está aqui, há um japonês estudando", que há anos frequentam portas de banheiros em colégios e cursinhos. Essas imagens são "a ponta de um iceberg", para o professor Lázaro Blikstein, 51, chefe do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculos da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Segundo ele, as frases escondem o medo de "invasão do espaço vital" — no caso, a universidade — por um "objeto" diferente.

Os orientais se distinguem mais facilmente dos ocidentais por suas características físicas, o que explicaria em parte, segundo Blikstein, o estereótipo. Para o professor, descendentes de qualquer nacionalidade também conseguem ótimas classificações.

Se a generalização é falsa, há muitos exemplos de dedicação ao estudo entre os jovens de origem oriental. Segundo Blikstein, essa marca é decorrência da imigração. "A exemplo do que ocorre com outras comunidades, os orientais lutam para sobreviver fora de seu país e criar raízes. Precisam se estabelecer financeiramente e cuidar dos descendentes, para que não tenham de enfrentar as mesmas dificuldades vividas pelos pais. Acreditam que para se sobressair na sociedade, o estudo é o caminho mais acertado."

de Medicina, custa hoje em torno de NC\$ 8 mil.

A relação candidato/vaga na Universidade de Tóquio, a mais conceituada do país, é de 40/1 em média. Das 465 insituições de ensino superior, 334 são particulares. Os dados se referem a 1986 e foram divulgados pelo Consulado do Japão, em São Paulo, como sendo os mais recentes.

A pressão exercida pela família para que os filhos consigam vaga nas melhores escolas públicas leva jovens ao suicídio ou à prática de violência, segundo pesquisas do país. As mortes ocorrem com mais frequência na época dos "exames infernais", como são conhecidas as provas de admissão ao curso secundário, e na divulgação dos aprovados da Universidade de Tóquio.

Disciplina, obstinação e paciência são algumas características da cultura oriental que favorecem o desempenho de quem as conserva, na opinião do psicólogo Ruy de Mathis, especializado no atendimento a adolescentes. Ele afirma que, no Brasil, esses traços culturais são mais fortes entre imigrantes coreanos e chineses, que chegaram a menos tempo no Brasil. Os japoneses, hoje mais aculturados, já perderam grande parte dessas características, segundo o psicólogo.

"Um oriental é capaz de estudar de oito a dez horas sem se irritar", afirma Mathis. O nisei Marcelo Miyashita, 17, aluno do 3º colegial do Colégio Objetivo, não pensa da mesma maneira, apesar de ser um estudante que se sobressai na classe. "O excesso de dedicação aos livros é próprio de quem só tem contato com a cultura oriental. A família vê o estudo como a saída mais clara para o sucesso e pressiona os filhos nesse sentido", afirma. Miyashita vai prestar vestibular para Química pela segunda vez. Foi aprovado no ano passado sem ter concluído o segundo grau. Para ele, o segredo de seu desempenho é o fato de "prestar o máximo de atenção" às aulas. Embora se declare um "não-obstinado", Miyashita também se inscreveu no vestibular do ITA apenas "por ambição e sonho de ser aprovado". Seu objetivo mesmo "é cursar Química e trabalhar com pesquisa".

O nisei Ichiro Takahashi, 17, também aluno do 3º colegial, não teve a mesma sorte de seu colega de classe. Vai concorrer a uma vaga no curso de Economia pela segunda vez. Foi reprovado na primeira tentativa. Tanto Marcelo quanto Ichiro afirmam que as brincadeiras sobre japoneses "c.d.f." não os incomodam. Já Celeste Mizue Takimoto, 19, concorre em Relações Públicas, mas não se considera preparada. Contrariando o que se apregoa sobre o desempenho de um típico descendente de oriental, ela repetiu a 5ª série e o 1º colegial. Para Celeste, a obstinação oriental está associada à pressão familiar. Da mesma maneira pensa a candidata a uma vaga de Direito, Paula Sebilhano, 20. "Dizer que todos os orientais são mais esforçados é folclore. Conheço muitos e posso dizer que há extremos".

Qualis faculdades oferecem curso superior de secretariado executivo, qual a duração e o título obtido?" (Nina Conceição, Descalvado, SP)

O curso de Secretariado Executivo é oferecido pela Faculdade Anhembí Morumbi (inscrições abertas até o dia 20 de janeiro, tel. 533-0588), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (inscrições encerradas) e Universidade de Taubaté (inscrições abertas entre os dias 4 e 26 de dezembro, tel. (0122) 32-7555). A duração mínima do curso é de três anos. O aluno recebe o diploma de secretário executivo.

Cartões sobre dívidas de mensalidades e serviços do vestibular devem ser enviados para o Fovest 90 (Jornalismo) Centro de Livraria, 425, 4ª andar, Campus Elzeu, São Paulo, SP, CEP 01202. As cartas devem conter nome, idade e endereço do remetente e o curso ou faculdade de seu interesse.



Os niseis Marcelo Miyashita (de pé) e Ichiro Takahashi, colegas de classe inscritos no próximo vestibular da Fuvest, posam no quarto onde estudam para o exame

Disputa é acirrada no Japão

Do Redação

Traços culturais favorecem desempenho

Do Redação

CARTAS

Fonte: Fovest 90 (1989)

A matéria do primeiro título apresenta dados numéricos que expressam a super-representatividade de estudantes de origem oriental na Universidade de São Paulo (USP). O texto diz que "já faz parte do senso comum a ideia de que japoneses, coreanos e chineses abocanhem a maioria dos primeiros lugares" no vestibular. Contudo, não há estatísticas que reforcem a tese, uma vez que os aprovados são publicados por ordem alfabética, de forma a não ter como saber a classificação, a fim, inclusive, de evitar discriminações. Observamos aqui que, apesar do título chamativo, durante o texto da matéria, ocorre um esforço do autor

da própria reportagem em ser realista e em diminuir a percepção de excelência do estereótipo positivo do estudante de origem asiática.

O texto também retrata frases intimidadoras – como “elimine um japonês e garanta sua vaga” e “enquanto você está aqui, há um japonês estudando” – que estão presentes nas portas de banheiros de colégios e de cursinhos. Esse fato é questionado ao professor Izidoro Blikstein, chefe do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da USP. Em resposta, o professor pondera que as frases “escondem o medo de ‘invasão do espaço vital’ por um ‘objeto’ diferente”. A reflexão de Blikstein remete ao receio do diferente novamente, isto é, a ideia de “perigo amarelo”, fenômenos já averiguados nas reportagens destacadas das décadas passadas.

Em seguida, o professor argumenta que os orientais se distinguem mais dos ocidentais, devido suas características físicas e que isso explicaria parcialmente a demarcação de estereótipos. Blikstein, contudo, faz uma ressalva, afirmando que “descendentes de qualquer nacionalidade também conseguem ótimas classificações”. Novamente percebemos ser errada a premissa de naturalização de bom desempenho de estudantes de origem asiática (nipo-brasileiros inclusos), em contraste a um pior desempenho de estudantes de outras origens étnicas.

Blikstein explica, ainda, o motivo da dedicação aos estudos no perfil de estudante de origem oriental. Para o professor, o estudante é pertencente a um grupo que entende o estudo como “caminho mais acertado”, para se estabelecer financeiramente e para cuidar dos descendentes, tal como se verifica em outras comunidades de imigrantes. Desta forma, o professor evita essencializações dos grupos de origem étnico-racial asiática, ao compreender que a postura de valorização do estudo seria comum a imigrantes que buscam ascensão “para se sobressair na sociedade”. A interpretação dele está mais próxima aos estudos que explicam o bom desempenho educacional do nipo-brasileiro não exclusivamente por supostos valores culturais positivos, mas, também, por desejo de mobilidade social.

O segundo título é acompanhado de texto que descreve brevemente o processo educacional para a entrada no ensino superior japonês, dividido em universidades públicas e privadas. É realizada uma comparação entre o preço das mensalidades das universidades particulares brasileiras e japonesas, levando implicitamente o leitor a se situar na dualidade Ocidente e Oriente. O texto ressalta, ainda, os suicídios e práticas de violência como consequências da pressão familiar pelo sucesso educacional, em sentido muito próximo à matéria sobre suicídio veiculada anteriormente (Fig. 5).

O terceiro título contém texto que buscou argumentos de um especialista, uma estratégia comum ao jornalismo. O entrevistado foi o psicólogo Ruy de Mathis, especializado em atendimento a adolescentes, que fala sobre “disciplina, obstinação e paciência” serem algumas “características da cultura oriental”. A fala do especialista nos faz rememorar da influência do *nihonjinron* em uma diversidade de campos, a psicologia inclusa. Mathis continua suas ponderações:

(...) no Brasil, esses traços culturais são mais fortes entre imigrantes coreanos e chineses, que chegaram a menos tempo no Brasil. Os japoneses, hoje mais aculturados, já perderam grande parte dessas características (FOVEST 90, 1989, p.10)

A afirmação do psicólogo é sustentada na interpretação do modelo cultural-assimilacionista dos primeiros estudos de imigração, que previam a perda da cultura do grupo étnico-cultural diante da sociedade nacional. Isso demonstra a presença de teorias acadêmicas na argumentação dos consultados especialistas em reportagens jornalísticas. As opiniões deles são categorizadas como científicas e legítimas, dando luz a questões sociais problematizadas nas reportagens. Porém, já argumentamos, no capítulo anterior, como as interpretações do modelo cultural-assimilacionista foram sendo substituídas dentro das ciências sociais ao longo do tempo. Para efeito de análise, na reportagem analisada, podemos, inclusive contrapor as opiniões do professor Blikstein e do psicólogo Mathis.

Além disso, o psicólogo argumenta que “um oriental é capaz de estudar de oito a dez horas sem se irritar”. O estamento seria uma suposta quantificação da capacidade das características culturais dos orientais. Entretanto, o texto continua com a fala de um estudante nipo-brasileiro que refuta essa interpretação. Marcelo Miyashita discorda da frase, explicando que o “excesso de dedicação aos livros” vem da pressão familiar que entende o “estudo como saída mais clara para o sucesso”. Percebemos que a argumentação sobre a grande capacidade de foco nos estudos de Marcelo Miyashita é fundada em uma razão mais prática do que a argumentação essencialista do psicólogo. Ressaltamos, ainda, ser a mesma interpretação de outra estudante nipo-brasileira entrevistada, Celeste Mizue Takimoto, que concorda com a fala de Marcelo Miyashita sobre a obstinação oriental estar associada à pressão familiar.

O estudante Marcelo Miyashita foi aprovado no vestibular sem ter concluído o segundo grau (atual ensino médio) configurando um exemplo de “personagem” para ilustrar a

matéria jornalística, tanto que ele e o colega de estudo Iehiro Takahashi são retratados na fotografia que compõe a reportagem. O estudante Marcelo Miyashita explica que o segredo de seu bom desempenho se deve ao fato de ele “prestar o máximo de atenção às aulas” e refuta ser classificado como “obstinado” nos estudos.

Para além do perfil de estudante de sucesso e modelo na figura de Marcelo Miyashita, a reportagem apresenta, ainda, outros entrevistados com vivências educacionais que fogem do estereótipo esperado. O estudante Ichiro Takahashi foi reprovado na primeira tentativa de vestibular; e Celeste Mizue Takimoto repetiu a 5ª série (ensino fundamental) e o 1º colegial (atualmente ensino médio). Já Paula Sebilhano também contrapõe o estereótipo positivo do estudante nipo-brasileiro, ao afirmar que “dizer que todos orientais são mais esforçados é folclore. Conheço muitos e posso dizer que há extremos”.

A reportagem foi bem representativa para pesquisa, pois observamos que os títulos das matérias ressaltam o estereótipo positivo, mas o texto apresenta relatos de estudantes nipo-brasileiros que contradizem o mesmo estereótipo.

Outro ponto identificado no texto a ser destacado foi o fato de que tanto Marcelo como Ichiro afirmarem que “as brincadeiras sobre japoneses ‘c.d.f’⁴⁶ não os incomodam”. Eles não interpretam essas falas como discriminação. Adiante em nossa pesquisa, trataremos sobre como estudantes nipo-brasileiros se identificam em relação a termos como esses em outros períodos históricos.⁴⁷

Na década de 1990, o jornal *Folha de S. Paulo*, em 9/11/1992, publicou reportagem de duas páginas sobre “estudantes de origem oriental”, referenciando-os como “tigres asiáticos” (Figura 8). Tanto o título – “‘Tigres asiáticos’ já estão com meio corpo na reta de chegada” – como o subtítulo – “Estudantes de origem oriental esperam tranquilos a hora do vestibular e só fazem revisão” – da reportagem naturalizam o bom desempenho dos “estudantes de origem oriental”.

⁴⁶ Gíria utilizada para se referir a estudantes estudiosos.

⁴⁷ Ver 4.4.2

que as famílias imigrantes japonesas que estão há mais gerações no Brasil são menos exigentes, isto é, estariam mais “assimiladas” à dita cultura brasileira. Também afirma que “os coreanos e chineses que estão chegando agora tendem a cobrar muito mais” que as famílias de origem japonesa. Podemos interpretar também que a diferenciação da proporção de “assimilação” entre famílias imigrantes japonesas, chinesas e coreanas foi reforçada implicitamente nos próprios títulos da reportagem. Um título é “Juang estuda até no recreio” – e notamos a escolha pelo sobrenome de origem chinesa para descrever o estudante, apesar de ele ter o nome ocidental “Gustavo”. Em diametral contraposição, outro título é “Rogério passou em 15º lugar, mas está achando a Poli difícil” e percebemos que o sobrenome japonês “Makino” foi preterido, para utilizar o nome ocidental “Rogério”.

Por fim, analisando o texto da reportagem, notamos que os relatos de estudantes nipo-brasileiros novamente contradizem o estereótipo positivo, assim como a reportagem analisada anteriormente (figura 7). Destacaremos algumas passagens a seguir:

- O estudante Rogério Doki não sabe dizer “até que ponto a formação japonesa influencia para que alguém seja um bom aluno” refutando um suposto essencialismo japonês;

- A estudante Erika Fukushima afirma “não tem nada a ver; entre os orientais há de tudo, bons e maus alunos” e “não sei se é preciso ser oriental para achar que a educação deve vir em primeiro lugar. Basta ser sensato”. De forma similar, ela também refuta a generalização do estereótipo positivo do estudante de origem asiática.

- O estudante Rogério Kyoshi Makita acredita que “existem orientais que são bons ou maus alunos, assim como os não-orientais. Isso depende de cada um”. Pela afirmação proferida, percebemos recusa a dualidade entre oriente e ocidente comuns nas matérias jornalísticas sobre educação de nipo-brasileiros.

Ainda na década de 1990, o jornal *Folha de S. Paulo*, em data 19/10/1995, publicou reportagem intitulada “Comunidade de japoneses formam elite em São Paulo”, na qual se apresentam dados de pesquisa realizada pelo Pesquisa Datafolha (Figura 9).

Figura 9 - Reportagem sobre elite que vem da comunidade japonesa em São Paulo

Especial - 10 Quinta-Feira, 19 de outubro de 1995 brasil/japão FOLHA DE S. PAULO

PESQUISA

Comunidade de japoneses formam elite em São Paulo

Renda familiar de 49% supera 20 mínimos e 53% têm nível superior

BETINA BERNARDES
De Reportagem Local

Os descendentes de japoneses formam uma elite na cidade de São Paulo. São mais instruídos e ganham salários mais altos que a média da população.

Pesquisa Datafolha realizada em agosto entre japoneses e descendentes em São Paulo mostra a existência de mais mulheres (53%) que homens (47%). Do total pesquisado, a maioria é jovem: 64% têm entre 16 e 40 anos.

Na comunidade, 53% têm formação de nível superior. Na capital paulista, a renda familiar de 49% dos japoneses e seus descendentes supera 20 salários mínimos; 31% ganham de 10 a 20 mínimos e apenas 20%, até 10 mínimos.

Segundo pesquisa da Seade (Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados), feita em 1994, somente 30,1% das famílias que moram na região metropolitana de São Paulo possuem renda de 10 salários mínimos ou mais; 26,1% têm renda de 5 a 10 mínimos e 43,8%, de até 5 mínimos.

Quanto ao nível de instrução, os números da Seade mostram que somente 9,4% dos moradores da região metropolitana fizeram curso superior; 64,5% não chegaram a completar o 1º grau e 10,7% têm 2º grau completo.

Veja o exemplo da família Kuwabara. Desde o primeiro imigrante até a terceira geração de descendentes, a passagem pela universidade tem sido obrigatória.

Jiro Kuwabara tinha 14 anos quando chegou a Santos (SP) em 1929. Desembarcou após passar 47 dias num navio, dividindo a água de beber com as madas de ponça que trouxe na mala. Do porto, foi para Bastos (SP), trabalhar na lavoura com outros japoneses.

Jiro, que já havia terminado o 1º grau no Japão, mudou-se para São Paulo a fim de cursar o 2º grau. Depois, fez o curso de contabilidade na então Escola de Comércio Álvares Penteado, trabalhando ao mesmo tempo como balconista em uma loja de louças e ferragens.

Terminou a faculdade de economia em 41. mesmo ano em que se casou com a japonesa Thereza.

Jiro trabalhou como economista em uma empresa que fechou após a Segunda Guerra Mundial. Montou então uma agência de turismo.

"Por conta da agência, viajei várias vezes ao Japão, mas nunca pensei em voltar a morar lá, porque me acostumei com o Brasil."

Jiro e Thereza, 75, tiveram cinco filhos. Todos fizeram faculdade. Os netos de Jiro também estão cursando a universidade ou se preparando para o vestibular.

Um dos filhos de Jiro, Mário Kuwabara, 45, é formado em administração de empresa e publicidade. Fez especialização em marketing em Nova York e trabalha com comércio de café.

Mário já viajou várias vezes ao Japão a negócios. Sua mulher, Margarida, também descendente de japoneses, é formada em relações-públicas e viuviu o Japão duas vezes.

Os dois, católicos, colocaram os filhos, Flávia, 15, e Eric, 14, no colégio Santo Américo. Eles costumam acompanhar os pais nas duas viagens anuais que fazem ao exterior, mas não conhecem o Japão.

"Não gostaria de morar lá. O espaço é apertado, a concorrência é muito forte e eles são muito fechados", diz Margarida.

A pesquisa Datafolha constatou que 67% dos descendentes consideram a vida no Brasil melhor que no Japão. A razão principal apontada é o calor humano (18%).

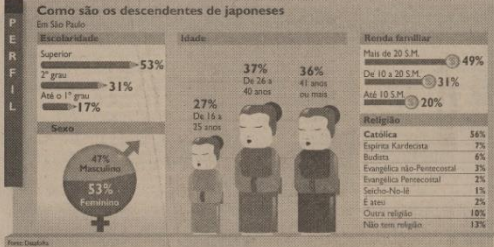
Dos 22% que julgam a vida no Japão melhor, 9% dizem que a segurança é a razão que explica essa escolha, seguida de educação e cultura (6%).

Na pesquisa, 81% disseram não ter intenção de viver no Japão, contra 13% que pretendem morar lá. Já foram ao Japão pelo menos uma vez 28% dos descendentes que vivem em São Paulo.

METODOLOGIA: A pesquisa de Datafolha é um levantamento estatístico por amostragem estratificada por sexo e idade da população japonesa das cidades de São Paulo e Curitiba. Nesse levantamento, realizado nos dias 12 e 14 de agosto, foram entrevistados 176 pessoas em Curitiba e 312 em São Paulo. A margem de erro é de dois pontos percentuais para mais ou para menos, em um intervalo de confiança de 95%. A direção do Distrito é exercida pelos sociólogos Antonio Manuel Teixeira Mendes e Gustavo Ventura.



Membros da família Kuwabara, que chegou à terceira geração de descendentes desde que imigrou para o Brasil em 1929



Curitiba possui perfil semelhante

Da Redação

O perfil da comunidade de japoneses em Curitiba (PR) não difere muito do verificado em São Paulo. Possuem renda acima de 20 salários mínimos 46% das famílias dos descendentes; 30% têm renda de 10 a 20 salários e 24%, de até 10 mínimos.

Têm nível superior de escolaridade 61% dos descendentes, e 25% estudaram até o 2º grau.

A comunidade é formada por 47% de homens e 53% de mulheres, sendo que 29% estão na faixa etária de 16 a 25 anos, 37% tem de 26 a 40 e 34%, mais de 41.

Estão trabalhando 63% dos descendentes. São proprietários e comerciantes autônomos 23%, 15% são profissionais liberais e 11% prestam serviços em escritórios.

Já foram ao Japão pelo menos uma vez 28% dos integrantes da comunidade japonesa em Curitiba. Dos descendentes, 85% não têm intenção de viver naquele país.

Preferem ir ao Japão como de kassegui 23% dos entrevistados. Consideram a vida no Brasil melhor que no Japão pelo menos 86% da comunidade. Os principais motivos apontados são melhores condições de trabalho (28%) e o calor humano (25%).

Consideram que os brasileiros têm preconceito em relação a japoneses 27% dos descendentes curitibanos, enquanto 49% dos entrevistados afirmam que os orientais têm preconceito em relação aos brasileiros.

O VIAJANTE



O economista Paulo Yokota e sua mulher, Eunice, no jardim de sua empresa em São Paulo

Economista nissei já esteve no Japão mais de 50 vezes

Yokota foi professor-assistente de Delfim Netto

Da Reportagem Local

O economista Paulo Yokota, 57, já foi mais de 50 vezes ao Japão. Seus quatro irmãos têm formação superior, assim como seus três filhos.

Aos 12 anos, Yokota trabalhava em uma alfaiataria ajudando o pai, um japonês que veio para o Brasil no ano de 1927.

O futuro economista fez curso técnico de concreto e contabilidade. Trabalhou como bancário até entrar na Faculdade de Economia e Administração da USP.

"Ao me formar, fui professor-assistente do Delfim Netto."

Quando Delfim se tornou ministro da Fazenda, em 67, Yokota assumiu, aos 29 anos, a Assessoria Técnica Conjunta do Ministério da Fazenda, Banco Central e Banco do Brasil. Foi presidente do BCB de 71 a 74.

A mulher de Yokota, Eunice, também descendente de japoneses, é formada em ciências sociais, pedagogia e psicologia.

Dos três filhos do casal, dois seguiram a carreira do pai e a filha mais nova é estudante de administração. Todos fizeram intercâmbio cultural em outros países. Em 85, quando Yokota passou um ano no Japão, a família toda o acompanhou. "Sempre disse a meus filhos que dinheiro para educação jamais faltaria. Foi educado para ser cidadão brasileiro e meus filhos, para serem cidadãos do mundo."

Dekassegui prefere o Brasil

Da Reportagem Local

A fisioterapeuta Karuko Utsumi, 52, viveu um ano (abril de 1992 a abril de 1993) como dekassegui no Japão.

"A vida no Brasil é bem melhor. Tem mais espaço, farrura de comida, as pessoas são mais abertas e sociáveis", diz.

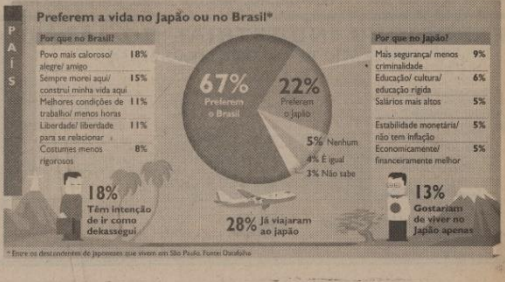
Segundo o Datafolha, 18% dos descendentes de japoneses em São Paulo têm intenção de ir ao Japão como dekassegui (trabalhadores que deixam o país em busca de melhores oportunidades).

Karuko se formou na USP e trabalhou por 23 anos em uma clínica particular de ortopedia, até decidir ir ao Japão. Seu novo endereço passou a ser um hospital em Nagoya, onde tornava conta dos pacientes. "Falo japonês desde pequena, meus pais só falam japonês. Seria impossível fazer esse tipo de trabalho sem falar a língua."

Segundo ela, os dois primeiros meses de adaptação foram os piores. "Não entendo os ideogramas. Se você está na rua, vê uma placa e pergunta para algum japonês o que significa, eles te olham como quem diz: 'você não sabe ler, é analfabeta? É horrível!'"

Karuko diz que fez poucos amigos e não tinha folga nem aos domingos e feriados, mas chegava a ganhar até US\$ 5.000 por mês.

"Meu objetivo era comprar um imóvel. Consegui." (BB)



Por meio de infográfico, a pesquisa apresenta altas estatísticas de renda e de escolaridade entre os japoneses e de seus descendentes. Os dados são resultados de pesquisa realizada pelo próprio jornal e coordenada por dois sociólogos, Antonio Manuel Teixeira e Gustavo Venturi. A descrição da metodologia do levantamento estatístico compõe o texto, conferindo caráter científico à reportagem. A pesquisa foi realizada “por amostragem simplificada por sexo e idade da população japonesa das cidades de São Paulo e Curitiba”. Observamos, novamente, uma falha comum nas reportagens analisadas até aqui, o uso do termo “japoneses”, de forma a não diferenciar japoneses natos de nipo-brasileiros. Todavia, em outros momentos, a mesma reportagem vai tratar os nipo-brasileiros como “descendentes de japoneses”, fazendo a diferenciação. Muito porque se fez necessário, uma vez que o restante do texto aborda a questão decasségui, sendo obrigatório diferenciar o japonês nativo, que vive no país receptor, do nipo-brasileiro, trabalhador e imigrante temporário.

A ascensão dos nipo-brasileiros é personificada na escolha dos “personagens” entrevistados e retratados nas fotografias que compõem a reportagem. Os membros da família Kuwabara possuem alta escolaridade; e a descrição da família afirma que “desde o primeiro imigrante até a terceira geração de descendentes, a passagem na universidade é obrigatória”. Outro “personagem” é o economista nissei Paulo Yokota, que foi professor-assistente do Delfim Netto. Este, quando assumiu o Ministério da Fazenda, indicou Yokota para compor a assessoria ministerial. Yokota é, a propósito, um exemplo de indivíduo pertencente às lideranças tratadas no capítulo anterior da dissertação.⁴⁸

A reportagem apresenta similaridades à narrativa de minoria modelo, também já discutida na nossa pesquisa. A exaltação de valores positivos como “trabalho” e “superação”, por parte do imigrante japonês e descendentes, está presente em frases que descrevem a jornada do patriarca da família, Jiro Kuwabara.

Jiro Kuwabara tinha 14 anos quando chegou a Santos (SP) em 1929. Desembarcou após passar 47 dias num navio, dividindo a água de beber com as mudas de poncã que trouxe na mala. Do porto, foi para Bastos (SP), trabalhar na lavoura com outros japoneses. Jiro, que já havia terminado o 1º grau no Japão, mudou-se para São Paulo afim de cursar o 2º grau. Depois, fez o curso de contabilidade na então Escola de Comércio Álvares Penteado, trabalhando ao mesmo tempo como balconista em uma loja de ferragens (ESPECIAL BRASIL/JAPÃO, 1995, p. 11)

⁴⁸ Ver 2.2.3.

Outro ponto que nos chama a atenção é a pergunta “Preferem a vida no Japão ou no Brasil?” realizada pela pesquisa. A maioria dos entrevistados (67%) respondeu preferir morar no Brasil, com as justificativas descritas a seguir em ordem de porcentagem maior: “povo mais caloroso/alegre/amigo” (18%); “sempre morei aqui/construí minha vida aqui” (15%); “melhores condições de trabalho/menos horas” (11%); “liberdade/liberdade para se relacionar” (11%); e “costumes menos religiosos” (8%). Infelizmente, a reportagem não deixa claro se as respostas eram fechadas ou abertas; mas, de todo modo, notamos o reforço do discurso de “assimilação” do grupo-étnico racial.

Outra passagem a se destacar – que será pertinente à discussão seguinte desta dissertação – é a pergunta sobre discriminação. A pergunta era se os descendentes de japoneses entrevistados consideram que “os brasileiros têm preconceito em relação a japoneses”. Observamos, aqui, novamente o uso do termo “japoneses” não diferenciando japoneses natos de nipo-brasileiros; e, ainda, há o tratamento dos descendentes de japoneses nascidos no Brasil como se não fossem brasileiros natos em oposição a estes.

Como resultado, a maioria dos entrevistados acham que os “brasileiros” não têm preconceito em relação aos “japoneses”. De modo oposto, afirmam que os “orientais têm preconceito em relação a brasileiros”. O dado é pertinente para pensarmos a influência da narrativa de democracia racial do país e, ao mesmo tempo, a imagem de associativismo e de comunidade fechada atribuída aos imigrantes japoneses, o que os próprios ratificaram na reportagem.

No início do século XXI, o jornal *Folha de S. Paulo*, em 15/4/2001, apresentou infográficos com o alto número de estudantes que se dizem de cor amarela aprovados no vestibular (Figura 10).

Figura 10 - Reportagem sobre a alta taxa de amarelos aprovados no vestibular

FOLHA DE S. PAULO COTIDIANO domingo, 15 de abril de 2001 C 7

EDUCAÇÃO Questionário mostra que estudantes que dizem ter cor amarela foram 11% dos aprovados no último vestibular

Fuvest comprova a fama dos asiáticos

Famílias dão prioridade aos estudos

DA REPORTAGEM LOCAL

O coreano naturalizado brasileiro Jai Kim, 46, tinha uma maneira peculiar de mostrar aos filhos que ele e sua mulher, Leticia Kim, estavam interessados na educação: evitavam sair quando eles tinham provas.

O resultado dessa "vigilância" foi que os três filhos conseguiram alcançar seus objetivos no vestibular. Jorge Kim, 18, conseguiu uma vaga no disputado vestibular da Faculdade de Medicina da USP. Juliana e Alexandre, passaram, respectivamente, para o curso de moda da Faculdade Santa Marcelina e para o de medicina da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo.

"Todos os pais têm que cobrar dos filhos, mas nós nos preocupávamos mais em dar apoio e criar em casa um ambiente propício ao estudo para que os três tivessem tranquilidade", afirma Kim, que chegou ao Brasil aos 15 anos sem falar uma palavra de português.

Jorge Kim confirma o apoio. "Eles sempre pagaram os melhores cursos de inglês, escolas e professores particulares. Eu percebia que tinha que fazer minha parte", diz o estudante.

A história da família Kim não difere da da família de Clarissa Harumi Omori, 20, ou de Fábio Tanno, 19. Ambos estudam na Faculdade de Medicina da USP. Descendentes de japoneses, os dois dizem que suas famílias sempre deixaram claro que a educação era prioridade.

ANTÔNIO GOIS
DA REPORTAGEM LOCAL

"Enquanto você está aqui, tem um japonês estudando". Essa frase, escrita em tom de chacota em banheiros de escolas, dá uma pista para explicar o ótimo rendimento dos estudantes de origem asiática em vestibulares.

No último vestibular da Fuvest — que organiza o vestibular da USP, Unifesp e da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo —, a taxa de aprovação de quem definiu sua cor como amarela nos questionários socioeconômicos foi de 11%.

Esse índice é quase o dobro do dos brancos, que tiveram uma taxa de 6,6% dos candidatos inscritos. O desempenho dos estudantes de origem asiática também é bem superior ao dos negros e pardos, que aprovaram, respectivamente, 2,6% e 4% dos inscritos.

Esses números são facilmente comprovados por quem passeia pelos corredores de faculdades concorridas como a de Medicina e a de Odontologia da USP.

Na Odontologia, por exemplo, a população de origem asiática chamada para a primeira matrícula representou 19,5% do total. Analisando os dados da região metropolitana de São Paulo, percebe-se que a presença desses grupos nos cursos é bem superior que à sua porcentagem na população.

De acordo com a Pnad (Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio), a população que define sua cor como amarela representa apenas 1,8% do total.

Se a distribuição dos aprovados em odontologia na Fuvest correspondesse aos habitantes da população de São Paulo, negros e pardos deveriam ocupar cerca de 33% das vagas, enquanto os brancos ficariam com 65%.

Os brancos, no entanto, são 80% dos aprovados, enquanto os negros e pardos, apenas 5,3%. Em outras palavras, há em São Paulo, um número 18 vezes maior de negros e pardos do que de quem tem origem asiática. Já entre os aprovados em odontologia na USP, a situação se inverte: os que definem sua cor como amarela estão em número 6,5 vezes maior do que negros e pardos.

Imigrantes

Para especialistas consultados pela Folha, a explicação para o bom rendimento dos asiáticos no vestibular está na cultura dos imigrantes vindos de países como Japão, China e Coreia e nas características da imigração.

"Na fase inicial da imigração japonesa em São Paulo, o grupo sofria discriminação. O investimento na educação foi a forma que se encontrou para a inserção na sociedade. Foi dessa maneira que eles conseguiram se integrar", afirma o psicólogo Francisco Hashimoto, da Faculdade de Ciências e Letras da Unesp de Assis.

O pesquisador é descendente de japoneses e fez uma tese de mestrado na USP sobre a adaptação desse grupo no Brasil.

Apesar do preconceito, a população de origem asiática conseguiu ter acesso à educação básica no Brasil, fato que não ocorreu com a população negra e parda no processo de formação do país.

Hashimoto afirma que a valorização da educação nas famílias e a consequente dedicação aos estudos é o que faz a diferença na hora da disputa por uma vaga.

"O que diferencia os asiáticos dos demais grupos é a dedicação aos estudos. Não concordo com a tese de que haja diferença entre as etnias, de que uma seja mais capaz do que outra", diz.

Para o historiador Arnaldo Fazzoli Filho, autor de livros sobre a educação no Japão, os japoneses entendem a educação como mecanismo de ascensão social. "Isso sempre esteve presente na história daquele país, não é recente."

Jorge Kim, 18, filho de coreanos, passou para medicina na USP

DESEMPENHO NO VESTIBULAR

→ Taxa de aprovação no vestibular Fuvest 2001
Entre os aprovados de cada etnia

Etnia	Porcentagem
Amarela	11%
Branca	6,6%
Parda	4%
Negra	2,6%
Indígena	0,3%

→ Porcentagem de estudantes sobre o total de aprovados*

Etnia	Porcentagem
Branca	79,5%
Amarela	12,9%
Indígena	0,3%
Negra	1%
Parda	6%

→ População na região metropolitana de São Paulo

Etnia	Porcentagem
Branca	65%
Negra	4,1%
Amarela	1,8%
Parda	29%
Indígena	0,1%

Fonte: Forest e Pnad (Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio) de 1999. *Dados para a primeira matrícula.

Fonte: Cotidiano (2001)

Apesar da mudança de século, o conteúdo da reportagem é bastante semelhante ao das anteriores. Compõem a reportagem dados estatísticos que demonstram a super-representatividade de amarelos no ensino superior. Ainda há frases, como “enquanto você está aqui, tem um japonês estudando”, estudantes brasileiros com ascendência asiática (nomeados como “asiáticos”), com “personagens” que exemplificam o bom desempenho e com consulta a especialistas.

A opinião do especialista consultado contradiz a opinião do senso comum que naturaliza o melhor desempenho de estudantes descendentes de imigrantes asiáticos quando comparados aos demais. O psicólogo Francisco Hashimoto afirma que o que “diferencia os asiáticos dos demais grupos é a dedicação aos estudos. Não concordo com a tese de que haja diferença entre as etnias, de que uma seja mais capaz do que outra” (COTIDIANO, 2001, p.7).

Já os “personagens” da reportagem, assim como nas anteriores analisadas, têm falas nas quais os valores positivos, como “educação”, são passados pela família. Os entrevistados são estudantes de medicina da USP, um deles é Jorge Kim (fotografado para reportagem), filho do coreano naturalizado brasileiro Jail Kim. Jorge afirma que sempre teve os melhores cursos de inglês, escolas e professores particulares pagos pelo pai e usa as palavras: “tinha que fazer a minha parte”. Os estudantes descendentes de japoneses Clarissa Harumi Omori e Fábio Tanno têm falas similares à de Jorge Kim. Os dois afirmam que “suas famílias sempre deixaram claro que a educação era prioridade”.

O jornal *Folha de S. Paulo*, em 24/7/2003, utilizou um estudante nipo-brasileiro para ilustrar o perfil de estudante universitário que consegue conciliar estudos e trabalho (Figura 11).

Figura 11 - Reportagem sobre estudantes que concilia estudos e trabalho dentro da universidade



Fonte: Fovest (2003)

Acreditamos que a escolha de um nipo-brasileiro com fenótipo que demarca bem a ancestralidade foi uma opção pensada, uma vez que reforça o estereótipo positivo. Valores como “esforço” e “sacrifício” são relacionados à dupla jornada de estudo e de trabalho.

O Jornal *Estadão*, em 30/8/2009, trouxe uma reportagem nomeada “Valores ajudam nipo-brasileiros” (Figura 12), que aborda o alto rendimento nos vestibulares, bem como valores culturais.

Não muito diferente das reportagens anteriores, o conteúdo apresenta dados estatísticos de super-representatividade; estudantes “personagens” retratados na fotografia e com relatos sobre o próprio desempenho; e a opinião de especialistas. Entretanto, essa reportagem apresenta algumas mudanças, como o cuidado, em certos momentos, de não utilizar o termo “japoneses”, de forma indiferente para japoneses natos e descendentes de japoneses. O texto utiliza o termo “nipo-brasileiros”.

A frase que inicia a matéria é representativa para entendermos o estereótipo positivo do estudante nipo-brasileiro

Pelo senso comum, descendentes de japoneses estudiosos, disciplinados, vão bem na escola, passam no vestibular com mais facilidade e, em boa parte dos casos, têm afinidade com as carreiras de exatas (VIDA&, 2009, p. 31)

O texto continua apresentando dados da alta presença de estudantes nipo-brasileiros na USP. Os números fazem parte da pesquisa coordenada por Cristina Canto, uma das autoras citadas em nossa revisão bibliográfica de pesquisa e uma das especialistas consultadas para reportagem. Outro especialista que tem fala é o Mauro Aguiar, diretor do Colégio Bandeirantes, um dos mais tradicionais da cidade e um dos “preferidos dos japoneses” (neste momento, não se diferenciam japoneses natos e nipo-brasileiros). O Colégio Bandeirantes foi o local da pesquisa de campo de Hiromi Shibata, outra autora citada em nossa revisão bibliográfica.

Cristina Canto reforça, na reportagem, a ideia defendida, em sua pesquisa acadêmica, sobre estudantes nipo-brasileiros. Para Canto, existe uma relação entre bom desempenho e valorização da educação, ao que se soma, ainda, a busca de ascensão econômica e social. O texto da reportagem apresenta a afirmação sobre estudantes nipo-brasileiros:

(...) ao ainda carregarem alguns valores transmitidos pela primeira geração de imigrantes japoneses, como disciplina, respeito à hierarquia, esforço e dedicação, as famílias atuais também mantêm o sentimento de que a melhor maneira de ascender economicamente é por meio da educação (VIDA&, 2009, p. 31)

Já o diretor do Colégio Bandeirantes, Mauro Aguiar, justifica a preferência da tradicional unidade escolar pelas famílias nipo-brasileiras, em razão de o colégio “colocar o mérito em primeiro lugar”. Essa ideia de “mérito” foi, de fato, incorporada à narrativa de

minoria modelo, por parte do próprio nipo-brasileiro, conforme desenvolvemos no capítulo anterior.

Destacamos que a fala dos dois especialistas podem estar influenciadas pelas teorias do *nihonjinron*. A interpretação essencialista de que valores culturais japoneses – tais como a competitividade e o esforço – são heranças legadas ao nipo-brasileiros pode. Erroneamente, sugerir que todos estudantes nipo-brasileiros tenham aqueles valores e que, supostamente, os preservem para as próximas gerações.

A reportagem também conta com estudantes nipo-brasileiros entrevistados e fotografados, sendo os “personagens” da reportagem jornalística. O texto da matéria afirma que “entre os estudantes, o que mais aparece são os sentimentos de obrigação e gratidão, que geram a necessidade de retribuir o investimento da família”. O conteúdo da fala deles reforça valores culturais como o “esforço” por parte dois pais. Por exemplo, William Konishi relatou que a mãe trabalhou como enfermeira em um bom colégio, para garantir vagas escolares para seus três filhos. O estudante afirma que sempre estudou sozinho e que se sente “retribuindo o esforço dela”.

Por fim, encerramos as análises dos jornais, pontuando algumas permanências ao longo da consolidação do estereótipo positivo do estudante nipo-brasileiro na mídia:

- Utilização de fotografias para personificar o bom estudante nipo-brasileiro (com características fenotípicas bem demarcadas);
- Uso de dados estatísticos para exaltar a super representatividade de descendentes de asiáticos no ensino superior;
- As frases como “mate um japonês, para passar no vestibular” foram frequentes, mas não são vistas como discriminação, nem são problematizadas;
- O uso do termo “japoneses”, não diferenciando japoneses natos e nipo-brasileiros;
- Os relatos dos “personagens” das reportagens dão destaque aos valores culturais japoneses como “disciplina”, “esforço” e “sacrifício”, remetendo ao “*ethos japonês*” apontado pela pesquisa etnográfica de Camila Aya Ischida (2010);
- A opinião científica dos especialistas consultados nas matérias pode ter influência das teorias do *nihonjinron*;
- Contradições entre o estereótipo positivo e a fala de alguns estudantes nipo-brasileiros.

O último apontamento nos causou grande atenção, uma vez que o estereótipo tido como positivo deveria ser plenamente aceito pelos indivíduos que supostamente se

beneficiariam dele. Diante disso, buscamos a percepção do estudante nipo-brasileiro em outras fontes de análise e trataremos do tema no subcapítulo seguinte.

3.3 “MATE UM JAPONÊS PARA ENTRAR NA USP”: RELATOS DE ESTUDANTES NIPO-BRASILEIROS

Como observado pelas reportagens, as falas de estudantes nipo-brasileiros contradizem, em certas ocasiões, o estereótipo positivo do estudante nipo-brasileiro. Partindo desse questionamento, procuramos averiguar relatos de estudantes com esse perfil sobre o processo educacional em outras fontes (entrevistas realizadas em pesquisas etnográficas sobre imigração japonesa)⁴⁹.

Uma referência foi a dissertação em Psicologia Clínica de Elizabeth Yuko Haga (2018), na qual se buscou identificar como descendentes de imigrantes japoneses se sentem ou já se sentiram como alvo de discriminação, estigmatização ou preconceito, devido à ascendência. A autora aponta como japoneses e descendentes são discriminados de forma positiva, sendo que alguns indivíduos tiram proveito da situação, mas a maioria acaba sofrendo, por não se encaixar nas características esperadas do estereótipo gerado sobre eles. Ocorrem cobranças tanto internas (da própria pessoa), quanto externas (dos pais e da sociedade como um todo). Separamos alguns relatos ilustrativos para nossa pesquisa.

Exemplo de relato de pressão por parte do próprio estudante.

(...) Quando eu cheguei na adolescência, que eu fui para [uma] escola que era super forte, eu tirava ótimas notas. E aí o pessoal pedia ajuda. Aquela discriminação ao contrário, né? ‘É, só podia ser japonês para ser inteligente’. Então, aí vem o inverso, né? Aquela coisa: ‘as, precisamos matar dez japoneses para pegar vaga’. Aí já invertem os conceitos, a forma do pessoal pegar no seu pé, mas já um pouco diferente. [Tem que] demonstrar competência, ir melhor. A gente tem que ser muito, muito melhor do que os brasileiros. (Participante 14. p. 139)

⁴⁹ Como já anunciado anteriormente, o contexto pandêmico de COVID restringiu a possibilidade de coleta de dados. Considerando a preservação de segurança nossa e de colaboradores da pesquisa, optamos por utilizar de relatos obtidos em pesquisas etnográficas anteriores.

Exemplo de situação no qual a estudante reclama da profissional da educação que reforça o estereótipo de forma a prejudicar a aprendizagem:

(...) eu sei que a gente veio com uma certa defasagem de conhecimentos de escola, porque eu acho que aqui em São Paulo era mais forte o alguma coisa assim. E aí a professora chegou e falou: ‘Mas como você não sabe isso? Você é japonesa. A tua irmã vai tão bem em matemática’. Então, nessa hora, eu senti uma certa discriminação. Como se todos os japoneses devessem ser inteligentes e ser bons em matemática. (Participante 19. p. 142-143)

Além da revisão bibliográfica de pesquisas de campo já anteriormente realizadas (MORI, 2017), incrementamos a argumentação com dados obtidos por pesquisa de nossa autoria. Os relatos obtidos também demonstram a mesma tensão nas falas dos estudantes nipo-brasileiros devido à expectativa que o estereótipo positivo gera.

Exemplo de estudante que recrimina a frase sobre agredir um asiático para passar no vestibular:

Ter o nome pronunciado errado como forma de “brincadeira”, dizer que a pessoa só consegue algo porque é asiático, “mate um asiático para passar no vestibular.”, dizer palavras aleatórias em idiomas asiáticos para ridicularizar a pessoa, dizer sílabas aleatórias como se estivesse falando uma língua asiática. (Participante 9)

Mais exemplos de estudantes criticando educadores que reforçam o estereótipo positivo:

Estava fazendo um trabalho que tinha escrever anotar num papel, era em equipe. Quando o professor chegou para orientar ele perguntou quem tinha escrito, falei que fui eu e ele disse “ah, a paciência oriental”. Se fosse outra pessoa ele não teria dito isso. Já tive situações similares com ele e tenho uma colega descendente que tb passa a mesma coisa com ele. (Participante 29)

No fundamental, eu não podia fazer amigos porque era diferente e ninguém queria andar comigo. Passaram os anos e no ensino médio eu de repente era a entidade “asiática”, mais inteligente por causa do meu fenótipo, que merecia ser morta para que outras pessoas tivessem a chance de passar no vestibular. Se eu levantasse a mão para responder uma pergunta do professor, o mesmo não me atendia para que

outros pudessem responder, assumindo que eu responderia certo de qualquer forma. De forma geral, sinto que houve uma despreocupação no meu processo de ensino por parte dos educadores, que assumiam que eu já sabia a matéria e negligenciavam meu desenvolvimento. (Participante 43)

Exemplo de estudante que questiona a ideia de minoria modelo:

Diversas. Já teve vez que tive que ser transferida de sala porque juntaram quase todos os meninos e começaram a se juntar para me xingar e falar que eu deveria voltar para “a merda de onde eu vir”, sem contar com piadas maldosas em relação a minha aparência e a cultura. Professores levando críticas de frases xenofóbicas e racistas para o pessoal e descontando no meu rendimento em sala, professores tentando me expulsar da escola por acreditar na minoria modelo e eu não ter dado bom dia a ele, professor que me falou que sou uma decepção por não ser boa em exatas, coordenadora dizendo que tinha "síndrome de perseguição" porque chorava todo dia por passar esse tipo de situação, entre outros. (Participante 33)

Os relatos de estudantes nipo-brasileiros sobre o estereótipo positivo demonstraram que nem todos aceitam, nem atendem, a expectativa esperada. Encontramos certa contradição entre, de um lado, a imagem positiva estereotipada ilustrada nos jornais e, de outro lado, a realidade vivida pelos próprios estudantes. Desse modo, tentaremos demonstrar que, contraditoriamente, o estereótipo positivo criado pode acabar gerando desdobramentos negativos em alguns casos.

Neste momento, e retomando os conceitos de Telles (2003a, 2003b), qualificamos a situação como contraditória. Isso porque se esperava que a posição hierárquica superior dos nipo-brasileiros nas relações verticais (poder socioeconômico) fosse reproduzida nas relações horizontais (relações de sociabilidade). Todavia, os dados obtidos em pesquisas de campo demonstraram não ser bem assim.

No capítulo seguinte, aprofundaremos mais a contradição criada, com base em uma reflexão sobre o posicionamento que os nipo-brasileiros ocupam nas relações étnico-raciais no Brasil.

4 DESDOBRAMENTOS DO ESTEREÓTIPO POSITIVO DO ESTUDANTE NIPO-BRASILEIRO (PERMANÊNCIA?)

Como visto no capítulo anterior, os relatos etnográficos demonstram que as relações horizontais vividas por nipo-brasileiros em ambiente educacional são tensionadas.

A revisão bibliográfica sobre pesquisas que tratam da relação de estudantes nipo-brasileiros com outros estudantes demonstrou ser um tema a ser explorado. Podemos citar pesquisas que brevemente abordaram a questão, tais como a de Virgínia Leone Bicudo (1955), na qual se tratou das atitudes relacionadas a cor de estudantes nas séries iniciais das escolas públicas. A autora utilizou as categorias de classificação de brancos, japoneses, mulatos e negros e japoneses durante a pesquisa. Porém, o estudo não aprofunda muito sobre o posicionamento dos estudantes nipo-brasileiros. A menção ao trabalho da autora é fundamental, uma vez que inaugura os estudos sobre estereótipos raciais na educação, desse modo influenciando pesquisas posteriores. Nossa presente pesquisa se propõe, então, a dar continuidade, especificando mais como os estudantes nipo-brasileiros são interpretados e se interpretam dentro do ambiente educacional.

Por inspiração de Edward Telles (2003a, 2003b) – que propõe uma classificação racial com fundamento na análise das relações verticais (poder socioeconômico) e das relações horizontais (sociabilidade) –, sugerimos a hipótese de que os nipo-brasileiros são interpretados ora como próximos aos “brancos” e ora como “não brancos”, a depender do contexto nas relações étnico-raciais no Brasil.

Na primeira condição (proximidade a brancos), são utilizados pela branquitude como “minorias positivas” (TSUDA, 2000, 2003), que ascendeu de forma meritocrática da condição inferiorizada de “perigo amarelo” e que devem servir de exemplo para outras minorias étnico-raciais. O argumento fomenta uma falsa simetria entre minorias que deslegitimaria as políticas afirmativas de cotas raciais para acesso ao ensino superior, por exemplo. Entretanto, argumentamos que essa interpretação desconsidera as múltiplas razões⁵⁰ que explicam a mobilidade dos nipo-brasileiros.

Já na segunda condição (não brancos), eles são tratados cotidianamente com discriminações entendidas como “piadas”, lembrando-os da condição de racializados. Os

⁵⁰ Ver Capítulo 2.2.

relatos de vivência escolar presentes nas pesquisas etnográficas⁵¹ indicam situações de racismo recreativo (MOREIRA, 2020) recorrentes no ambiente escolar. É exemplo o determinismo que naturaliza o bom desempenho do estudante nipo-brasileiro, criando uma expectativa infundada sobre aquele indivíduo.

Entendemos que a proposta de análise exposta ressalta como as classificações raciais, no contexto brasileiro, são ambíguas, fluídas e pode colaborar com o debate sobre a construção de identidade nacional e crítica à suposta democracia racial presente no país.

4.1 A FLUÍDA CONDIÇÃO DOS NIPO-BRASILEIROS NAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO BRASIL

A mobilidade econômica dos nipo-brasileiros fez com que estes se favorecessem dos benefícios simbólicos e materiais pela proximidade com os brancos. A proximidade, ainda, fez com que pudessem ser interpretados como uma minoria diferenciada de outros grupos minoritários “não brancos”, tais como indígenas e negros (pardos e pretos). Ao mesmo tempo que são diferenciados, também podem ser usados para comparação entre eles. Assim, percebemos um discurso do senso comum estruturado em uma falsa simetria (RIBEIRO, 2018) entre afro-brasileiros e nipo-brasileiros, que desconsidera as desigualdades historicamente criadas no Brasil (HAYASHI, 2019, 2022; OKAMOTO, 2021; SHIMABUKO, 2018).

Observamos esse tipo sofisticado de racismo no discurso meritocrático, que tenta deslegitimar políticas afirmativas de combate à desigualdade étnico-racial, tais como as cotas raciais para negros e indígenas no ensino superior, comparando esses grupos minoritários de forma injusta.

Refletindo sobre a posição dos nipo-brasileiros nas relações verticais (poder socioeconômico) e nas relações horizontais (sociabilidade), notamos que a ascensão econômica vertical dos nipo-brasileiros, no contexto nacional, é explicada por múltiplos fatores previamente tratados. Essa mobilidade faz com que sejam entendidos como uma “minoria positiva” (TSUDA, 2000, 2003) semelhante ao processo de “minoria modelo” que ocorreu nos Estados Unidos da América (LEE; ZHOU, 2015; LESSER, 2001, 2008).

⁵¹ Ver Capítulo 3.3.

Entendemos que esta mobilidade passa a ser instrumentalizada pela branquitude (BENTO, 2002) e por parcela de nipo-descendentes. A posição, como minoria modelo, é diferente da de outrora, quando os imigrantes japoneses eram vistos como ameaça e inassimiláveis, assim representando um “perigo amarelo”. Os membros do grupo passam a ser entendidos e se entenderem como bem-sucedidos e muito próximos aos “brancos”. Porém, ao considerar a integração nas relações horizontais (sociabilidade) de imigrantes japoneses e descendentes junto à sociedade majoritária brasileira, observamos que não se trata de um processo harmonioso, tal como sustentado pela ideia de “democracia racial” (FREYRE, 2003), vigente no senso comum (e igualmente reforçado por parcela dos nipo-brasileiros).

Ilustraremos a socialização tensionada, por meio de relatos sobre vivência escolar que expõem as discriminações étnico-raciais experimentadas por nipo-brasileiros (MORI, 2017). Essas situações são interpretadas como “piadas” e não discriminatórias.

Assim, levantamos a hipótese de interpretação de uma condição paradoxal dos nipo-brasileiros nas relações étnico-raciais brasileira: ora são lidos como “brancos” em determinados contextos (modelo de minoria de sucesso a ser seguido), ora como “não brancos” (em ordem cronológica: discursos eugenistas contrários à imigração, políticas de nacionalização forçada do Estado Novo e discriminações cotidianas entendidas como “piadas”). Ressaltamos, dessa maneira, como as classificações raciais, no contexto brasileiro, são ambíguas e fluídas e como a análise de nipo-brasileiros pode colaborar a confirmar esse fato, conforme veremos a seguir.

A ascensão econômica dos imigrantes japoneses e descendentes reforçou uma pretensa narrativa – e nesta se amparou – de integração harmoniosa, que, por sua vez, reforça o discurso de democracia racial no Brasil. Os nipo-brasileiros são interpretados como a minoria étnico-racial que “deu certo”, em um país de mesmas oportunidades para todos, fomentando o discurso de falsa simetria, quando comparados com a população indígena e negra do país. Atentamos que a ação desconsidera que a própria chegada dos imigrantes japoneses está situada em um contexto de políticas de branqueamento da população brasileira, no período posterior à abolição da escravidão. A democracia racial brasileira é um mito (FERNANDES, 2008) e é uma falácia crer que as oportunidades são iguais para os diferentes grupos étnico-raciais que compõem o país.

A falta de consciência histórica sobre o contexto da entrada de imigrantes japoneses é notada em grande parte da população (nipo-brasileiros inclusos). Essa política marginalizou negros ex-libertos, de forma a condená-los a uma existência precária e agravando as dificuldades de adaptação e de ajustamento ao novo estilo de vida econômico, social e político

da época (FERNANDES, 2008). É dentro deste contexto que observamos a chegada de imigrantes japoneses, sob condições plenamente diferentes, se comparada a outras minorias étnico-raciais. Fatores fundamentais – tais como a condição de trabalhador livre; a alta escolaridade dos imigrantes; o “orgulho da raça japonesa” que estimulava a autoestima e proporcionava senso de coletividade; e o associativismo, com apoio e com o investimento econômicos, tanto do governo japonês, como do brasileiro – colaboraram para a ascensão social desse grupo étnico-racial. É preciso entender este conjunto de variáveis (e outras, já elencadas neste trabalho), para explicar a complexidade subjacente tanto à ascensão econômica de nipo-brasileiros, como à marginalização de outros “não brancos”. Deve-se, é preciso frisar, evitar comparações de falsas simetrias entre as minorias étnico-raciais, ou seja, o fazer o uso instrumental de uma minoria contra outras.

Sugerimos a hipótese de que o entendimento dos nipo-brasileiros como minoria étnico-racial de sucesso está ligado à perspectiva sobre relações étnico-raciais centradas nas relações verticais (TELLES, 2003a; 2003b). A ascensão econômica – isto é, a mobilidade vertical desse grupo – acaba os tornando “brancos” para o senso comum, sendo instrumento para reforçar o mito da democracia racial e para subjugar a capacidade das outras minorias “não brancas”. Porém, ao pensar relações étnico-raciais quanto à socialização horizontal, compreendemos que os nipo-brasileiros não são lidos como “brancos”, já que são identificados relatos que expõem discriminações étnico-raciais no cotidiano.

Como forma de provocar reflexão sobre as relações verticais e horizontais envolvendo nipo-brasileiros no Brasil, ilustramos essa imagem (Figura 13):

Figura 13 - Postagem da jornalista Rachel Sheherazade sobre cotas raciais nas universidades brasileiras



Fonte: Sheherazade (2017)

A postagem foi feita pela jornalista Rachel Sheherazade (2017), com o intuito de criticar as políticas afirmativas de inserção de negros e indígenas no sistema de ensino superior brasileiro. Constatamos que foi grande a repercussão da publicação, pelos números de comentários, de compartilhamentos e de reações. Esse tipo de manifestação pública reflete como a branquitude faz uso dos nipo-brasileiros como “minorias modelo”, a ser comparada com outros grupos étnico-raciais. A figura pública afirma que os descendentes de imigrantes japoneses “tiram as vagas” dos outros, graças ao esforço meritocrático e apesar das condições “subumanas” que seus ancestrais viveram, e indaga por qual motivo indígenas e negros não poderiam fazer o mesmo.

A falta de consciência sobre o processo de integração dos “não brancos” na formação da identidade nacional é evidente na postagem, que promove uma falsa simetria entre os grupos. Explicamos, até o momento, as razões estruturais existentes para a mobilidade vertical de nipo-brasileiros – e o papel do Estado está incluso. De fato, o grupo étnico-racial recebeu maiores oportunidades; e sua ascensão acaba sendo utilizada para reforçar tanto a ideologia da democracia racial, como a ideia de branqueamento dos nipo-brasileiros. Afinal, na mentalidade da branquitude eles são tão bem-sucedidos como os “brancos”; e a raça não foi um impedimento para sua prosperidade.

A publicação de Sheherazade, ainda, é um exemplo dos “mecanismos societários que reproduzem as desigualdades raciais” (HASENBALG, 1979, p.20), acentuando o racismo e as

discriminações que se renovam e se tornam mais sofisticadas no período posterior à abolição de 1888. Tratar a mobilidade vertical de nipo-brasileiros de forma descontextualizada e racializada, comparando essa ascensão a uma suposta falta de “esforço” de outros grupos – sobretudo, indígenas e negros –, em um país com pretensas condições igualitárias (segundo a branquitude) é mais uma das expressões do racismo permanente, e cíclico, no país.

Além da deslegitimação das políticas afirmativas de cotas raciais, temos outros exemplos de formas de racismo que contrapõem minorias – tal como a narrativa da fundação do bairro da Liberdade, na cidade de São Paulo. A região tornou-se muito conhecida pela alta concentração de leste-asiáticos e de descendentes, apesar de, originalmente, ter sido ocupada majoritariamente por negros, bem antes mesmo da chegada dos imigrantes japoneses. O local em que atualmente se encontra a Praça da Liberdade era chamado de “Largo da Forca”, palco de execução de escravizados negros, a exemplo da figura histórica Francisco José das Chagas, o Chaguinhas. Acredita-se que o nome “Liberdade” surgiu exatamente do enforcamento de Chaguinhas (ABÍLIO, 2018). Porém, parte das lideranças nipo-brasileiras, em conluio com a administração municipal, promoveu (e continua promovendo) a gentrificação e o apagamento da presença africana e afro-brasileira da região, em lugar da criação de uma área turística estereotipada.

Cabe recordar que Telles (2003a; 2003b) afirmou que pardos são menos discriminados que pretos segundo os modelos de capital humano como também estão socialmente mais próximos aos brancos. Desse modo, os pardos estão mais propensos a benefícios simbólicos e materiais, inclusive de maior acesso ao patrimônio e a circuitos culturais. Esse fato ajuda a explicar o porquê de pardos serem menos propensos a se identificar como negros pertencentes a uma minoria étnico-racial. O processo de branqueamento também serve para pensar nipo-brasileiros que concordam com as formas de racismo aqui tratadas, pois muitos deles se valem da posição de minoria modelo para negociar privilégios em uma sociedade nacional inequivocamente pautada pela branquitude.

Ainda para Telles (2003a; 2003b), as distinções raciais feitas por outros indivíduos (independentemente da autoidentificação) são fundamentais nas interações sociais, e são diferenciações que, também, determinam as oportunidades ofertadas. As definições externas de raça são importantes, porque estabelecem poder e privilégios nas interações sociais para as pessoas de pele mais clara. Ainda mais quando, no Brasil, se acredita que as distinções raciais não são importantes e se aprende a interpretar “experiências de discriminação como sendo resultantes das diferenças entre as classes sociais e não decorrentes da raça” (TELLES, 2003b, p. 135). Os mesmos nipo-brasileiros que sustentam sua posição como “minorias modelo”,

esquecem que sua ascensão vertical é “valorizada” e instrumentalizada pela branquitude. Essa “valorização” não acontece de mesma forma em certos aspectos das socializações horizontais.

A forma como os imigrantes japoneses e descendentes são classificados racialmente é permanentemente dúbia (medo/admiração) e descreve a fluidez da leitura que se faz deles, ao serem tratados ora como “perigo amarelo” e ora como “minorias modelo”. No mesmo sentido paradoxal, nipo-brasileiros são, ao mesmo tempo, temidos e admirados. É exemplo dessa dubiedade a afirmativa de Collen Lye⁵² (2005 *apud* LESSER, 2008, p. 32), de que “perigo amarelo e minorias-modelo são melhor entendidos como dois aspectos da mesma e antiga forma racial”.

Portanto, é questionável a harmonia das relações étnico-raciais que envolvem os nipo-brasileiros na dita democracia racial brasileira. São dois os motivos principais que embasam essa refutação ideológica.

Primeiro, averiguam-se discriminação e violência que parcela majoritária dos nipo-brasileiros cometem com outras minorias “não brancas”. A postura não se restringiu ao período da primeira geração de imigrantes, sob influência da ideologia ultranacionalista japonesa, mas é reproduzida e reelaborada nas gerações posteriores de descendentes até atualmente.

Segundo, os nipo-brasileiros não são somente discriminados de forma positiva, isto é, tidos como exemplares, inteligentes, ordeiros, trabalhadores e outros valores. É possível identificar tratamentos preconceituosos e discriminatórios no dia a dia contra eles também. O *status* social – adquirido com a mobilidade vertical que garante maiores direitos e privilégios em determinados, mas não em todos os, contextos – foi apenas concedido pela branquitude, mas é retirado quando convém.

Telles (2003a; 2003b) afirma que as fluidas relações horizontais no país facilitam a dominação racial vertical. As distinções raciais não constituem necessariamente a base unidimensional da exclusão – por isso, a hipótese de um olhar atento e diferenciado para a socialização horizontal dos nipo-brasileiros, ainda que a mobilidade vertical seja instrumentalizada pela branquitude e por eles próprios. Durante as relações de socialização horizontal, notamos que os nipo-brasileiros não são lidos como “brancos”. Tanto assim que são identificados relatos que expõem preconceitos e discriminações. É comum tratar situações de discriminação étnico-racial contra nipo-brasileiros e descendentes como “brincadeiras”,

⁵² LYE, Collen. *America's Asia: Racial Form and American Literature, 1893-1945*. Princeton: Princeton University Press, 2005.

interpretação concebida pela maioria da população e até pelos próprios descendentes de japoneses.

As socializações horizontais que ocorrem ainda são comuns situações:

- de preconceito linguístico (ex: a associação à pronúncia de palavras, como “flango”);
- racializações constantes de figuras públicas asiático-brasileiras que ocorrem na mídia (“japonês da federal”, Leonardo Sakamoto e Kim Katagiri);
- a prática de *whitewashing*⁵³ ou de *yellowface*⁵⁴;
- a assexualização do homem asiático (pênis pequeno⁵⁵);
- a hipersexualização e a fetichização da mulher asiática-brasileira⁵⁶;
- categorização de homossexuais asiáticos como exclusivamente “passivos”, ou, ainda, a própria invisibilização desses indivíduos.

Todas essas tensões são de difícil interpretação para a maioria dos brasileiros, o que nos faz questionar: poderíamos interpretar essas situações de racialização como exemplos de racismo? Adilson Moreira (2009) explica que o racismo recreativo é cotidiano no país. Segundo o autor, os brasileiros tendem a fazer uso do humor utilizando ofensas raciais e entendendo como uma atividade recreativa. Recusam-se a interpretar esses atos como discriminação, pois isso seria contraditório à suposta cordialidade que marca as relações raciais da sociedade brasileira. A posição é falaciosa, uma vez que propaga a hostilidade racial.

Somamos aqui exemplos que indagam as supostas relações horizontais harmoniosas da democracia racial dentro do contexto educacional. Em 2017, realizamos entrevistas⁵⁷ para a elaboração de um artigo chamado “Tensões étnico-raciais no processo educacional: relatos autobiográficos de estudantes asiático-brasileiros”, partindo do pressuposto que o ambiente educacional define, destaca e exclui determinados grupos sociais, em detrimento de outros. São ações que se desenvolvem por meio de práticas pedagógicas e conteúdos didáticos, de

⁵³ “Embranquecimento”, em inglês. Prática que consiste em substituir personagens fictícios ou históricos não brancos pelo biotipo da cor branca (OSIRO, 2021).

⁵⁴ “Rosto amarelo”, em inglês. Prática que consiste em caracterizar atores, por meio de maquiagem, para que eles representem personagens asiáticos. O mais comum é acentuar a maquiagem na região dos olhos, para dar o efeito de olhos puxados. O termo se assemelha ao *blackface*, prática na qual atores brancos pintam o rosto para representar personagens negros (OSIRO, 2021).

⁵⁵ O homem amarelo é caracterizado por carecer de virilidade em função do suposto tamanho diminuto de seu pênis em oposição do homem negro que é retratado como indivíduo sexualmente bem-dotado (MOREIRA, 2019). A sexualização do homem negro foi previamente discutida por Fanon (2008).

⁵⁶ Ver LEE (2017).

⁵⁷ Ver apêndice A, B, C, D, E, F, G, H, I, J, K.

forma tanto explícita, quanto implícita. O próprio processo educacional e seus atores estão sujeitos a reproduzir ideologia e estereótipos. Interpretamos que, no processo educacional brasileiro, existem tratamentos preconceituosos e discriminatórios contra estudantes asiático-brasileiros, entre os quais se incluem os nipo-brasileiros. Os relatos de vivências escolares auxiliaram a identificar essas situações. Os dados foram coletados através de informantes voluntários que aceitaram participar da pesquisa, quando divulgada em grupos de Facebook nos quais se discutem as identidades asiático-brasileiras⁵⁸. Através da plataforma Google Forms, os voluntários responderam a perguntas objetivas sobre questionamentos étnico-raciais durante o período de escolaridade (dados quantitativos), como também descreveram relatos de vivência (dados qualitativos).

Por meio dos dados obtidos, verificamos que:

- A história e a cultura de asiáticos e de asiático-brasileiros não fazem parte das práticas pedagógicas;
- Há conteúdo estereotipado sobre asiáticos e asiático-brasileiros, tanto nos materiais didáticos, como nas práticas pedagógicas;
- A autoidentificação asiática e asiática-brasileira não foi estimulada no processo educacional;
- Profissionais (docentes, direção, equipe pedagógica e assim por diante) envolvidos no processo educacional não apresentam capacidade para debater questões étnico-raciais asiáticas e asiático-brasileiras;
- As situações de tensões étnico-raciais contra asiáticos e asiático-brasileiros acontecem em diferentes períodos de escolaridade;
- Uma parcela de informantes reagiu de forma contrária às discriminações contra asiáticos e asiático-brasileiros, o que questiona o estereótipo de submissão asiática;
- A reação de terceiras pessoas frente a uma situação de tensão étnico-racial contra asiáticos e asiáticos brasileiros, em sua maioria, foi favorável ou indiferente. Isso sugere a existência, ou falta de compreensão, do racismo recreativo contra asiáticos e asiático-brasileiros durante o processo educacional.

Abaixo, seguem trechos dos relatos de vivência escritos. As falas revelaram a existência de:

⁵⁸ Os grupos foram: *Perigo Amarelo*; *Grupos de estudos: asiáticos pela diversidade*; e *Estudos asiático-brasileiros*.

- Mito da minoria modelo (“*só porque é japonês*”, “*tinha que ser japonês*”, “*mate um asiático para passar no vestibular*”, “*enquanto você está, sei lá, tem um japonês estudando*”);
- Variedade de termos utilizados de forma pejorativos (“*japa*”, “*japoneusa*”, “*chinesinho*”, “*chinesinha*”, “*japa girl*”, “*jaspion*”, “*kamen rider*”, “*goku*”, “*xing ling*”);
- Agressões relacionadas a questão linguística com palavras enunciadas de forma errada propositalmente ou de forma aleatória (“*pastel de flango*”, “*tlinta*”, “*kamikaze*”, “*arigatou*”, “*sayonara*”, “*uma forma zombadora com sobrenome da pessoa (‘p. ex. ‘Hamanaka’ sendo chamado de ‘rabanada’, ou ‘Kaori’ por ‘caolho’, etc.)*”);
- Discriminações referentes ao fenótipo (“*puxavam o olho e apontavam pra mim rindo*”, “*perguntavam se eu conseguia enxergar alguma coisa por conta dos olhos*”);
- Discriminações referentes a sexualidade (“*blablabla porque você tem pinto pequeno*”, “*se os pênis dos meus amigos orientais são pequenos*”, “*gente perguntando se minha vagina é horizontal*”; “*tal pessoa ama japonesas ou só beija/namora japonesas*”; “*acreditam que a mulher asiática é mais dócil, submissa*”; “*achei que as japorongas fossem tudo santinhas*”, “*até que você tem corpo para uma japa*”; “*pior ainda é ser exótica e virar um prêmio pros caras que nunca pegaram uma oriental*”)
- Xenofobia (“*era comum mandarem eu ‘voltar’ para meu país*”; “*tive que ser transferida de sala porque juntaram quase todos os meninos e começaram a se juntar para me xingar e falar que eu deveria voltar para “a merda de onde eu vir (sic)”*”, “*(...) mas pede pro chine ali, qualquer coisa ele constrói pra você, também houveram vezes em que me chamavam de ‘escravo’*”.);
- Estereótipos deterministas sobre os asiáticos e descendentes (“*raça fria e ruim*”, “*por que todo asiático é chato, sério, sem sentimentos?*”)
- Homogeneização das etnias asiáticas (“*muitas vezes falavam “VOLTA PRA CHINA/JAPÃO/CORÉIA*”; “*generalizavam esses países da Ásia do leste sem nem mesmo saber qual era minha descendência*”; “*o ruim é que parece que uma experiência ruim com um asiáticos fazem algumas pessoas pensarem que todos são assim*”; “*japonês é tudo igual*”; “*constrangimentos relacionados a amizades com colegas da mesma etnia (exemplos: colônia japonesa da sala*”; “*yakuza*”));
- Despreparo de profissionais da educação para situações de discriminação (“*Professores já chamaram minha atenção para falar que eu não estava prestando atenção na aula. Falaram que não respondi a provocação porque não sabe falar português*”, “*(...) professor de Geografia (...) falou ‘Pára de rir! (ele achou que eu estava rindo do menino) Você que tem esse olho aí, não enxerga nada, não viu que tô te vendo também’* (...) a sala

inteira ainda riu”, “(...) a professora chegou a chamar minha mãe na escola para questionar o porquê de eu usar palavras japonesas e disse que isso prejudicaria minha alfabetização”, “(...) esse professor de matemática que zoava meu sobrenome que é Okubo. Sempre que tínhamos uma elevação ao cubo, ele escrevia meu nome, ao invés de 3 na lousa”, “já ouvi de um docente asiático-brasileiro comentários extremamente racistas sobre a própria aparência, exaltando o padrão europeu e desprezando seu traços orientais e negros”)

- Identificação com outras minorias étnico-raciais (“*meu grupo era composto pelos outsiders: um menino vesgo, um menino gordo, um extremamente magro, um que teve o rosto queimado num acidente, um menino judeu e uma menina que se drogava desde cedo*”, “*uma vez uma colega negra disse que ele a mandou voltar pra senzala*”)

Portanto, acreditamos que relatos autobiográficos que identificam tensões étnico-raciais no processo educacional são objetos passíveis de análise, uma vez que retratam vivências provocativas e nos questionam sobre o que poderíamos classificar, ou não, como racismo recreativo. Entendemos que discriminações étnico-raciais não podem ser silenciadas ou invisibilizadas do debate sobre a construção de identidade nacional. Um dos informantes questionou-se da seguinte maneira:

(...) Coisas que a princípio pareciam inofensivas, mas que reconstróem identidades sob um viés estereotipado e confuso para uma criança que ainda não se descobriu como pessoa. Ajudou-me a me manter confuso por muito tempo. Destruía minha autoconfiança. Quem eu era? Seria eu aquilo que me falavam? Ou seria eu um outro? Podia eu ser um outro? (Participante 6)

Esse tipo de indagação promove reflexões para situações de tensão existentes dentro do espaço escolar que, por ora, estão à margem de discussão. É uma forma de evidenciar que as relações de socialização horizontal de nipo-brasileiros (de e outras etnias asiáticas) não são tão harmoniosas como a suposta democracia racial sustenta.

Assim, concluímos – e reafirmamos – que, a depender do contexto, os nipo-brasileiros são lidos ora como “brancos”, e ora como “não brancos”.

Se os nipo-brasileiros estão acima em uma hierarquia racial pela análise das relações verticais que partem da desigualdade gerada pelas relações de poder socioeconômico, contraditoriamente, eles estão abaixo na análise das relações horizontais. Nestas, notamos que a socialização é tensionada, visto as interações sociais não são harmoniosas.

Argumentamos, dessa maneira, como as classificações raciais no contexto brasileiro são ambíguas e fluídas. Refletir sobre a posição dos nipo-brasileiros em relação a outros grupos pode instigar novas reflexões sobre a suposta democracia racial no Brasil.

4.2 PENSANDO A IDENTIDADE NIPO-BRASILEIRA ATRAVÉS DO ESTEREÓTIPO POSITIVO

Atentamos que existe, nos Estados Unidos da América, uma constante revisão do conceito de “minorias modelo”. Isso porque o termo homogeneiza a identidade dos variados descendentes de asiáticos de lá (“*Asian-American*”), como também diminui hierarquicamente outras minorias étnico-raciais, tais como latinos e negros (INVENTING, 2021; SUZUKI, 1977). Para além disso, notamos pesquisas utilizando outros conceitos, tais como o de ameaça dos estereótipos⁵⁹ (“*stereotype threat*”), para pensar as expectativas geradas pela ideia de minorias modelo (KNOW, J, KNOW, S., OVERTON-ADKINS, 2014).

De forma similar, esse esforço em expor uma heterogeneidade entre os descendentes de asiáticos, e ainda mais especificamente entre os nipo-brasileiros, ocorre no Brasil. Compreendemos que os estudos existentes sobre identidade nipo-brasileira citados anteriormente contribuíram muito, mas podem apresentar certas limitações. Procuramos evitar a limitação de identificação puramente homogênea do grupo étnico-racial. Como dito anteriormente (ver cap. 2.3.1), os conceitos de “aculturação”, de “assimilação” e de “integração” – bastante recorrentes no início dos estudos da imigração japonesa – foram sendo questionados, com o surgimento de novas pesquisas.

As teorias da etnicidade (BARTH, 1998) tornaram-se ferramentas teóricas para substituir o marcador “raça” por “grupo étnico”. No caso brasileiro, autores como Takeyuki Tsuda (2000, 2003) e Jeffrey Lesser (2001, 2008, 2015) puderam, graças à pesquisa de campo, trazer contornos ao grupo. Entretanto, é possível aferir certa limitação comum a teorias da etnicidade, isto é, o achatamento do grupo que invisibiliza sua heterogeneidade e a suposta premissa de que todos os indivíduos do grupo têm consciência sobre a própria identidade (VILLAR, 2004). Desse modo, nem todos os nipo-brasileiros se entenderão como um grupo

⁵⁹ Utilizando o conceito “ameaça dos estereótipos” (*Stereotype threat*) em âmbito nacional, podemos citar a pesquisa sobre o papel social que as narrativas veiculadas pelos produtos midiáticos exercem frente aos estereótipos de mulheres asiáticas amarelas em contextos ocidentais (AOKI, 2020)

étnico-racial de “sucesso” e aceitar a interpretação deles como “minorias positivas”, conforme classificado por Tsuda (2000, 2003). Igualmente, nem todos os nipo-brasileiros apresentarão “consciência étnica” inata e afirmarão sua identidade étnica como dizia Lesser (2001, 2008, 2015). A pesquisa sobre nipo-brasileiros de Nobuko Adachi (2014) tenta aprofundar a questão, contrariando análises do grupo como homogêneo.

A nossa própria revisão bibliográfica nos deu indícios da necessidade de pensar sobre a multiplicidade do grupo, quando notamos situações de tensões identitárias no processo educacional de nipo-brasileiros. Exemplo é a diferença geracional, no que se refere à concepção de educação (MORIWAKI; MICHIO, 2008, MORI, K., 2008).

Por meio da revisão bibliográfica dos estudos sobre identidade nipo-brasileira (ADACHI, 2004, 2014; KEBBE, 2008, 2012; MACHADO, 2011), ressaltamos o quanto as premissas dos estudos sobre etnicidade podem acabar invisibilizando a pluralidade existente dentro desse grupo. Em soma a essa produção, propomos a reflexão: o estereótipo positivo do estudante nipo-brasileiro não sustenta tanto um tipo de identidade nipo-brasileira estruturada na dita integração harmoniosa e de “sucesso” na sociedade brasileira, como, ao mesmo tempo faz emergir, um outro tipo de identidade sustentada na rejeição do estereótipo.

4.2.1 As tensões nas construções identitárias

Sugerimos que a interpretação crítica ao estereótipo positivo do estudante nipo-brasileiro é uma forma de evitar a criação de uma narrativa hegemônica e romantizada, que pode partir de fora do próprio grupo como de dentro dele (como visto nos capítulos 2 e 3). Esse movimento é perigoso, por poder criar uma história única (ADICHIE, 2018) e, assim, silenciar questões pertinentes à imigração japonesa no Brasil.

A revisão bibliográfica dos estudos sobre identidade foi contemplada, justamente para evitar a limitação de identificação puramente homogênea do grupo étnico-racial. "Aculturação", "assimilação" e "integração" - embora muito empregados no início dos estudos sobre a imigração japonesa - comprovaram-se como insuficientes. Tanto que recentemente proliferaram pesquisas que questionam a homogeneidade de identidade entre os imigrantes japoneses e descendentes (UENO; LUIZ, 2021) – e nossa pesquisa segue essa tendência. A revisão bibliográfica com ênfase na educação de nipo-brasileiros durante a imigração no Brasil forneceu os apontamentos que desenvolveremos agora.

A questão geracional não pode ser negligenciada; e, de fato, a tensão entre a primeira geração *issei* e a segunda *nissei* foi bastante intensa. Dentro do campo específico da educação, podemos identificar a mudança de concepção que os imigrantes japoneses tinham para seus descendentes no Brasil (MORIWAKI; MICHIO, 2008; MORI, K.; 2008).

A concepção “educação/formação do japonês” da primeira fase (anterior à Segunda Guerra Mundial) atenuou-se ao longo do tempo. Na segunda fase (posterior à Segunda Guerra Mundial), a concepção anterior veio a mudar para “formação de excelentes brasileiros *nikkei*”. Na terceira fase (da década de 1980 até o presente), veio a substituição pela “educação de um bom brasileiro *nikkei*”.

A educação dos descendentes de imigrantes japoneses no período anterior à Segunda Guerra Mundial é marcada nos anos iniciais (1908-1915) pela ausência das escolas japonesas comunitárias, devido ao entendimento, por parte do imigrante, que a empreitada no Brasil seria temporária. Aquele imigrante inicial negava terminantemente outras culturas e, por sua escolaridade ser, em geral, mais elevada do que a dos brasileiros⁶⁰ com quem mantinha contato, receava que seus filhos se tornassem “caboclos”. (TAJIRI; UCHIYAMA; YAMASHIRO, 1992).

Segundo Okamoto (2018), a preocupação em preservar a cultura e moral japonesa dos antepassados era quase uma obsessão, devido à ideologia ultranacionalista do sistema escolar vivido pelos imigrantes no país de origem. O imigrante manteve a ideologia de “lealdade ao império e amor à pátria” que fundava o princípio da unicidade do povo japonês.

Porém, o trabalho de colono nas fazendas de café mostrou-se praticamente um trabalho escravo, com difícil possibilidade de retorno. A falta de condições para a educação para os filhos causava inquietação. Os imigrantes, portanto, questionavam a hipótese da dificuldade de comunicação dos filhos, no retorno posterior ao Japão, o que seria uma vergonha, na condição de súditos nipônicos (KIYOTANI; YAMASHIRO, 1992, SUSSUMO, 1980).

A partir da década de 1920, vieram a surgir as colônias étnicas, após os imigrantes japoneses trabalharem sob contrato nas fazendas cafezeiras e adquirir independência financeira. Ao constituir uma colônia, os imigrantes organizavam uma associação de japoneses (“*nihonjin-kai*”), com o objetivo de confraternização e, sobretudo, de cooperação entre os associados. Isso incluía a construção de uma escola, a fim de educar os filhos como súditos

⁶⁰ Dados dos imigrantes que embarcavam no porto de Santos entre 1908 e 1932 indicavam a porcentagem de alfabetizados com idade superior a 12 anos e entre os japoneses o índice era de 89,9%. As outras porcentagens foram: italianos (71,36%), portugueses (51,7%) e espanhóis (46,3%).

nipônicos, ensinando-se a cultura, a língua e, portanto, o espírito japonês⁶¹ (KIYOTANI; YAMASHIRO, 1992).

Segundo Tsukamoto (1973), a mentalidade do imigrante japonês acabou por gerar tensões, pois a tendência nacionalista manifestou-se sob a forma de veneração e de saudosismo à terra de origem, dando margem ao surto de fenômenos fanáticos. A educação passou a ser fundamental para os imigrantes japoneses, que criavam grande expectativa sobre seus filhos. Estes deveriam se constituir como um prolongamento do japonês, o que seria possível através da educação moral e cívica ministrada por livros didáticos de língua e de origem japonesas. Desta forma, “a escola japonesa não é se não o lugar em que se adquire o espírito japonês pelo ensino da língua japonesa⁶²” (TSUKAMOTO, 1973, p. 27). O processo educacional resultaria na continuidade do sistema familiar japonês e no estímulo ao trabalho (TSUKAMOTO, 1973).

O fluxo de imigrantes japoneses ao Brasil também aumentou a partir da década de 1920, devido à nova modalidade de imigração, sob mais tutela do governo japonês. As “famílias compostas” foram substituídas pelas “famílias comuns”, e estas incluíam um alto contingente de crianças (*jun'nissei*)⁶³. A educação dessas crianças e das outras *nissei*, nascidas no Brasil (resultado da permanência dos imigrantes devido à impossibilidade de retorno), tornou-se grande preocupação dos *issei* (MORI, K., 2008)

A concepção de educação inicial dos *issei* também foi sendo alterada. Como agricultores independentes, passaram a adotar estratégia de médio e de longo prazos, bem diferente da situação anterior, como colonos, que pensavam a curto prazo. Essa mudança de mentalidade trouxe, conseqüentemente, o debate sobre a educação dos filhos. Discutiu-se sobre o modelo de educação “*wakon hakusai*”, que seria uma referência ao existente “*wakon yosai*”. O “*wakon yosai*” refere-se ao posicionamento surgido no processo de modernização do Japão após a restauração Meiji e significava “espírito japonês e habilidades/técnicas ocidentais”. O modelo “*wakon hakusai*” seria uma adaptação ao contexto brasileiro. Koichi Mori (2008, p. 81) resume:

⁶¹ Importante destacar que a necessidade de construir escolas foi impositiva visto que o governo brasileiro não construía escolas nem mesmo para as crianças brasileiras em idade escolar (DEMARTINI, 2012).

⁶² As escolas japonesas comunitárias no Brasil reproduziam o modelo educacional da terra de origem. Mantiveram-se rituais de cerimônia de início de aula, hino nacional japonês, reverência à imagem do imperador, declamação dos éditos imperiais sobre educação (SHIBATA, 1997).

⁶³ “*Jun'nissei*” ou “*jun nissei*” ou “*djun-nissei*” ou, ainda “*semi-nissei*” são termos que se referem às crianças imigrantes que chegavam ao Brasil sem ter concluído o ensino básico (MORALES, 2008)

O modelo “espírito japonês/técnicas brasileiras” nada mais era do que o processo de construção de uma etnicidade, com base em uma educação bilíngue, em que se discutia até que ponto permitir-se-ia a “assimilação” ao Brasil dos filhos nisseis ou das crianças imigrantes, que ensino priorizar, se baseado no japonês ou no português, que papel atribuir a cada uma dessas línguas ou como conjugar as duas, etc.

Embora intelectuais e altos representantes do governo japonês apoiassem a postura do “priorizar o Brasil e deixar o Japão em segundo plano”, o imigrante, em geral, manteve firme a identidade japonesa. A atitude da maioria é compreensível, em vista do que acontecia no Brasil, com o processo de nacionalização impositiva. A legislação brasileira da década de 1920 e dos anos iniciais da década de 1930 proibia o ensino do idioma estrangeiro a crianças com menos de dez anos idade, embora a lei fosse ignorada pelas colônias japonesas. Com o tempo, as escolas comunitárias japoneses tiveram de, obrigatoriamente, mudar seu registro para “Escola Mista Rural”, para continuar funcionando. A regulamentação tornou o ensino ministrado em português currículo regular; e o ensino em japonês, extracurricular. Além disso, foram nomeados somente professores formados, e nem sempre estes se acostumavam com os usos e costumes e com o ambiente, rústicos, das colônias. As aulas no período da manhã eram ministradas no sistema brasileiro; e as da tarde no sistema japonês. Porém, as diferenças entre o professor japonês e o brasileiro no tocante à disciplina, aos ideais e ao método de ensino poderiam fazer com que aquilo que foi aprendido no período da manhã fosse rejeitado na aula da tarde pelo estudante e vice-versa (KIYOTANI; YAMASHIRO, 1992, p. 127).

Desse jeito, destacamos o quanto conflituoso podia ser o processo educacional para os *nissei*. Segundo Koichi Mori (2008, p. 85), “os grupos escolares mistos – espaços para formar nisseis de ideais híbridos tinham os seus conflitos e confrontos de vários níveis”. Os motivos de conflito eram: a concepção de indivíduo híbrido – hifenizado, nipo-brasileiro, com “espírito japonês e habilidades/técnicas brasileiras”, tal como idealizado pelos imigrantes diferia – do modelo que o estado-nação brasileiro desejava. Portanto, a proposta de ensino bilíngue era dificultosa, visto que estudantes praticavam o português somente na escola; mas, em casa, praticavam a língua japonesa com empréstimos de termos em português (*konomia-go*⁶⁴), o que, por sua vez, era diferente da língua japonesa aprendido na escola. O uso de livros didáticos importados do Japão apresentava conteúdo que não era próximo à realidade efetivamente vivida pelos *nissei*.

⁶⁴ *Konomia-go* ou *Colônia-go* ou *Nissei-go*

O caráter repressor, por meio de intervenções do Exército e da polícia nas escolas e nos lares⁶⁵, “deixou marcas da arbitrariedade, da discriminação e, acima de tudo, da intolerância com as diferenças no espaço escolar e na sociedade brasileira” (DEMARTINI, 2012, p. 65). Paradoxalmente, a política de nacionalização do governo brasileiro, cerceando o ensino de línguas estrangeiras, acabou fortalecendo a obsessão do imigrante pela “educação e formação do japonês”. A pressão da política de adaptação à sociedade brasileira tornou a consciência étnica do imigrante mais forte (MORIWAKI; MICHIO, 2008). Porém, atenta-se, também, que, gradativamente, aumentava o número de *nissei* que contrariavam o posicionamento, “afastando-se dele e 'acablocando-se'” (HANDA, 1987, p. 598).⁶⁶

O *nissei* acabou exposto diretamente a conflitos, por estar dividido entre dois nacionalismos, tendo de se declarar ou como brasileiro ou como japonês⁶⁷. E “em meio a essa situação, foram se dividindo entre serem ‘brasileiros na sua intenção’ ou ‘japoneses na sua intenção’” (MORI, K., 2008, p. 87-88). Handa⁶⁸ (1966, *apud* MORIWAKI; MICHIO, 2008, p. 54-55) classifica três grupos: 1) aqueles que apresentam a mesma postura dos *issei* e *jun'nissei*. Enraizados na colônia, não questionavam a ideologia japonesa e eram proficientes em língua japonesa; 2) aqueles que não contrariavam abertamente a postura dos *issei*. Embora vivendo nas colônias, pensavam como os brasileiros, procuravam cumprir os deveres de brasileiros e tinham o nível ginásial ou colegial; 3) aqueles que se esforçavam para ter uma autêntica identidade brasileira, contrariando a formação do “espírito japonês”. Consideravam o Brasil como terra natal e eram estudantes universitários ou intelectuais com formação universitária⁶⁹.

Esse terceiro grupo de *nissei* – que procuravam integrar-se, ao máximo, à sociedade brasileira – virão a formar as lideranças descritas no capítulo anterior⁷⁰. Também são aqueles

⁶⁵ Muitos livros e diários escritos em japonês foram queimados, enterrados e não recuperados, representando uma perda irreparável de fonte documental para pesquisadores (MORALES, 2008)

⁶⁶ A diferença geracional entre os *issei* e os *nissei* que estariam “acaboclando” é bem retratada por Tomoo Handa (1987). Os *issei* acusavam os *nissei* e *jun'nissei* por não terem sensibilidade, nem perspicácia; por estarem “fora de foco”, por serem lerdos e desleixados. Os *issei* não queriam que os *nisseis* imitassem – e tampouco tivessem relações com – os “*keto*” (termo pejorativo para se referir aos não japoneses e não descendentes). Os imigrantes da primeira geração se irritavam com o fato de a seguinte geração não se identificar com eles próprios.

⁶⁷ A metáfora “os nisseis entre dois penhascos”, elaborada por José Yamashiro (1992), exprime bem a posição entre dois polos de identidades étnicas dos *nissei*.

⁶⁸ HANDA, Tomoo. Ima Nao Tabidji ni Ari – Aru Imin no Zui-sō (Ainda em viagem – Notas aleatórias de um imigrante). São Paulo: Livraria Sol, 1966.

⁶⁹ Apesar de serem poucos os *nissei* que se rebelaram contra o “espírito japonês” e a “consciência de ser japonês”, é importante destacar a ocorrência de um episódio chamado “incidente crisântemo” (“*kikka djikken*”) (MORIWAKI; MICHIO, 2008). Este acontecimento foi “um marco na história da colônia” (HANDA, 1987, p. 624) e exemplifica bem a conflituosa construção identitária do *nissei* frente ao modelo educacional desejado pelo *issei*.

⁷⁰ Ver Capítulo 2.2.3.

que fomentarão e personificarão o estereótipo do bom estudante nipo-brasileiro. Não obstante, como pudermos acompanhar, assumir esse posicionamento custou um grande atrito para com a geração imigrante anterior. Ou seja, o estereótipo do estudante nipo-brasileiro tido como positivo, na verdade, foi construído em um processo marcado por conflitos. É difícil, portanto, para o senso comum, vislumbrar tantos conflitos, uma vez que impera visão essencializada e positiva sobre a alegada “educação japonesa” (repita-se, fortemente influenciada pelo *nihonjinron*).

Considerando a complexidade do processo educacional de imigrantes japoneses e descendentes, demonstraremos, no subcapítulo a seguir, a diversidade entre os estudantes nipo-brasileiros. Apresentaremos exemplos que comprovam que o grupo não é monolítico, mas com uma multiplicidade de vivências educacionais.

4.2.2 Indícios de novas construções identitárias

Dissertar sobre uma “identidade nipo-brasileira” é uma árdua tarefa. Kebbe (2008) argumenta que termos correntes – tais como “identidade nipo-brasileira”, “comunidade nipo-brasileira”, “cultura japonesa”, “nipo-descendentes” e “*nikkei*” – são “categorias que há muito cristalizadas pela literatura em seus modelos abstratos, muitas vezes não encontram referentes no mundo real” (KEBBE, 2008, p. 14). O autor indica:

(...) não existe uma única “identidade nipo-brasileira” ou um tipo ideal weberiano do que seria um “*nikkei*” nos dias de hoje. Uma vez que, se pensarmos na produção de identidades de maneira processual, estas pessoas se pensam das mais variadas maneiras, nos mostrando que variáveis clássicas como raça, etnia, Estado-nação e identidade nacional apesar de presentes, (...), se pensadas isoladamente não são suficientes para a compreensão do problema (KEBBE, 2008, p. 132)

Esse alerta é preponderante, quando propomos analisar uma “identidade nipo-brasileira” extremamente complexa e multifacetada⁷¹.

⁷¹ Retomamos a explicação de que o uso do termo “nipo-brasileiro” nesta dissertação se justifica devido à sua consolidação dentro das pesquisas acadêmicas, mas com ressalvas. Estamos atentos que o termo possa talvez remeter às teorias do contexto de pesquisa estadunidense, onde se utiliza “*Asian-American*” (“asiático-

Procuramos, através da demarcação geracional, demonstrar como a geração *issei* e a geração *nissei* tinham concepções educacionais diferentes e construções identitárias igualmente distintas. O fato de parte da geração *nissei* defender a integração à sociedade brasileira, por meio de inserção no sistema educacional, fez com que se criassem estratégias de formação de lideranças e, conseqüentemente, de inserção política e econômica, em um contexto de exaltação da ideia de democracia racial no Brasil.

A mobilidade socioeconômica dessa geração de lideranças fez com que estas fossem a representação de grupo étnico-racial de “sucesso”, isto é, uma minoria modelo. Com base nisso, sugerimos que se passou a pensar a construção identitária das gerações seguintes como um processo “harmonioso”, visto que a geração anterior conseguira superar a conflituosa situação de estar dividido entre dois nacionalismos, sob a pressão de se declararem ou como brasileiros ou como japoneses. Afinal, não só a sociedade em geral interpretava o grupo como uma minoria modelo, que superou os conflitos e as turbulências do início da imigração e do período de nacionalização forçada. Os próprios nipo-brasileiros também encamparam essa ideia, reforçando a interpretação em datas celebrativas da “epopeia” da imigração japonesa no Brasil, amparando sua construção identitária pela ressignificação dos valores da educação ultranacionalista japonesa (OKAMOTO, 2018) e dando destaque a certos valores essencializados pela influência do *nihonjinron*.

Todavia, questionamos, novamente, o posicionamento desses nipo-brasileiros. Isso porque, em que pesem as relações verticais (poder socioeconômico), a construção identitária é legitimada pelo “outro”. O branco instrumentaliza a ascensão do grupo étnico-racial dos nipo-brasileiros como argumentação para desvalorizar políticas de cotas raciais de acesso ao ensino superior, comparando-se, injustamente com outras minorias, tais como indígenas e negros, e assim tornando os nipo-brasileiros “minorias modelo”. Em teoria, seria assumir um posicionamento hierarquicamente superior na sociedade brasileira (ainda que sob a tutela da branquitude). Entretanto, quando consideramos as relações horizontais (sociabilidade), o posicionamento se difere, uma vez que sofrem discriminações no ambiente educacional. A

estadunidense”), que é diferente do contexto brasileiro. Diante de outras possibilidades que possam contornar essa relação direta, algumas estratégias possíveis seriam a utilização de outros termos. Esses outros termos podem ser aqueles utilizados na linguagem nativa do grupo pesquisado. A pesquisadora Nobuko Adachi (2004, 2014) faz o uso do termo “japonês” para se referenciar aos descendentes de japoneses no Brasil, mesmo eles não sendo japoneses natos. Adachi, ainda, faz uso do termo em itálico durante seus textos e tem preferência por utilizá-lo, uma vez que é desta forma como descendentes de japoneses são chamados pelo senso comum no dia a dia.

superioridade observada nas relações verticais é desconsiderada nas relações horizontais. Percebemos, desta forma, que a construção identitária pode ser conflituosa.

De fato, a identificação de construções identitárias tensionadas entre os próprios nipo-brasileiros foi tornando-se comum nas pesquisas acadêmicas, que demonstraram, afinal, o processo não tão harmonioso quanto aparenta. Temos um grupo que não é monolítico; e o fenômeno decasségui trouxe a evidência de uma construção identitária processual. No Brasil, os nipo-brasileiros são vistos como uma “minoría positiva”; porém, no Japão, são discriminados e mesmo criminalizados, sendo vistos, de modo contrário ao verificado no Brasil, como uma “minoría negativa” por parte dos japoneses nativos (TSUDA, 2000, 2003).

Mais recentemente, novos estudos tornam mais evidente a multiplicidade da construção identitária de nipo-brasileiros e aprofundam a complexidade do processo. Adachi (2014) critica o conceito de “minoría positiva” de Tsuda (2000, 2003), por este fazer sugerir que há um admirado, que superou o *status* de “minoría negativa” de outrora, dentro da suposta democracia racial brasileira. O entendimento é falho, uma vez que parte da premissa da suposta inexistência ou da superada discriminação por raça no país e, conseqüentemente, faz com que parte dos próprios nipo-brasileiros não reconheçam as microagressões que sofrem. São microagressões que se averiguam, por exemplo, quando são chamados pejorativamente de “japoneses”, mesmo sendo brasileiros natos (os reduzidos apenas a característica física); ou, ainda, quando recebem gestos de puxar os olhos com os dedos; ou, por fim, quando escutam expressões – como “né?” –, de forma caricata e jocosa. O próprio Tsuda (2000, 2003) em pesquisa de campo no Brasil, não reconheceu situações de discriminação, a exemplo de quando foi chamado de “japonês”, em ambientes públicos, por nativos brasileiros desconhecidos. Adachi (2014, p. 69) ressalta o quanto “minoría positiva” ou “minoría modelo” são termos taxativos que partem do “outro”, e não do próprio grupo:

Being a positive minority or a model minority is not a subjective characteristic of a minority group, but is a perspective imposed upon them from the outside⁷²

A crítica de Adachi (2004) à interpretação de “minoría positiva” de Tsuda (2000, 2003) é pertinente, já que rejeita a discriminação que ocorre no Brasil, diante da permanente

⁷² “Ser uma minoría positiva ou uma minoría modelo não é uma característica subjetiva de um grupo minoritário, mas é uma perspectiva imposta a eles de fora” (ADACHI, 2014, p. 69, tradução nossa).

noção de “democracia racial”. Adachi (2004) considera que a discriminação que os nipo-brasileiros sofrem no Brasil e no Japão (como decasségus) pode ser classificada como “racialização diaspórica” (“*diasporic racialization*”), uma vez que não encontram um “lugar”, nem na nação de origem (Brasil), nem na nação ancestral (Japão).

Outro estudo que evidencia a multiplicidade de construção identitária nipo-brasileira é o livro *Japonesidades Multiplicadas*, organizado por Igor José Renó Machado (2011), no qual se aborda a diversidade da presença japonesa no Brasil e que demonstrou ser um bom encaminhamento teórico para pesquisas. A coletânea de textos apresenta variados autores argumentando que falar de uma “identidade nipodescendente”, de forma genérica e única, invisibiliza a diversidade do grupo. O conceito de “japonesidade” pode ser entendido como as condições dos sujeitos de serem japoneses “à sua maneira”. As múltiplas formas de japonesidades (não hierárquicas entre si) são as diferentes experiências japonesas no Brasil reportadas nos capítulos da obra. Desta maneira, a japonesidade tem contornos que podem ultrapassar o universo dos descendentes de japoneses, a exemplo dos casos de não descendentes que se “japonizam” através do *kendo* e da cultura pop japonesa (como no animê, no *cosplay* e no mangá). Portanto, o conceito de japonesidade se desdobra, abarcando “desde a “japonização” do não descendente até a “desjaponesização” completa do descendente” (MACHADO, 2011, p. 16).

A multiplicidade entre os nipo-brasileiros também é evidenciada por Laís Miwa Higa (2019), quando afirma que os estudos sobre raça amarela no Brasil são retomados “por uma geração de jovens descendentes do leste asiático na construção de uma identidade racializada e politizada” (HIGA, 2019, p. 6). São indivíduos têm formulado a categoria “asiático” para se referir a imigrantes e descendentes de toda a Ásia geográfica, incluindo desse modo, pessoas marrons do Sudeste Asiático e do Oriente Médio. A formação dessa militância asiática é marcada por algumas características, em que se destacam três: a preocupação com a solidariedade antirracista com pessoas indígenas e negras; o afastamento do nipocentrismo; e a mobilização na qual se que pensem a interseccionalidade, enfocando gênero, raça e sexualidade.

Essa militância asiático-brasileira também foi identificada por Marco Takashi Matsuda de Souza (2020, p. 130), que pontua:

(...) por serem relativamente jovens, as mobilizações da militância asiática, em especial no contexto brasileiro, buscam beber em outros movimentos sociais, como a militância negra, por esforços de se estruturar como um movimento social que

contemple diferentes clivagens: raça, sexualidade, gênero, classe, religiosidade, geração etc., ou seja, o protagonismo da perspectiva interseccional aliado às proposições anti-racistas e anticolonialistas.

Portanto, diante desse complexo contexto de novas identidades, reforçamos a necessidade de a academia acompanhar o debate já existente fora dela. Coletivos asiático-brasileiros vêm desenvolvendo uma discussão complexa sobre identidade, que merece atenção.

O coletivo asiático-brasileiro Labibe Yumiko promoveu dois minicursos de formação, *Do ópio à sopa de morcego* e *Racialização Amarela no Brasil*, sob o formato de encontros de estudos abertos, realizados de forma remota. As atividades foram conduzidas por Gabriela Shimabuko e por Yuri Ifuku (2021)⁷³, que, em suas apresentações, abordaram questões sobre identidade asiático-brasileira. As facilitadoras atentaram para pontos importantes, tais como as diferentes racializações dentro da própria racialização amarela, já que existem tratamentos e discriminações diferenciados entre descendentes de chineses e japoneses (por exemplo, a discriminação pelo termo “*xing ling*” é diferente daquela vindo do termo “japa”). Shimabuko e Ifuku também comentaram sobre a mabealidade da racialização amarela, o que torna necessário considerar aspectos diversos, tais como o local geográfico, o gênero e a sexualidade (informação verbal).

Os perfis das duas apresentadoras são sintomáticos para refletir sobre a possibilidade de não haja somente uma “identidade nipo-brasileira”.

Gabriela Shimabuko – acadêmica, escritora do *blog* nomeado como *Outra Coluna* e fundadora da página de Facebook *Perigo Amarelo* – se identifica como descendente de *uchinanchu* (okinawanos). Posicionar-se dessa maneira é diferenciar-se de uma ascendência japonesa – e a esta negar –, uma vez que demonstra consciência sobre a cisão entre os imigrantes vindos do Japão (*yamatonchu*) e imigrantes vindos do arquipélago Okinawa (*uchinanchu*), no contexto de imigração japonesa para o Brasil. Os primeiros viam os segundos como “japoneses não verdadeiros”, ou como “japoneses de segunda classe”. A discriminação ocorria não só entre os imigrantes, como também, de forma institucionalizada, pelo governo japonês, na culpabilização dos imigrantes de Okinawa pelas fugas nas plantações de café, no início do processo imigratório (MORI, K., 2003)⁷⁴.

⁷³ Informação fornecida por Gabriela Shimabuko e por Yuri Ifuku durante os dois minicursos *online*: *Do ópio à sopa de morcego* e *Racialização Amarela no Brasil*, Sem localização, 2020.

⁷⁴ Além de serem taxados de “preguiçosos”, os imigrantes okinawanos eram vistos como portadores de uma cultura e de comportamentos “primitivos” e “não higiênicos”. Diante da discriminação, as associações de

Yuri Ifuku se identifica como miscigenada (mestiça), descendente tanto de negros, como de amarelos – ou seja, como “afro-asiática”. Assumir a identidade de um corpo híbrido específico, amarelo e negro, implica ter de enfrentar uma racialização singular, na qual se é, constantemente, tratado como “exótico”. Laura Satoe Ueno (2020) – que pesquisou sobre casamento de amarelos com brancos e com negros – afirma existir uma naturalização da representação do casamento inter-racial de amarelos com o par amarelo e branco. A grande ausência de pesquisas que tratem do casamento entre amarelos e negros evidencia o tabu existente sobre esse perfil de casal⁷⁵. A autora, que procurou preencher essa lacuna, percebeu que há uma maior ansiedade social dos casais amarelo-negro em torno do nascimento dos filhos.

O *blog Amarelitude*, administrado por Poroiwak, contém textos com “reflexões sobre privilégio e racialização amarela”. Além da criação de conteúdo para o blog, Poroiwak oferece o *Curso Introductório Sobre Racialização Amarela*. Em um dos textos, intitulado “Privilégio Amarelo e o Colete Branco à Prova de Balas”, o autor reflete sobre as relações étnico-raciais no Brasil (AMARELITUDE, 2021):

Dito isso, ao falarmos de privilégio amarelo estamos necessariamente falando de privilégio branco, ou seja, do funcionamento normal do racismo estrutural.

Se o privilégio branco é feito à imagem e semelhança do colonialismo/racismo/genocídios-antinegitude-e-antindígena, o privilégio amarelo é feito à base do embranquecimento de nós amarelos no “ocidente”.

Se o privilégio amarelo não pode ser entendido como um privilégio “em essência”, em si e para si, devemos compreendê-lo como um subproduto dos desígnios da branquitude que, na prática cumpre a função social de legitimar o privilégio branco, normalizando a hierarquia racial que concede a nós, amarelos, vantagens socioeconômicas estruturais e bens simbólicos relativos, para que residualmente não nos esqueçamos da racialização e micro-agressões impostas: eis o imposto que pagamos à branquitude em troca da subserviência premiada.

imigrantes okinawanos passaram a estimular a normatização de comportamento do grupo, a fim de evitar sanções e julgamentos depreciativos à imigração okinawana. Um exemplo deste esforço de certo apagamento de identidade étnica foi o documento intitulado “Acordo mútuo de 14 itens” (maiores informações ver MORI, K., 2003; HIGA, 2015; SHIMABUKO, 2020).

⁷⁵ Outra autora que também trata de famílias nipo-brasileiras com membros miscigenados é Érica Rosa Hatugai (2018), na sua pesquisa sobre parentesco. A autora também afirma que o número de uniões entre amarelos e negros é reduzido e que este fato “mostraria em si maiores barreiras no parentesco japonês no tocante ao arranjo familiar entre nikkey e negros” (HATUGAI, 2018, p. 176).

Nessas reflexões, notamos o quanto a solidariedade antirracista com pessoas indígenas e negras compõe a construção de uma identidade nipo-brasileira autorreflexiva e questionadora.

Portanto, acreditamos que, cada vez mais, se torna mais evidente a complexidade da construção identitária nipo-brasileira, em um contexto de relações-étnico raciais marcado por tensões e por múltiplas possibilidades de recortes de pesquisa a serem desbravadas. Seria errôneo entender os nipo-brasileiros como um bloco monolítico e com construção identitária única e totalmente consciente do processo.

Uma possibilidade que buscamos apontar, com nossa pesquisa, é a revisão crítica sobre termos já estabelecidos, a exemplo de “minorias modelo”. Atentamos existir, nos Estados Unidos da América, uma constante revisão do mesmo conceito (DENSHO, 2021; LEE; ZHOU, 2015; SUZUKI, 1977; WU, 2014), uma vez que este homogeneiza a identidade dos variados descendentes de asiáticos de lá (“*Asian-American*”) com múltiplas origens, que abarcam uma multiplicidade de locais de culturas: Camboja, China, Coreia do Sul, Coreia do Norte, Filipinas, Índia, Japão, Malásia, Paquistão, Tailândia e Vietnã (podendo também somar aqueles com origem nas ilhas do Pacífico, Micronésia e Polinésia) (KNOW, J, KNOW, S., OVERTON-ADKINS, 2014). Entender os asiático-estadunidenses como minorias modelo também diminui hierarquicamente outras minorias étnico-raciais, como as latinas e as negras.

Pensando essas limitações proporcionadas pelo conceito de “minorias modelo”, as pesquisas em contexto estadunidense vêm utilizando outros conceitos – como a “ameaça dos estereótipos” (“*stereotype threat*”) –, para pensar as expectativas geradas, bem como os respectivos impactos gerados, sobre asiático-estadunidense (KNOW, J, KNOW, S., OVERTON-ADKINS, 2014).

Nota-se uma falta de produção acadêmica sobre as dificuldades enfrentadas por estudantes asiático-estadunidenses devido ao mito da minorias modelo. Por pressuporem ser um grupo de excelência acadêmica homogênea, problemas cruciais – como a falta de proficiência em inglês (segunda língua para muitos), barreiras culturais, discriminação e preconceito – são ocultados. A ideia de “minorias modelo” também impede que os próprios estudantes admitam seus problemas emocionais e acadêmicos, inibindo a procura por ajuda. Programas de apoio educacional disponíveis para estudantes de outras minorias, como afro-estadunidenses e latinos, não são disponíveis para estudantes asiático-estadunidenses em dificuldade de aprendizagem, devido à falsa premissa que não existam problemas educacionais no grupo (KNOW, J, KNOW, S., OVERTON-ADKINS, 2014).

Outros estereótipos são vinculados aos estudantes asiático-estadunidenses, tais como os de como serem excessivamente competitivos, ou de terem deficiência com sociabilidade. Valores culturais asiáticos – como ser uma pessoa reservada e silenciosa – são consideradas como menos desejáveis que os valores ocidentais – como a assertividade e o individualismo –, de forma a generalizar os estudantes asiático-estadunidenses como comunicadores limitados e, portanto, ináveis (KNOW, J, KNOW, S., OVERTON-ADKINS, 2014).

Os estereótipos também podem afetar o desempenho de aprendizagem de estudantes. O conceito de ameaça do estereótipo (“*stereotype threat*”) pode ser definido como um fenômeno no qual pessoas performam abaixo do esperado, devido ao medo de confirmar estereótipos sobre o grupo ao qual pertencem, como se fossem características próprias. O conceito foi cunhado por Steele e Aronson (1995 *apud* KNOW, J, KNOW, S., OVERTON-ADKINS, 2014)⁷⁶, em pesquisa sobre desempenho de estudantes afro-estadunidenses. Estes apresentaram uma baixa performance, quando foram conscientizados sobre a existência de estereótipos negativos sobre o grupo, diferentemente do desempenho de quando o mesmo estereótipo negativo não era salientado. O estudo provou como os estereótipos negativos afetam a capacidade real de estudantes e demonstrou, ainda, que o contexto social e a identidade de grupo exercem grande influência sobre o comportamento. De modo diverso, a pesquisa de Cheryan e Bodenhausen (2000 *apud* KNOW, J, KNOW, S., OVERTON-ADKINS, 2014)⁷⁷ demonstrou que estudantes mulheres asiático-estadunidenses apresentaram pior desempenho quando foi salientado o estereótipo positivo, sobre asiáticos, de excepcionais habilidades matemáticas e de concentração. As estudantes expressaram sentir pressão para confirmar um estereótipo com que as próprias não concordavam. Portanto, tanto estereótipos positivos como negativos afetam o desempenho de estudantes, constituindo “ameaças” para eles.

Pensando em nossa pesquisa, podemos traçar paralelos com os estudantes nipo-brasileiros. Okamoto (2018) já alertou como, nas famílias nipo-brasileiras, valores morais que apregoam a humildade e a submissão são tratados como qualidades positivas do caráter, em contraste à ousadia e ao arrojo e como isso pode influenciar negativamente no desempenho nos estudos e no mercado de trabalho.

⁷⁶ STEELE, C.M.; ARONSON, J. Stereotype threat and the intellectual test performance of African Americans. *Journal of Personality and Social Psychology*, n. 69, v. 5, p. 797-811, 1995.

⁷⁷ CHERYAN, S.; BODENHAUSEN, G.V. When positive stereotypes threaten intellectual performance: The psychological hazards of “model minority” status. *Psychological Science*, n. 11, v. 5, p. 399-402, 2000.

Também notamos, pelos relatos em trabalhos etnográficos, que parte dos próprios estudantes nipo-brasileiros, em alguns casos, rejeitam e problematizam o estereótipo positivo do estudante nipo-brasileiro no processo educacional. Não só passam a questionar a ideia de “minorias modelo”, como também a denunciar o racismo recreativo que sofrem.

Nesse sentido, destacamos, a seguir, pesquisas acadêmicas mais recentes que também têm apresentado questionamentos (INOUE, 2017; TANAKA; UENO; OLIVEIRA, 2018) assim como reportagens (DIAZ, 2021).

Vinicius Chozo Inoue (2017), em sua pesquisa no campo da comunicação social, abordou a naturalização do racismo antiasiático na sociedade digital brasileira. Segundo o autor, a pauta sobre o tema não é recente, mas ganhou novo fôlego no final de 2015 e no início de 2016, com o surgimento nas mídias sociais de grupos de discussão política que debatem a questão asiático-brasileira. Inoue cita aquilo que denomina como “canais de resistência”, a exemplo da página-grupo no Facebook *Perigo Amarelo*; do blog *Outra Coluna*; e dos grupos interseccionais “Plataforma LÓTUS” e “Asiáticos pela Diversidade”.

Inoue (2017) busca, com sua pesquisa, responder como seria possível esclarecer “que certas atitudes tidas como inofensivas são racistas e preconceituosas” (INOUE, 2017, p. 18). Assim, parte do estudo consistiu em produzir um projeto gráfico, com o objetivo de denunciar as mais comuns e usuais expressões do cotidiano utilizadas para tanto se referir a asiático-brasileiros no Brasil, como para emitir juízo de valor a respeito deles. O autor afirma que essas expressões

(...) estão naturalizadas e silenciadas nas estruturas sociais, que carregam contextos de discriminação, sarcasmo, dominação, supremacia, mitos e estereótipos, e que implicam na exotização, orientalização, generalização e achatamento de uma identidade e/ou de culturas (INOUE, 2017, p. 21)

O título e o conceito do projeto gráfico é “Abre o olho você!”, em alusão à piada de cunho racial direcionada a asiáticos e descendentes. Foram escolhidas as expressões mais “recorrentes, ambíguas, naturalizadas e simbólicas” (INOUE, 2017, p. 30), para ilustrar o projeto. Uma das expressões selecionadas foi “Tinha que ser japonês/oriental/asiático” (Figura 14) por:

reproduzir estereótipos da “minoría modelo”, apontar erros e acertos em uma dimensão racial, e desmerecer os esforços individuais frente a uma característica entendida como intrínseca da raça.

Figura 14 - Projeto gráfico sobre ofensas sofridas por asiático-brasileiros



A frase “Você desmerece todos os meus esforços pessoais e individuais” denuncia a angústia de estudantes nipo-brasileiros, por terem seus esforços minimizados pelo mito de minoria modelo, que, por sua vez, naturaliza o bom desempenho deles de forma determinista. Já as frases “Não é porque eu sou ‘japonês’ que sou bom em matemática” e “Eu posso nem gostar de matemática” rejeitam o estereótipo que relaciona diretamente estudantes asiáticos e descendentes com as áreas de exatas. O uso das aspas no termo pejorativo “japonês” é um sinal de rejeição à homogeneização do grupo asiático-brasileiro que desconsidera outras etnias.

O artigo “O uso da fotografia como meio de representação do racismo e preconceito contra descendentes de japoneses em Londrina – um relato de experiência – feito por Celina Yoshie Tanaka, por Jessica Yumi Ueno e por Katya Luciane Oliveira (2018)” – apresenta a visão de algumas das vítimas do preconceito contra descendentes de japoneses na região de Londrina. Segundo as pesquisadoras, como recurso metodológico para coleta de dados, foram realizadas entrevistas abertas com descendentes de japoneses da região, junto com o registro fotográfico. A escolha do uso da fotografia se deu por apresentar elementos importantes, tais como a expressão facial e a fotocomposição. Durante as entrevistas, os participantes puderam relatar casos de “preconceito, bullying, racismo, xenofobia ou assédio, por conta da ascendência japonesa” (TANAKA, UENO, OLIVEIRA, 2018, p. 293). O processo foi descrito:

A partir da fala do participante, as autoras a registravam por meio da fotografia, composta pelo voluntário e uma palavra ou frase característica do tema. Cabe destacar que todos os participantes consentiram expressamente na participação da pesquisa, bem como no uso das imagens oriundas dos registros fotográficos. (TANAKA, UENO, OLIVEIRA, 2018, p. 293)

A seguir, observamos os dados produzidos e destacamos as fotografias com a presença do estereótipo positivo do estudante nipo-brasileiro como forma de discriminação (Figura 15, Figura 16)

Figura 15 - Ensaio fotográfico com frases frequentemente ouvidas pelas vítimas do preconceito I



Fonte: Tanaka, Ueno, Oliveira (2018)

Figura 16 - Ensaio fotográfico com frases frequentemente ouvidas pelas vítimas do preconceito II



Fonte: Tanaka, Ueno, Oliveira (2018)

A frase “Sua nota não representa sua cultura” (grifo nosso). como referência a uma nota abaixo da expectativa de alta performance, demonstra como o senso comum relaciona uma suposta “cultura” nipo-brasileira diretamente ao “*ethos* japonês”, sendo este atrelado a elementos estereotipados, como disciplina, esforço, honestidade e ordem (ISCHIDA, 2010). Já a frase “Mata aquele japonês para garantir vaga na faculdade” é expressiva do racismo recreativo cotidiano nas relações de sociabilidade vividas em ambiente escolar por nipo-brasileiros.

Cabe indicar um aparte fora da produção acadêmica. A revista *Guia do Estudante* é uma publicação existente desde 1984 e tem como público estudantes no momento da passagem do ensino médio para o ensino superior. No *site* do periódico, encontramos a reportagem com o título “Preconceito amarelo: o que é e por que aumenta durante os vestibulares” e o subtítulo “Comentários como ‘Para entrar na USP, tem que matar um japonês’ são comuns na época de provas e escancara uma ferida não curada da sociedade brasileira”. Na matéria, aborda-se a discriminação contra asiático-brasileiros (Figura 17). O texto aborda ditos populares como “Para entrar na USP, tem que matar um japonês”, “Se tem um japa na sala, já pode desistir da vaga”, “Claro que ele passou, só tem olho puxado nos cursos de exatas”, para além de relatos de discriminação em escolas e em universidades.

Figura 17 - Reportagem sobre discriminação contra estudantes asiático-brasileiros



The image shows a screenshot of a news article from the website 'e guia do estudante'. The page has a blue header with social media icons (Facebook and Twitter) on the left and an 'ENTRAR' button on the right. Below the header is a navigation bar with a 'MENU' icon and a search bar containing 'ASSINE' and 'BUSCAR' with a magnifying glass icon. A secondary navigation bar lists categories: 'CURSO PASSEI', 'ENEM', 'ATUALIDADES', 'REDAÇÃO', 'DÚVIDAS DE PORTUGUÊS', and 'PODCAST MARCA TEXTO'. The article title is 'Preconceito amarelo: o que é e por que aumenta durante os vestibulares' under the 'Atualidades' category. Below the title is a sub-headline: 'Comentários como "Para entrar na USP, tem que matar um japonês" são comuns na época de provas e escancara uma ferida não curada da sociedade brasileira'. The author is 'POR LUCCAS DIAZ ATUALIZADO EM 8 MAR 2021, 19H30 - PUBLICADO EM 29 JAN 2021, 10H13'. The main image shows a young man with glasses sitting at a desk, working on a laptop. The image is credited to 'Getty Images/Reprodução'.

Fonte: Diaz (2021)

O texto da reportagem inicia com a afirmação de que o preconceito amarelo é um tema de relevância atual, sinalizando-se que foi tratado em uma novela televisiva. Em seguida, tenta definir o que seria o “preconceito amarelo”, explicando a ausência do debate devido ao fato de no Brasil existir uma “concepção binária de que ou branco, o que faz com que as populações amarelas sejam diluídas entre os brancos”. Soma-se também uma crença popular do “japonês bem-sucedido/inteligente/rico” no Brasil, o que torna o preconceito amarelo algo diferente do racismo contra pretos.

A combinação dessa crença popular com a diluição dos asiáticos como brancos no Brasil acaba contribuindo com um dos pilares do preconceito amarelo: a invisibilidade. O asiático acaba ficando sem lugar na sociedade brasileira, fazendo com que sua existência fique presa a certas associações e conviva de forma pacífica, mas não integrada (DIAZ, 2021)

No entanto, o autor alerta que essa invisibilidade do preconceito amarelo veio à tona durante a pandemia de Covid-19. E reporta os casos de discriminação ocorridos inclusive em ambiente educacional, como escolas e faculdades.

Nesses relatos da reportagem, notamos a presença do estereótipo positivo do estudante nipo-brasileiro e como ele é questionado por parte dos entrevistados. A estudante Tatiana Emy Bopu afirma que, no período de preparação para os vestibulares, os comentários e piadas de mau gosto se intensificam e que as pessoas ficavam “chocadas” quando ela falava que não tirava boas notas e a olhavam com sentimento de reprovação por não se enquadrar nos padrões esperado. A entrevistada fala sobre o desmerecimento dos amigos descendentes de asiáticos:

O que me deixava mais triste é ver meus amigos descendentes de asiáticos se matando de estudar para passar em algum vestibular e logo depois ouvir comentário como “mas você só passou porque é asiático” (BOPU *apud* DIAZ, 2021)

A entrevistada também alerta ser essencial “respeitar a individualidade, não desmerecer o esforço pelas conquistas pelo simples fato de a pessoa ser asiática” (BOPU *apud* DIAZ, 2021)

Em vista disso, concluímos que a discriminação contra asiático-brasileiros parece timidamente estar entrando em pauta no debate público, seja na academia, seja na mídia. Logo, propomos o questionamento sobre o surgimento de construções identitárias questionadoras que problematizem o conceito de “minorias modelo” e, conseqüentemente, o estereótipo positivo sobre o estudante nipo-brasileiro.

Nossa pesquisa procurou desenvolver como o estereótipo foi criado e consolidado, bem como também questionar se ele será perpetuado. Não temos a pretensão de trazer nada conclusivo. Contudo, apresentamos manifestações recentes por parte de estudantes nipo-brasileiros que questionam o dito estereótipo, sendo importante não invisibilizar esses indivíduos, em prol da manutenção de uma suposta, e determinista, interpretação de que os japoneses e seus descendentes sejam naturalmente “inteligentes” (minorias modelo).

Entendemos que a identidade nipo-brasileira é múltipla, é fluída e em processo. Cabe a nós trazer reflexões que colaborem para construções identitárias menos conflituosas, haja vista um contexto étnico-racial tão tensionado como o brasileiro.

Como procuramos destacar ao longo do texto, essa interpretação provoca falsa simetria com outras minorias e apenas fortalece a falsa concepção de democracia racial no país.

Por fim, atentamos que a análise sobre as relações étnico-raciais que envolvam nipo-brasileiros pode ser traiçoeira, caso não realizada de forma responsável. Maria Aparecida Silva Bento (2002) alerta para os “pactos narcísicos” presentes na branquitude. A autora atenta à reflexão imprescindível sobre “o lugar de onde fala o estudioso, do lugar de onde ele parte para fazer análises” (BENTO, 2002, p. 53). Bento aponta o silêncio, a omissão ou a distorção do papel do branco nas desigualdades raciais do país e como isso acaba sendo uma forma de reiterar, de forma persistente, as desigualdades uma vez que estas passam a ser entendidas como um problema exclusivamente do negro.

Bento (2002) ainda afirma que a discriminação racial tem por base a manutenção e a conquista de privilégios de um grupo sobre o outro independentemente se for intencional ou não. A discriminação tem uma relação dialógica:

(...) por um lado, a estigmatização de um grupo como perdedor, e a omissão diante da violência que o atinge; por outro, um silêncio suspeito em torno do grupo que pratica a violência racial e dela se beneficia, concreta ou simbolicamente (BENTO, 2002, p. 30)

Por isso, não questionar o papel do branco nas desigualdades tem forte componente narcísico, de autopreservação. O branco tem a si próprio como modelo universal e projeta sobre o outro as mazelas não se é capaz de assumir, isto é, seu papel na persistência das desigualdades (BENTO, 2002). A autora continua:

Talvez possamos ainda problematizar a noção de privilégio com a qual as pessoas raramente querem se defrontar, transformando-a rapidamente num discurso de mérito e competência que justifica uma situação privilegiada, concreta ou simbólica. Quando se deparam com informações sobre desigualdades raciais tendem a culpar o negro e, ato contínuo, revelar como merecem o lugar social que ocupam. (BENTO, 2002, p.46, grifo nosso)

As reflexões de Bento (2002) foram pontuais para a resolução do nosso incômodo inicial, previamente relatado, na pesquisa: o fato de termos proposto discutir sobre

discriminações contra asiático-brasileiros em pesquisa prévia, sem tratar apropriadamente da posição que nipo-brasileiros ocupam nas relações étnico-raciais no Brasil.

Falar de discriminações contra nipo-brasileiros nas relações horizontais – sem problematizar os benefícios e os privilégios adquiridos com o *status* concedido pela ascensão nas relações verticais – seria, em dialogia com a tese de Bento, uma forma de indignação narcísica (e, aqui, eu falo a partir de minha própria posição como nipo-brasileiro) e de propagação dos mecanismos de racismo.

A pesquisa buscou contornar esse problema, quando dissertamos sobre o papel do próprio nipo-brasileiro na formação e na consolidação do estereótipo positivo sobre o estudante nipo-brasileiro. Não discutir os privilégios que o grupo étnico-racial possui, seu papel na construção desse lugar e, ainda, fazer comparações de falsa simetria com outros grupos não brancos – tais como indígenas e negros – seria dar persistência às desigualdades étnico-raciais, tão perversas, do contexto brasileiro.

Esperamos – com as considerações expostas ao longo da pesquisa – ter fugido dessa armadilha “narcísica”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No começo da dissertação, ponderamos o incômodo inicial de termos proposto tratar sobre discriminações contra asiático-brasileiros, quando outras minorias étnico-raciais – tais como indígenas e negros – não detêm mesmo benefícios e privilégios. A tentativa de superação do incômodo nos levou a sugerir a interpretação da condição paradoxal dos nipo-brasileiros, pensando em relações tanto verticais, quanto horizontais (TELLES, 2003a; 2003b).

Os nipo-brasileiros ora são lidos como “brancos” em determinados contextos (modelo de minoria de sucesso a ser seguido) ora como “não brancos” (discriminações do racismo recreativo (MOREIRA, 2020). O grupo ascendeu em ascensão vertical, ocupando espaços de poder por meio de lideranças que personificaram a ideia de “minorias modelo”. Entretanto, o fato de os nipo-brasileiros serem entendidos como uma minoria modelo não impediu que sofressem discriminações na socialização horizontal.

Para demonstrar essa condição paradoxal, utilizamos o estereótipo positivo do estudante nipo-brasileiro.

A revisão bibliográfica dos estudos prévios sobre o estudante nipo-brasileiro demonstrou que existe um grande esforço em desconstruir a naturalizada relação – feita pelo senso comum – entre, de um lado, o bom desempenho escolar e, de outro, os nipo-brasileiros, quando se analisam fatores que favorecem o “sucesso” educacional do grupo étnico-racial. Muitas pesquisas apontaram para os fatores culturais, como os valores japoneses vindos com os imigrantes que foram repassados aos seus descendentes (CAMACHO, 2012; CANTO, 2008; GOLVEIA, 1972; SETOGUTI, 2008), o que proporcionou resultados importantes, como o alto índice de representatividade de nipo-brasileiros no ensino superior (BELTRÃO, 2005; BELTRÃO, SUGAHARA, KONTA, 2008).

Todavia, Shibata (1997, 2009, 2012, 2016) argumenta que a dinâmica familiar voltada para atender aos desafios do sistema escolar brasileiro acaba deixando pouco espaço para a evocação de tradições japonesas. Okamoto (2018, 2021), em sentido similar, atenta que os valores culturais importados do Japão passam por uma releitura e ressignificação, uma vez que se deslocam para um contexto outro. Os nipo-brasileiros entendem que os princípios morais japoneses adquiridos pela educação seriam valores fundamentais e, também, superiores aos de outras etnias. Esses valores explicariam, por si, os motivos de nipo-brasileiros serem exemplares “bons cidadãos” e o motivo de eles terem tanto êxito educacional, em comparação a outros grupos.

Corroboramos com a crítica de Okamoto (2018, 2021) entendendo que destacar somente o bom desempenho educacional tende a criar expectativas estereotipadas sobre estudantes nipo-brasileiros e uma falsa simetria (RIBEIRO, 2018), ao compará-los com estudantes de outras etnias.

Para não cairmos na injusta comparação de minorias étnicas, no Capítulo 2, acompanhamos a criação do estereótipo positivo do estudante nipo-brasileiro, com base na mudança da percepção, de negativa (perigo amarelo) para positiva (minorias modelo). Essa mudança é explicada por fatores para além da valorização da educação por parte dos nipo-brasileiros. Podem, assim, ser destacados: o papel do Estado japonês e brasileiro (SAKURAI, 1998, 2000, 2008; MAKINO, 2010); o associativismo; a formação de lideranças (TANIGUTI, 2012a, 2012b, 2015, 2016, 2019); e o *soft power* japonês (ARAUJO; OLIVEIRA, 2020; ISSHIKI, MIYAZAKI, 2016; KHUMTHUKTHIT, 2010). São fatores importantes para entender a mobilidade do grupo étnico-racial, considerando as relações de poder socioeconômico (relações verticais).

Ainda no Capítulo 2, a ascensão dos nipo-brasileiros é explicada por eles serem interpretados (e se interpretarem) como uma minorias modelo dentro do contexto de exaltação da democracia racial brasileira. Em um primeiro momento, posterior à Segunda Guerra Mundial e com a discriminação ainda latente, as lideranças nipo-brasileiras se inseriram em espaços de poder e decisão, assim positivando a imagem outrora negativa do grupo. Uma vez constituída a nova imagem de trabalhadores exemplares integrados a sociedade brasileira, passou-se a desenvolver a narrativa de empreendimento de “sucesso” da imigração japonesa (“epopeia”), muito influenciada pela singularidade japonesa, sintetizada no conceito de *nihonjinron* (ODA, 2011; PIRES, 2017). O estereótipo positivo sobre o estudante nipo-brasileiro seria parte desta narrativa de mudança da percepção negativa para positiva do grupo étnico-racial.

No Capítulo 3, ilustramos a consolidação do estereótipo positivo sobre o estudante nipo-brasileiro no imaginário nacional, que parte tanto dos descendentes de japoneses, sobretudo em publicações editadas em momentos celebrativos (ANDRÉ, 2009; KEBBE; MACHADO, 2008; UENO, 2021), quanto dos não descendentes, especialmente através da mídia. No entanto, observamos, por depoimentos de pesquisas etnográficas, que o estereótipo pode causar impactos negativos, o que demonstra que existe uma pluralidade de formas de construção identitária no grupo. Apesar de muitos nipo-brasileiros se relacionarem com valores tidos como fundantes da cultura japonesa – tais como a disciplina e o esforço

(ISCHIDA, 2010) –, não é possível generalizar que estes sejam comuns a toda a comunidade. Existem, inclusive, estudantes que criticam o estereótipo positivo.

De posse desse sentido de “contradição”, no Capítulo 4, propomos a reflexão de que o estereótipo positivo sobre o estudante nipo-brasileiro expõe uma coexistência conflituosa. De um lado, verifica-se um tipo de construção identitária estruturada na suposta integração harmoniosa e de “sucesso” na sociedade brasileira. De outro, também se demonstra outro tipo de identidade nipo-brasileira, questionadora sobre desigualdades e discriminações.

Demonstramos que a mudança de concepção de educação da geração *issei* para a da *nissei* foi um processo que gerou construções identitárias tensionadas (MORIWAKI; MICHIO, 2008; MORI, K.; 2008), mas, ao mesmo tempo, permitiu a formação de lideranças que fomentaram e personificaram o estereótipo do bom estudante nipo-brasileiro (identificadas, previamente, no Capítulo 2). No entanto, indagamos se o estereótipo persistirá, haja vista o surgimento de construções identitárias questionadoras sobre a ideia de minoria modelo (HIGA, 2019; MACHADO, 2011; MATSUDA, 2020).

Por fim, buscamos, nesta dissertação, refletir sobre o quanto a relação pesquisador e objeto diz muito da pesquisa. Dissertar sobre o estereótipo positivo do estudante nipo-brasileiro foi pensar sobre a construção da minha própria identidade (em constante desenvolvimento).

Penso que questionar a falta de consciência sobre a história e sobre diversidade de imigrantes japoneses(as) e seus descendentes, na condição de minoria étnico-racial, é somar à produção crítica sobre estudos étnico-raciais no país. A injusta comparação entre nipo-brasileiros e outros grupos não brancos – sobretudo indígenas e negras –, para tentar refutar políticas afirmativas de acesso ao ensino superior, foi apenas um exemplo de como a ideia de “minoria modelo”, sustentada na suposta democracia racial brasileira, fomenta formas sofisticadas de racismo, amparadas em discurso meritocrático. Em vez de comparar e de contrapor grupos étnico-raciais, devemos instigar análises que expliquem as respectivas especificidades históricas.

Ao aprofundar a especificidade da educação de nipo-brasileiros, não pretendi refutar as pesquisas que apontam os fatores culturais, sobretudo os valores japoneses, para explicar o “sucesso educacional” (CAMACHO, 2012; CANTO, 2008; GOLVEIA, 1972; SETOGUTI, 2008). Contudo, busquei estar atento à crítica de Shibata (1997, 2009, 2012, 2016) na qual se focou mais na dinâmica das práticas familiares, para ter um bom desempenho no sistema escolar brasileiro, do que na evocação de tradições japonesas. Tampouco tentei negar a existência de padrões culturais (BENEDICT, 2019) entre os nipo-brasileiros, especificamente

no que se refere à educação. Todavia, não se pode desconsiderar que certas análises, como as teorias do *nihonjiron*, caso sejam levadas à última instância, podem causar generalizações essencialistas, que invisibilizam a diversidade.

Afinal, o estereótipo positivo acerca do estudante nipo-brasileiro é prejudicial não só para ele mesmo, mas, também, para os outros estudantes de outras minorias étnico-raciais (OKAMOTO, 2021). Procurei colaborar para uma conscientização não apenas do descendente de japonês, mas de outros grupos. Acredito que o esforço possa servir para pensar e para propor futuros processos educacionais em que se compreenda a posição do “outro”.

Parto de um lugar dentro de uma minoria étnico-racial, mas consciente da paradoxal posição de privilégios e de discriminações que o nipo-brasileiro ocupa nas relações verticais e horizontais do contexto brasileiro. Foi reflexão que desenvolvi tentando fugir da armadilha dos pactos narcísicos da branquitude (BENTO, 2002). Ainda assim, busquei – e busco – estar atento ao quanto a identidade nipo-brasileira é múltipla, fluída e em processo. A minha também!

6 REFERÊNCIAS

- ABÍLIO, Ferreira. **A chama que não se apaga**. 2018. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/chama--que-nao-se-apaga/>>. Acesso em: 9 jul. 2021
- ADACHI, Nobuko. Japanese brazilians - a positive ethnic minority in a racial democracy. **Studies on Asia**, v. 4, series IV, n. 2, out. 2014
- ADACHI, Nobuko. Japonês: a marker of social class or a key term in the discourse of race?. **Latin American Perspectives**, ed. 136, v. 31, n. 3, p. 48-76, 2004.
- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras. 2018.
- ALBA, Richard; NEE, Victor. **Remaking the American Mainstream, Assimilation and Contemporary Immigration**. Cambridge. Harvard: University Press. 2003
- ALIANÇA CULTURA BRASIL-JAPÃO. **11 de agosto é o Dia do Ganbare (ガンバレの日)!**. 11 ago. 2020. Disponível em: <https://site.aliancacultural.org.br/11-de-agosto-e-o-dia-do-ganbare-%e3%82%ac%e3%83%b3%e3%83%90%e3%83%ac%e3%81%ae%e6%97%a5/>. Acesso em: 31 jan. 2023
- AMARELITUDE. **Privilégio Amarelo e o colete branco à prova de balas**. Disponível em: <https://amarelitude.medium.com/privil%C3%A9gio-amarelo-e-o-colete-branco-%C3%A0-prova-de-balas-5f285861e935>. 2021. Acesso em: 17 nov. 2022.
- ANDRÉ, Richard Gonçalves. A imigração japonesa no Brasil: história e memória, fronteiras e interpenetrações. **História e-história**, v. 1, p. 1-21, 2009.
- AOKI, Amanda Tiemi. **Asiáticas amarelas para além da minoria modelo: representatividade em narrativas contraestereotípicas**, 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Comunicação Social com habilitação em relações Públicas) – Departamento de Relações Públicas, Propaganda e Turismo da Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020
- ARAÚJO, Mayara. Além do animê: reality TV e o soft power japonês. **Revista Fronteiras**, São Leopoldo, v. 22, n. 2, p. 103-113, 2020.
- ARAÚJO, Mayara; OLIVEIRA, Alana. “Construindo o amanhã”: Cool Japan como recurso de soft power para a imagem do Japão nas Olimpíadas de 2021. **Revista Compólitica**, v. 10, n. 3, 2020.

- ASSUMPÇÃO FILHO, Milton Mira de; YOSHIDA, Ernesto. **Brasil-Japão: 100 Anos de Paixão**. São Paulo: M. Books do Brasil Editora, 2008
- BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. *In*: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1998.
- BELTRÃO, Kaizô Iwakami. Raça e fronteiras sociais: lendo nas entrelinhas do centenário hiato de raças no Brasil. *In*: SOARES, S. et al. (org.). **Os mecanismos de discriminação racial nas escolas brasileiras**. Brasília: IPEA; Rio de Janeiro: Ford Foundation, 2005.
- BELTRÃO, Kaizô Iwakami; SUGAHARA, Sonoe; KONTA, Ryohei. Vivendo no Brasil: características da população de origem japonesa. *In*: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Resistência e Integração: 100 anos de imigração japonesa no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.
- BENEDICT, Ruth. **O crisântemo e a espada: padrões da cultura japonesa**. Petrópolis: Editora Vozes, 2019.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. *In*: BENTO, Maria Aparecida Silva; CARONE, Iray. (orgs.). **Psicologia Social do racismo**. São Paulo, SP: Vozes, p. 28-63, 2002.
- BICUDO, Virgínia. Leone. Atitudes dos alunos dos grupos escolares em relação com a cor dos seus colegas. *In*: BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan (eds.), **Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo**. São Paulo: Unesco; Anhembi, p.227-310. 1955.
- CALDEIRA, Marina. Medo do vestibular leva adolescentes japoneses ao suicídio. **Folha de São Paulo**, São Paulo, ano 68, n. 21.627, p. 29, 19 jun. 1988. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=10269&anchor=4293298&pd=81657bf650a6e832b28180c887bc27d4>. Acesso em: 23 jul. 2021
- CARDOSO, Ruth Corrêa Leite. **Estrutura familiar e mobilidade social: estudos dos japoneses no Estado de São Paulo**. São Paulo: Primus, 1995.
- CARDOSO, Ruth Corrêa Leite. O papel das associações juvenis na aculturação dos japoneses. **Revista De Antropologia**, v. 7(1-2), p. 101-122, 1959
- CARVALHO, Diego Avelino de Moraes. **O martírio no sol poente: das agruras (e)(i) migratórias à formação de milícias ultranacionalistas no contexto do pós-guerra no Brasil – O caso da Shindo-Renmei (1868-1956)**. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiás, 2017.
- CAMACHO, Luiza Mitiko Yshiguro. Valores culturais japoneses presentes na educação dos nipo-brasileiros. *In*: KISHIMOTO, Tizuko Morchida; DERMARTINI, Zelia de Brito Fabri

(orgs.). **Educação e cultura: Brasil e Japão**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012, p. 91-106.

CANTO, Cristina. **Descendência japonesa e o bom desempenho em matemática: uma reflexão sobre as causas**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

CHIZOTTI, Antonio. **Pesquisas em ciências humanas e sociais**. 8. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2006

COTIDIANO. Fuvest comprova a fama dos asiáticos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, ano 81, n. 26.310, p. 7 abr. 2001. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=14951&anchor=50760&origem=busca&originURL=&pd=cd85355d87ca3c23d8e4fbff6d282fc0>. Acesso em: 23 jul. 2021

COTRIM, Aline de Sá. **Imigração e assimilação nos estudos sociológicos de Hiroshi Saito (1947-1964)**. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa Oswaldo Cruz-Fiocruz, Rio de Janeiro, 2016.

DEMARTINI, Zelia de Brito Fabri. Diferentes gerações e imigração: uma opção metodológica. *In: VI Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*, 2000, Porto. **Actas [...]**. Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras, 2000b.

DEMARTINI, Zelia de Brito Fabri. Japoneses em São Paulo: Desafios da Educação na Nova Terra. *In: KISHIMOTO, Tizuko Morchida; DEMARTINI, Zelia de Brito Fabri (orgs.). Educação e cultura: Brasil e Japão*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012, p. 23-46.

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. Imigrantes: entre políticas, conflitos e preconceitos. **Cadernos Ceru**, v. 21, n. 2, dez., 2010.

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. Marcas da guerra em terra distante: relatos de japoneses em São Paulo. **História Oral**, v. 7, p. 145-180, 2004.

DEMARTINI, Zelia de Brito Fabri. Relatos orais de famílias de imigrantes japoneses: Elementos para a história da educação brasileira. **Revista Educação & Sociedade**, n. 72, 2000a.

DEZEM, Rogério. **Matizes do “amarelo”**: a gênese dos discursos sobre os orientais no Brasil (1878-1908). São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005.

DEZEM, Rogério. **Inventário DEOPS, módulo 3 – japoneses, Shindô Renmei**: terrorismo e repressão. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial, 2000.

DIAZ, Luccas. Preconceito amarelo: o que é e por que aumenta durante os vestibulares. *In: Guia do estudante*, 8 mar. 2021. Disponível em:

<https://guiadoestudante.abril.com.br/atualidades/preconceito-amarelo-o-que-e-e-por-que-aumenta-durante-os-vestibulares/>. Acesso em: 15 nov. 2021

ESPECIAL BRASIL/JAPÃO. Comunidade de japoneses formam elite em São Paulo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, ano 75, n. 24.350, p. 10, 11 out. 1995. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=12946&anchor=492349&origem=busca&originURL=&pd=10e72b40ad9401aff8ccd83fe92dea45>. Acesso em: 23 jul. 2021

FANON, Franz. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**: o legado da raça branca, 5. ed. São Paulo: Globo, 2008.

FOVEST. Trabalho na faculdade. **Folha de São Paulo**, São Paulo, ano 83, n. 27.140, p. 1, jul. 2003. Disponível em:

<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=15781&anchor=5955605&origem=busca&originURL=&pd=e2f771929e2c475895003da263c0bc07>. Acesso em: 23 jul. 2021

FOVEST 90. 16% dos alunos da USP são de origem oriental. **Folha de São Paulo**, São Paulo, ano 69, n. 22.154, p. 10, 28 nov. 1989. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=10796&anchor=4096111&origem=busca&originURL=&pd=eaa4afea4347ad328b6b78e728a48f1a>. Acesso em: 23 jul. 2021

FOVEST 93. “Tigres asiáticos” já estão com meio corpo na reta de chegada. **Folha de São Paulo**, São Paulo, ano 72, n. 23.231, p. 4, 5, 9 nov. 1992. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=11872&anchor=4774458&origem=busca&originURL=&pd=c6b047a64159b74c49dc00f87f9d3bb8>. Acesso em: 23 jul. 2021

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal, 48. ed. São Paulo: Global, 2003.

GUIMARÃES, Antonio. A democracia racial revisitada. **Afro-Ásia**, 60, p. 9-44, 2019

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Classes, raças e democracia**. São Paulo: FUSP; Editora 34, 2002.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Formações nacionais de classe e raça. **Tempo Social**, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 161-182, ago. 2016.

HAGA, Elizabeth Yuko. **Nikkei: estrangeiro em seu país natal?** Um estudo sobre identidade, estigma e preconceito com filhos e netos de imigrantes japoneses. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia: Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

HANDA, Tomoo. **O imigrante japonês: história de sua vida no Brasil**. São Paulo: T.A. Queiroz, Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, 1987.

- HARADA, Kiyoshi (coord.). **O nikkei no Brasil**, 2. Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2009.
- HASENBALG, Carlos Alfredo. **Discriminação e Desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- HATANAKA, Maria Lúcia Eiko. **O processo judicial da shindo-remmei**: um fragmento da história dos imigrantes japoneses no Brasil. São Paulo: Annablume; Fundação Japão, 2002.
- HATUGAI, Érica Rosa. **Um corpo como fronteira**: parentesco e identificações entre descendentes nipônicos “mestiços”. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018.
- HAYASHI, Bruno Naomassa. Japoneses nas relações raciais brasileiras. In: Encontro Anual da ANPOCS, 43., 2019, Caxambu. **Anais [...]**. Caxambu, MG: ANPOCS, 2019. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/43-encontro-anual-da-anpocs/spg-6/spg24-4/11978-japoneses-nas-relacoes-raciais-brasileiras/file>. Acesso em: 9 jul. 2021.
- HAYASHI, Bruno Naomassa. Metamorfoses do amarelo: a imigração japonesa do “perigo amarelo” à “democracia racial”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 37, n. 108. 2022.
- HIGA, Laís Miwa. Feminismo asiático – “Eu achava que era branca”. In: Reunião de Antropologia do Mercosul, 13, 2019, Porto Alegre. **Texto completo**. Porto Alegre, RS: UFRGS, 2019.
- HIGA, Laís Miwa. **Umi nu Kanata – Do Outro Lado do Mar**: história e diferença na “comunidade okinawana brasileira”. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- INOUE, Vinicius Chozo. **A naturalização do racismo anti-asiático na sociedade digital brasileira**. Monografia (Bacharel em Comunicação Social – Publicidade e Propaganda) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017.
- DENSHO. **Inventing the “Model Minority”**: A Critical Timeline and Reading List. Disponível em: <https://densho.org/catalyst/inventing-the-model-minority-a-critical-timeline-and-reading-list/>. Acesso em: 22 jun. 2022.
- ISCHIDA, Camila Aya. **A experiência nikkei no Brasil**: uma etnografia sobre imaginários e identidades. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- ISSHIKI, Jaqueline Naomy; MIYAZAKI, Silvio Yoshiro Mizuguchi. Soft power como estratégia de marketing: a manifestação da cultura pop japonesa no Brasil. **Estudos Japoneses**, São Paulo, n. 36, p. 59-70, 2016.

KEBBE, Victor Hugo. **Um jornal entre Brasil e Japão**: a construção de uma identidade para “japoneses no Brasil” e “brasileiros no Japão”. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008.

KEBBE, Victor Hugo. **Na vida, única vez**: fabricando famílias e relacionamentos entre decasségus no Japão. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

KEBBE, Victor Hugo; MACHADO, Igor José de Renó. Kasato Maru – Mito do sucesso da imigração japonesa. In: Encontro Anual da ANPOCS, 32., 2008, Caxambu. **Anais [...]**. Caxambu, MG: ANPOCS, 2008. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/32-encontro-anual-da-anpo-cs/gt-27/gt25-15>. Acesso em: 29 dez. 2021

KHUMTHUKTHIT, Ploy. **A nova diplomacia pública do Japão**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida; DERMARTINI, Zelia de Brito Fabri (orgs.). **Educação e cultura: Brasil e Japão**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012

KIYOTANI, Masuji; YAMASHIRO, José. Do kasato-maru até a década de 1920. In: WAKISAKA, Katsunori (coord.). **Uma epopéia moderna**: 80 anos da imigração japonesa no Brasil. São Paulo: Hucitec / Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa, 1992, p. 63-135

KWON, Jimin; KWON, Soyen; OVERTON-ADKINS, Betty J. Stereotype threat on Asian American college students. **Asia Life Sciences**, v. 10, n. 1-11, 2014

KONIGAME, Maria Juliana. **O local e o global na comunidade nipo-brasileira**: um exercício sociológico sob o prisma dos jovens na cidade de São Paulo. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

LEÃO, Waldemar Carneiro. **A crise da imigração japonesa no Brasil (1930-1934)**: Contornos diplomáticos. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1989.

LEE, Caroline. **Feminismo Asiático**: Identidade, Raça e Gênero. 2017. Disponível em: <https://outracoluna.wordpress.com/2017/03/08/feminismo-asiatico-identidade-raca-e-genero-2/>. Acesso em: 9 jul. 2021.

LEE, Jennifer; ZHOU, Min. **The Asian American Achievement Paradox**. New York: Russel Sage Foundation, 2015.

- LESSER, Jeffrey. **A invenção da brasilidade**: identidade nacional, etnicidade e políticas de imigração. Tradução de Patricia de Queiroz Carvalho Zimbres. São Paulo: Editora UNESP, 2015.
- LESSER, Jeffrey. **A negociação da identidade nacional**: imigrantes, minorias e luta pela etnicidade no Brasil. Tradução de Patricia de Queiroz Carvalho Zimbres. São Paulo: Editora UNESP, 2001.
- LESSER, Jeffrey. **Uma diáspora descontente**: os nipo-brasileiros e os significados da militância étnica 1960-1980. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- MACHADO, Igor José de Renó (org.). **Japonesidades multiplicadas**: Novos estudos sobre a presença japonesa no Brasil. São Carlos: EdUFSCar, 2011.
- MAKINO, Rogério. **As relações nipo-brasileiras (1895-1973)**: o lugar da imigração japonesa. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.
- MIWA, Marcela Jussara. **Narciso no Império dos Crisântemos**: Interpretando o Movimento Shindo Renmei. São Paulo: Annablume, 2010
- MORALES, Leiko Matsubara. As escolas comunitárias nihongogakkô: ontem e hoje. In: KISHIMOTO, Tizuko Morchida; DERMARTINI, Zelia de Brito Fabri (orgs.). **Educação e cultura**: Brasil e Japão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012, p. 107-126.
- MORALES, Leiko Matsubara. **Cem anos de imigração japonesa no Brasil**: o ensino de japonês como língua Estrangeira. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2008.
- MORALES, Leiko Matsubara. O ensino de língua japonesa nas escolas comunitárias no período pós-guerra. **Revista Estudos Japoneses**, São Paulo, n. 31, p. 81-98, 2011.
- MOREIRA, Adilson. **Racismo Recreativo**, 4. ed. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2020.
- MORI, Koichi. Identity Transformations among Okinawans and Their Descendants in Brazil. In: LESSER, Jeffrey (org.). **Searching for home abroad**: Japanese Brazilians and Transnationalism. Middletown: Duke University Press, p. 47-65, 2003.
- MORI, Koichi. Transformação de modelo educacional de nissei na comunidade nikkei-brasileira: de Wakon-Hakusai-ron ao Hakkon-Wasai-ron. **Revista Estudos Japoneses**, São Paulo, n. 32, p. 69-98, 2008.
- MORI, Robson. **Tensões étnico-raciais no processo educacional**: relatos autobiográficos de estudantes asiático-brasileiros. 2017. Manuscrito

- MORIWAKI, Reishi; MICHIYO, Nakata. **História do ensino da língua japonesa no Brasil**. Tradução: Maria Emiko Suzuki; Fumiko Takasu. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.
- MOROKAWA, Yuho. **Os japoneses e seus legados**. 2. ed. São Paulo: Paulo's Comunicação e Artes Gráficas, 2015.
- MOTOYAMA, Shozo (org.). **A presença japonesa na América Latina**. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2011.
- NAKANE, Chie. **Japanese society**. Berkeley: University of California Press, 1970.
- NYE, Joseph Samuel. **Soft power**. Foreign policy. V. 90, n. 80, p. 153-177, 1990.
- NIPOBRASILEIROS. Direção: Alexandre Nakahara, Diego da Costa, Pedro Tinen. Produção: Maria Ligaya Abeleda Fujita e Monica Okamoto. Intérpretes: Edmundo Fujita, Maria Ligaya, Enio Fujita, Ronaldo Sardemberg, Beatriz Sano, Eduardo Fukushima, Yoshi Suzuki, Janaína Tokitaka, Oscar Nakasato, Mayura Okura, Gustavo Tanaka, Cecília Ishitani, Silvia Morimoto e Yukie Watanabe, Celso Kinjo, Leonardo Sakamoto, Beatriz Diaféria, Rogério Nagai, Emi Murano, Masato Ninomya. Roteiro: Alexandre Nakahara, Pedro Tinen. [S. l.]: Pietà Filmes, 2019. 9 episódios, son., color., websérie.
- NUCCI, Priscila. **Os intelectuais diante do racismo antinipônico no Brasil: textos e silêncios**. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2000.
- ODA, Ernani. Interpretações da “cultura japonesa” e seus reflexos no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, vol. 26, n. 75, p. 103-118, 2011.
- OGUMA, Eiji. A genealogy of “japanese self-images”. Melbourne: Trans pacific press, 2014.
- OKAMOTO, Monica Setuyo. A educação ultranacionalista japonesa no pensamento dos nipo-brasileiros. **Revista História da Educação**, Porto Alegre, v. 22, 2018
- OKAMOTO, Monica Setuyo. **A influência francesa no discurso brasileiro sobre o Japão: imigração, identidade e preconceito racial (1860-1945)**. São Paulo: Porto de idéias, 2016.
- OKAMOTO, Monica Setuyo. Mito da Minoria Modelo dos nikkeis e a Reprodução de uma Educação excludente. In: 2021 INTERNATIONAL CONFERENCE OF THE INSTITUTE OF IBEROAMERICAN STUDIES, 2021, Busan. **Proceedings [...]**. Busan: BUFS, p. 22-63, 2021
- OSIRO, Ricardo. O ator amarelo: imaginário asiático-brasileiro em cena. Dissertação (Mestrado em Artes Cênicas) – Programa de Pós-graduação em Artes Cênicas da Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021
- PEREIRA, João Baptista Borges. Os imigrantes na construção histórica da pluralidade étnica brasileira. **Revista USP**, São Paulo, n. 46, p. 6-29, 2000.

PEREIRA, Ronan Alves. Estudos japoneses no Brasil: antropologia/sociologia. *In: Encontro Nacional de Professores Universitários de Língua, Literatura e Cultura Japonesa*, 11., 2000, Brasília. *Encontro de Estudos Japoneses*, 1., 2000, Brasília. **Anais [...]**. Brasília: Universidade de Brasília/Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução/Área de Japonês, p. 97-100. 2000.

PIRES, Ricardo. O nihonjinron e o mito do excepcionalismo japonês (1950-1980). *In: Congresso Internacional de História*, 8, 2017. **Anais [...]**. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2017. p. 1673-1681.

PIRES, Ricardo Sorgon. Uma epopeia moderna - alguns apontamentos sobre a historiografia da imigração japonesa no Brasil, [20--]. Disponível em: https://www.academia.edu/download/55663914/Uma_Epopeia_Moderna.pdf. Acesso em: 3 abr. 2021.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2018.

SAITO, Hiroshi; MAEYAMA, Takashi. **Assimilação e integração dos japoneses no Brasil**. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Edusp, 1973.

SAITO, Hiroshi. **O cooperativismo e a comunidade**. Caso da Cooperativa Agrícola de Cotia. São Paulo: Editora Sociologia e Política; Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. 1964.

SAKURAI, Célia. A imigração dos japoneses para o Brasil no pós-guerra (1950-1980). *In: HASHIMOTO, Francisco; TANNO, Janete Leiko; OKAMOTO, Monica Setuyo (orgs.). Cem anos da imigração japonesa: história, memória e arte*. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

SAKURAI, Célia. Imigração japonesa para o Brasil: um exemplo de imigração tutelada 1908-1941. *In: Encontro Nacional da ANPOCS*, 22, 1998, Caxambu. **GT 9 MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS**. Caxambu: 1998

SAKURAI, Célia. **Imigração tutelada: Os japoneses no Brasil**. Tese (Doutorado em Antropologia) – Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

SASAKI, Elisa Massae. Nihonjinron - teorias da japonicidade. **Revista Estudos Japoneses**, São Paulo, n. 31, p. 11-25, 2011.

SASAKI, Elisa Massae. **O jogo da diferença: a experiência identitária no movimento de kassegui**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

- SASAKI, Elisa Massae. **Ser ou não Ser japonês?** A construção da identidade dos brasileiros descendentes de japoneses no contexto das migrações internacionais do Japão contemporâneo. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009
- SETOGUTI, Ruth Izumi. A tradição educacional entre os imigrantes japoneses e os nipo-brasileiro. *In: VIII Congresso Nacional de Educação (EDUCERE)*, 2008, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2008.
- SEYFERTH, Giralda. A invenção da raça e o poder discricionário dos estereótipos. **Anuário Antropológico**. v. 18, n. 1, p. 175-203, 1994
- SHEHERAZADE, Raquel. 19 de ago. de 2017. **Twitter**: @rachelsheherazade. 2017. Disponível em: <<https://twitter.com/rachelsheherazade/status/898838868127924225>>. Acesso em: 9 jul. 2021
- SHIBATA, Hiromi. A gestão da escolarização dos filhos: considerações sobre as experiências de escolarização bem sucedidas entre famílias de descendentes japoneses. **Revista Estudos Japoneses**, São Paulo, n. 32, p. 61-76, 2012.
- SHIBATA, Hiromi. Análise da relação família/escola entre descendentes de japoneses (1950-2000). **Revista Estudos Japoneses**, São Paulo, n. 36, p. 43-58, 2016.
- SHIBATA, Hiromi. **As escolas japonesas (1915-1945): a afirmação de uma identidade étnica**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.
- SHIBATA, Hiromi. **Da casa de pau-a-pique aos filhos doutores: trajetórias escolares de gerações de descendentes japoneses (dos anos 1950 aos anos 1990)**. Tese (Doutorado em História e Historiografia da educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- SHIMABUKO, Gabriela. Asadoya Yunta: da resistência ao amor pelo colonizador. **PROA Revista de Antropologia e Arte**, São Paulo, n. 10, v. 1, p. 86-100, 2020.
- SHIMABUKO, Gabriela. **Para além da fábula das três raças: uma introdução à percepção racial do amarelo e do japonês no Brasil**. Araraquara, 2018. Disponível em: https://www.academia.edu/37653157/Para_al%C3%A9m_da_f%C3%A1bula_das_tr%C3%AAs_ra%C3%A7as_uma_introdu%C3%A7%C3%A3o_%C3%A0_percep%C3%A7%C3%A3o_racial_do_amarelo_e_do_japon%C3%AAs_no_Brasil. Acesso em: 10 abr. 2021
- SHIMABUKO, Gabriela; IFUKU, Yuri. Mini-cursos online “Do ópio à sopa de morcego” e “Racialização Amarela no Brasil”, Sem localização, 2021

SHIRAISHI NETO, Joaquim Shiraishi; SHIRAISHI, Mirtes Tieko (orgs.). **Código Amarelo:** dispositivos classificatórios e discriminatórios de imigrantes japoneses no Brasil. São Luís: EDUFMA, 2016.

SHIZUNO, Elena Camargo. **Os imigrantes japoneses na Segunda Guerra Mundial:** Bandeirantes do oriente ou perigo amarelo no Brasil. Londrina: EDUEL, 2010. SOARES MOTTA, Felipe Augusto. Japanese Studies in Brazil: History, Present, and Prospects. **Osaka University Anthology of Transborder Cultural Studies**. v. 4, p. 17-32, 2021.

SOUZA, Marco Takashi Matsuda de. **A marca amarela:** produção artística como resistência na militância asiático-brasileira. Dissertação (Mestrado em Tecnologia e Sociedade) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2020.

SUGIMOTO, Yoshio; MOUER, Mouer. **Images Of Japanese Society**. Londres: Routledge, 2009.

SUPLEMENTO ESPECIAL BRASIL-JAPÃO. Na universidade o vestibular traz o novo mito do japonês aplicado. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, ano 99, n. 31.674, p. 28, 18 jun. 1978. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19780618-31674-nac-0187-epl-28-not>. Acesso em: 23 jul. 2021

SUZUKI, Bob H. Education and the socialization of Asian Americans: A revisionist analysis of the “model minority” thesis. **Amerasia Journal**, v. 4, n. 2, p. 23-51, 1977.

TAJIRI, Katsuo; UCHIYAMA, Katsuo; YAMASHIRO, José. Cresce o número de imigrantes. *In:* WAKISAKA, Katsunori (coord.). **Uma epopéia moderna:** 80 anos da imigração japonesa no Brasil. São Paulo: Hucitec/Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa, 1992, p. 137-147

TAKEUCHI, Marcia Yumi. **Japoneses:** A saga de um povo nascente. São Paulo: Companhia Editorial Nacional: Lazuli Editora, 2007.

TAKEUCHI, Marcia Yumi. **Imigração japonesa nas revistas ilustradas:** preconceito e imaginário social (1897-1945). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp. 2016.

TAKEUCHI, Marcia Yumi. **O perigo amarelo:** imagens do mito, realidade do preconceito. São Paulo: Humanitas, 2008.

TAKEUCHI, Marcia Yumi. **O perigo amarelo em tempos de guerra (1939-1945)**. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial do Estado, 2002.

TANAKA, Celina Yoshie; UENO, Jessica Yumi; OLIVEIRA, Katya Luciane. Uso da fotografia como meio de representação do racismo e preconceito contra descendentes de japoneses em Londrina. *In:* Congresso do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UEL,

1, 2018. Londrina. **Anais [...]**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2018. p. 291-297.

TANIGUTI, Gustavo Takeshy. Crédito entre imigrantes: experiências de tanomoshi-ko no bairro da Liberdade, São Paulo. **The Annual Report: Study of Nonwritten Cultural Materials**. v.8, 53-79, 2012a.

TANIGUTI, Gustavo. Candidatos de origem japonesa na política municipal paulista, 1947-1964. **Estudos De Sociologia**, v. 26, n. 50, p. 445-472, jan./jun. 2021

TANIGUTI, Gustavo. Entrecruzamentos entre atividade empresarial e experiência migratória no Brasil do século XX. O caso da Cooperativa Agrícola de Cotia (1927-1994). *In*: 40º Encontro Anual da Anpocs. ST31 Sociedade e vida econômica. Caxambu: Hotel Gloria, 2016.

TANIGUTI, Gustavo. Imigrantes japoneses e mercado de trabalho agrícola em São Paulo – 1908-1958. *In*: Encontro Estadual de História – ANPUH-SP, 21.,2012, Campinas. **Anais [...]**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2012b.

TANIGUTI, Gustavo Takeshy. **Imigração, política e cultura**: a trajetória empresarial da Cooperativa Agrícola de Cotia. São Paulo: Annablume, 2019.

TANIGUTI, Gustavo. Imigrantes, lideranças e inserção os filhos de japoneses na política 1947-1969. *In*: Encontro Regional Sudeste de História Oral, 9., 2015, Niterói. **Caderno de Resumos**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2015.

TANIGUTI, Gustavo Takeshy. O imigrante segundo as Ciências Sociais brasileiras, 1940-1960. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 20, n. 49, p. 142-196, set./dez. 2018.

TELLES, Edward Eric. **Racismo à Brasileira**: uma nova perspectiva sociológica. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003a.

TELLES, Edward Eric. Repensando relações raciais no Brasil. **Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política**, v. 1, n. 42 e 43, p. 131-159, jan./jul. 2003b.

TRUZZI, Osvaldo. Assimilação ressignificada: novas interpretações de um velho conceito. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 55, n. 2, p. 517-53, 2012.

TSUDA, Takeyuki. **Strangers in the Ethnic Homeland**: Japanese Brazilian Return Migration in Transnational Perspective. New York: Columbia University Press, 2003.

TSUDA, Takeyuki. **The Benefits of Being Minority**: The Ethnic Status of the Japanese Brazilians in Brazil. The Center for Comparative Immigration Studies, Working Paper, San Diego, n. 21, maio. 2000.

TSUKAMOTO, Tetsundo. Sociologia do imigrante: algumas considerações sobre o processo imigratório. *In*: SAITO, Hiroshi; MAEYAMA, Takashi. **Assimilação e integração dos japoneses no Brasil**. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Edusp, 1973, p. 13-31

UENO, Laura Satoe. **Amores (des)racializados**: um estudo psicossocial dos casamentos de amarelos com negros e brancos em São Paulo. Tese (Doutorado em Ciências) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

UENO, Luana Martina Magalhães. O duplo perigo amarelo: o discurso antinipônico no Brasil (1908-1934). **Estudos Japoneses**, São Paulo, n. 41, p. 101-115, 2019.

UENO, Luana Martina Magalhães; LUIZ, Leonardo Henrique. O campo historiográfico da imigração japonesa: alguns delineamentos. **Revista de História da UEG**, v. 10, n. 02, p. e022120-e022120, jul./dez. 2021.

VESTIBULAR 90 – SUPLEMENTO ESPECIAL. Respostas nada brilhantes. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, ano 110, n. 35.175, p. 7, 19 out. 1989. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19891019-35175-nac-0099-vtb-7-not>. Acesso em: 23 jul. 2021

VIDA&. Valores ajudam nipo-brasileiros. **O Estado de São Paulo**, ano 130, n. 42320, p. 31 ago. 2009. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20090830-42320-nac-30-ger-a31-not>. Acesso em: 23 jul. 2021

VIEIRA, Francisca Isabel Schurig. **O japonês na frente de expansão paulista**: o processo de absorção do japonês em Marília. São Paulo: Pioneira; EDUSP, 1973.

VILLAR, Diego. Uma abordagem crítica do conceito de “etnicidade” na obra de Frederik Barth. *In*: **Mana**, v. 10, n. 1, p. 165-192, abr. 2004.

WAKISAKA, Katsunori (coord.). **Uma epopéia moderna**: 80 anos da imigração japonesa no Brasil. São Paulo: Hucitec/Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa, 1992.

WU, Ellen D. **The Color of Success**: Asian Americans and the Origins of the Model Minority. New Jersey: Princeton University Press. 2014

YAMASHIRO, José. A campanha antijaponeses. *In*: WAKISAKA, Katsunori (coord.). **Uma epopéia moderna**: 80 anos da imigração japonesa no Brasil. São Paulo: Hucitec / Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa, 1992, p. 156-170

APÊNDICE A – ENTREVISTAS SOBRE TENSÕES ÉTNICO-RACIAIS NO PROCESSO EDUCACIONAL 1

Relato de vivência

34 respostas

A maior parte do preconceito que vivi durante o ensino fundamental foi relacionado ao estereótipos de orientais tímidos e submissos, tendo diversos professores e funcionários que me trataram com desdém, prevendo que eu não iria reagir. Já no ensino médio e cursinho, ouvi muitas piadas por parte dos professores sobre orientais

Nunca sofri preconceito/bullying/provocações/constrangimentos contra asiáticos e asiático-brasileiros porque, apesar de ser mestiça de sírio-libaneses, sou e sempre fui lida como branca. As únicas situações que acho que presenciei foram de microgressões, como chamar asiáticos de "japa".

Diversas vezes colegas "imitarem" meus olhos e me chamarem de xing ling. Professores já chamaram minha atenção para falar que eu estava quase dormindo e não prestando atenção na aula. "Não respondeu a provocação porque não sabe falar português." Não que seja preconceito, mas uma observação é que depois da entrada da pré adolescência só conversava comigo quem gostava de anime.

Já me excluíram de grupo de trabalho por alegações discriminatórias quanto a japoneses. Já escutei muitas piadinhas sem graça de colegas de classe e de professores, sobre pinto que nunca viram, sobre ser exemplo em matemática mesmo que não gostasse, sobre kamikazes que eu nunca vi, sobre sotaques que eu nunca tive. Coisas que a princípio parecem inofensivas, mas que desentrem e reconstroem identidades sob um viés estereotipado e confuso para uma criança ou adolescente que ainda não se descobriu como pessoa. Ajudou a manter-me confuso durante muito tempo. Destruía minha autoconfiança. Quem eu era? Seria eu aquilo que me falavam? Ou seria eu um outro? Podia eu ser um outro?

Puxavam os olhos e apontavam para mim, rindo. Me proibiam de participar de brincadeiras de teatro porque a personagem não era japonesa e etc.

APÊNDICE B – ENTREVISTAS SOBRE TENSÕES ÉTNICO-RACIAIS NO PROCESSO EDUCACIONAL 2

Relato de vivência

34 respostas

talavam / ou seria eu um outro / podia eu ser um outro /

Puxavam os olhos e apontavam para mim, rindo. Me proibiam de participar de brincadeiras de teatro porque a personagem não era japonesa e etc.

ter o nome pronunciado errado como forma de "brincadeira", dizer que a pessoa só consegue algo porque é asiático, "mate um asiático para passar no vestibular", dizer palavras aleatórias em idiomas asiáticos para ridicularizar a pessoa, dizer sílabas aleatórias como se estivesse falando uma língua asiática.

Sempre passei por situações em que ouvia "mas você não é japonesa o suficiente" e as mesmas pessoas acabavam me chamando de "japa", "japa paraguaia", "falsificada" e as vezes "chinesinha". Sempre me peguei no meio desse conflito em que as pessoas me definiam pelos meus traços asiáticos e estereótipos (e.g. japonesa nerd, gosta de matemática, olho puxado) e assim que eu manifestava qualquer coisa não brasileira era acusada de "não ser japonesa de verdade" e por isso não deveria me afirmar mestiça (nunca entendi a lógica dessas pessoas em querer negar a minha biracialidade).

No meu primeiro ano de escola, quando tinha 3 anos, a professora chegou a chamar minha mãe na escola para questionar o porquê de eu usar palavras japonesas e disse que isso prejudicaria a minha alfabetização - sendo que essas palavras eu aprendi com a minha família e até hoje usar elas significa muito para mim em relação ao meu vínculo com a minha descendência.

As piadinhas velhas de sempre, sobre japoneses roubarem sua vaga no vestibular, etc

Gritavam na rua "volta pro seu país", um professor da faculdade se referia ao japonês como "raça fria e ruim" meus colegas não iam comer em casa pois alegavam que eu comia coisas esquisitas

APÊNDICE C – ENTREVISTAS SOBRE TENSÕES ÉTNICO-RACIAIS NO PROCESSO EDUCACIONAL 3

Relato de vivência

34 respostas

Gritavam na rua "volta pro seu país", um professor da faculdade se referia ao japonês como "raça fria e ruim" meus colegas não iam comer em casa pois alegavam que eu comia coisas esquisitas

A pior situação que me lembro foi de um professor de Geografia que usava óculos quando eu estudei em uma escola particular (não me lembro exatamente em que série, talvez tenha sido na sétima ou oitava série). Lembro que ele estava chamando a atenção de um aluno, e ele achou que eu estava rindo da situação, mas eu estava falando com uma colega no momento, então não lembro o que ele estava falando para este aluno. De repente, ele olhou pra mim falou "Pára de rir! (ele achou que eu tava rindo do menino) Você que tem esse olho aí, não enxerga nada, não viu que eu tô vendo também." Eu não entendi porque ele falou aquilo. Só sei que eu fiquei com vontade de xingar até a terceira geração desse babaca. Eu não uso e nunca usei óculos de grau como ele, logo ele falou aquilo por puro preconceito. E a sala inteira ainda riu.

O mais comum era ser chamado de japa, ser considerado cdf, ser alvo de brincadeiras racistas. Demorei um pouco mais para perceber como questão racial a forma como as meninas preferiam se relacionar com brancos. Havia preconceito mesmo no sentido de esperarem que eu fosse um integrante desejável nos trabalhos em grupo, ou por parte dos professores, que esperavam não apenas boas notas, mas um comportamento discreto. No colegial percebi que meu grupo era composto pelos outsiders: um menino vesgo, um menino gordo, um extremamente magro, um que teve o rosto queimado num acidente, um menino judeu e uma moça que se drogava desde cedo.

Piadas sobre órgãos sexuais de asiáticos, sobre a sua suposta submissão, rebaixar descendentes leste

APÊNDICE D – ENTREVISTAS SOBRE TENSÕES ÉTNICO-RACIAIS NO PROCESSO EDUCACIONAL 4

Relato de vivência

34 respostas

drogava desde cedo.

Piadas sobre órgãos sexuais de asiáticos, sobre a sua suposta submissão, rebaixar descendentes leste asiáticos não-japoneses, estereótipos asiáticos no geral.

Piadas sobre terrorismo, sotaque. Me criticar sobre ser desorganizada (segundo a pessoa, todo asiático é organizado) e minhas notas. Diminuição do valor do meu esforço pela minha descendência. Assédio sexual voltado a minha etnia.

Várias provocações durante o período escolar; palavras ofensivas, pequenas agressões físicas como tentar empurrar da escada, jogar papelinhos e provocações. Nas ruas, em alguns comércios, até taxistas já fizeram brincadeiras ofensivas que me causaram desconforto.

Não foi no ambiente escolar, mas frequentemente jovens desconhecidos me chamavam de "japa", ou falavam "arigatou" rindo. Além de já ter ouvido várias vezes frases como "japonês é tímido/sério/quieto". O ruim é que parece que uma experiência ruim com asiáticos fazem algumas pessoas pensarem que todos são assim.

Desde que me conheço por gente ouvi o que todo descendente de asiáticos (neste caso, japoneses) já ouviu. "Japonês é tudo igual", "Abre o olho", "flango", "japonês ou é muito burro ou é muito inteligente", "japonesa do Paraguai" etc e também tudo que eu faço ser relacionado sempre a raça. O "ser japonesa" vem antes do ser Aline.

Chamado de japa, pasteleiro, Pinto pequeno, abre o olho, etc

APÊNDICE E – ENTREVISTAS SOBRE TENSÕES ÉTNICO-RACIAIS NO PROCESSO EDUCACIONAL 5

Relato de vivência

34 respostas

Chamado de japa, pasteleiro, Pinto pequeno, abre o olho, etc

Só com o contato com a temática de preconceito contra asiáticos e asiático-brasileiros que passei a reparar nas situações de forma mais clara, antes disso o preconceito passava despercebido, era descrito e visto como brincadeira, mesmo que me desumanizasse em certo sentido. Ninguém está isento do preconceito: eu, colegas, amigos, professores, diretores, coordenadores; é preciso ter isso em mente.

Durante o ensino médio todo, tinha esse professor de matemática que zoava meu sobrenome, que é Okubo. Sempre que tínhamos alguma elevação ao cubo, ele escrevia meu nome, ao invés do 3 na lousa. Eu não reclamava, quando criança, achava "normal" essa "brincadeira" com asiático, isso sempre foi tratado com tanta normalidade, que não tinha outra opção senão o sorriso amarelo para a cara do professor.

Ser considerado "nerd", escutar pessoas falando "abra os olhos", "como você tirou nota baixa se você é japonês?".

No ensino fundamental eu sentia que as pessoas me zuavam demais num geral, ninguém queria ser meu amigo e parece que me chamavam pra aniversários só por obrigação, porque nunca me senti bem recebida e não ser pelos pais das crianças. Me zuavam porque eu usava óculos e porque era baixinha, mas tinham várias outras crianças que eram baixinhas e usavam óculos também, e elas não eram zuadas, mas só parei pra pensar no posicionamento das pessoas depois que virei adulta e comecei a refletir mais sobre o preconceito com pessoas asiáticas. Durante a educação física também tinham pessoas que aproveitavam o momento esportivo pra jogar a bola em mim sem mais nem menos. Nunca tive amigos de verdade durante o colégio, acho que a maioria era interesseiro, porque segundo eles, nunca viram japoneses pobres (?).

APÊNDICE F – ENTREVISTAS SOBRE TENSÕES ÉTNICO-RACIAIS NO PROCESSO EDUCACIONAL 6

Relato de vivência

34 respostas

interessado, porque segundo eles, nunca viram japoneses pobres (?)

Não consigo citar uma só situação, então vou citar algumas.

1. Eu estudei numa escola particular onde tinha bastante criança chinesa e meu professor, no ensino médio perguntou mais de uma vez: "quem mais está incomodado com os chinesinhos?" Ele dizia isso bem cínico e parecia ter nojo. Uma vez uma colega negra disse que ele mandou ela voltar pra senzala.
2. Sempre que falam algo sobre a China todo mundo fazia questão de olhar pra mim, como se eu soubesse e representasse o país inteiro. Sempre era sobre algo "ruim" (como comer cachorro) e começavam a rir de mim.
3. Estava fazendo um trabalho que tinha escrever anotar num papel, era em equipe. Quando o professor chegou para orientar ele perguntou quem tinha escrito, falei que fui eu e ele disse "ah, a paciência oriental". Se fosse outra pessoa ele não teria dito isso. Já tive situações similares com ele e tenho uma colega descendente que tb passa a mesma coisa com ele.

- 1) Alunos e professores não entendiam porque eu ia tão mal em matemática e exigiam isso por ser mestiça de japoneses. 2) Alguns colegas me zueavam pelos meus olhos serem grandes e puxados ao mesmo tempo. 3) apelidos como japonesa, japa, ching ling, entre outros. 4) troca do R pelo L nas frases direcionadas a mim. 5) em aula de biologia, alunos perguntaram para o professor se eu tinha a vagina na horizontal. 6) me achavam muito brava e diziam que eu não poderia ser assim. 7) amigo meu (era bastante amigo mesmo) que era afim de mim, disse que procurava na parte "asiáticos" alguma mina parecida comigo.

Imúmeras "brincadeira" de maneira bem descontraída, sem perceberem que cada palavra era/é uma micro agressão e que a ferida aumenta a cada dizer. Tais como a maior das generalizações... "vc sabe isso que ele acabou de falar (professor) né japones? Claro q sabe..." e outras inúmeras deste tipo, ou então "ei eu estou com

APÊNDICE G – ENTREVISTAS SOBRE TENSÕES ÉTNICO-RACIAIS NO PROCESSO EDUCACIONAL 7

Relato de vivência

34 respostas

...mas, isso que aconteceu na parte... sempre alguma coisa aconteceu...

Imúmeras "brincadeira" de maneira bem descontraída, sem perceberem que cada palavra era/é uma micro agressão e que a ferida aumenta a cada dizer. Tais como a maior das generalizações... "vc sabe isso que ele acabou de falar (professor) né japones? Claro q sabe..." e outras inúmeras deste tipo, ou então "ei eu estou com sem compasso, vc pode me emprestar? Desculpe também estou sem, mas pede pro chines ali, qualquer coisa ele constrói pra vc", também houveram vezes em que me chamavam de "escravo"... enfim para este n precisa de exemplos.

Tudo isso sem considerar os "mais leves", por exemplo... "blablaba pq vc tem pinto pequeno", "tinha q ser japonês", "cade o flango?" Ou então "fala pastel de flango", "pq todo asiático é chato, sério, sem sentimentos...?"
//// "Japonês é tudo igual", ou "não vejo diferença entre japones, chines, coreano, e qualquer outro asiático são todos iguais".

Era comum mandarem eu "voltar" para o meu país. Muitas vezes falavam "VOLTA PRA CHINA/JAPÃO/CORÉIA", generalizavam esses países da Ásia do Leste sem nem mesmo saber qual era a minha descendência. Puxavam os seus próprios olhos para debochar de minha aparência. Perguntavam se eu conseguia enxergar alguma coisa por conta dos meus olhos. Diziam que éramos ignorantes (de comportamento) e que a nossa culinária deveria ser nojenta pois "comemos cachorro, rato e barata" (?). Já gritaram expressões que não fazem sentido e tampouco existem tentando "imitar" a nossa língua como deboche. Nunca tiveram real interesse na minha descendência, tudo que queriam saber era como xingar em coreano.

Vai ficar extenso demais se eu continuar.

Diversas. Já teve vez que tive que ser transferida de sala porque juntaram quase todos os meninos e

APÊNDICE H – ENTREVISTAS SOBRE TENSÕES ÉTNICO-RACIAIS NO PROCESSO EDUCACIONAL 8

Relato de vivência

34 respostas

Vai ficar extenso demais se eu continuar.

Diversas. Já teve vez que tive que ser transferida de sala porque juntaram quase todos os meninos e começaram a se juntar para me xingar e falar que eu deveria voltar para "a merda de onde eu vir", sem contar com piadas maldosas em relação a minha aparência e a cultura. Professores levando críticas de frases xenofóbicas e racistas para o pessoal e desconfiando no meu rendimento em sala, professores tentando me expulsar da escola por acreditar na minorias modelo e eu não ter dado bom dia a ele, professor que me falou que sou uma decepção por não ser boa em exatas, coordenadora dizendo que tinha "síndrome de perseguição" porque chorava todo dia por passar esse tipo de situação, entre outros.

Quem falar até sobre sua vida sexual, não tenho nome ou identidade. Eu sou um resumo chamado "japa", que sou obrigada a ser inteligente e se eu não sou, não represento meu país, que eles não sabem qual é. Pior ainda é ser exótica e virar um prêmio pros caras que nunca pegaram uma oriental

Quando pequena sempre tive que escutar as famosas piadas de "pastel de fiango", sempre fui chamada de Neusa, todo mundo que me via puxava os olhos, enfim, coisas do gênero. No Centenário da Imigração Japonesa minha escola fez uma festa pra comemorar tal data e promoveu várias atividades. Na época eu tinha achado legal porque finalmente estavam fazendo algo relacionado a minha etnia. Nos meus 13 anos comecei a me tocar que tudo aquilo era patético e eu era motivo de piada lá dentro. Foi horrível. Com 14 anos acabei indo morar em SP e foi aí que eu me senti totalmente oprimida. To no meu último ano de colégio e ainda preciso escutar coisas ridículas, gente perguntando se a minha vagina é na horizontal igual aos meus olhos e se o penis dos meus amigos orientais são pequenos. Eu sou fetichizada e ridicularizada pelos amigos do meu namorado (ocidental).

Por ser escola privada e vários asiáticos em sala de aula, o preconceito não foi exagerado, foram mais

APÊNDICE I – ENTREVISTAS SOBRE TENSÕES ÉTNICO-RACIAIS NO PROCESSO EDUCACIONAL 9

Relato de vivência

34 respostas

Por ser escola privada e vários asiáticos em sala de aula, o preconceito não foi exagerado, foram mais piadinhas de mal gosto

Os mais comuns acho que são: Abre os olhos, arigato/sayonara, japa girl, pastel de fiango, sua vagina é em pé ou deitada, japonês tem pinto pequeno, volta pra sua terra, fora ofensas sobre a comida... Também vários outros constrangimentos que englobamos como fetichização da mulher asiática (e no caso dos homens, o apagamento do homem asiático), no caso da mulher, nunca somos representadas na mídia como mulheres brasileiras, somos sempre levadas a acreditar que nosso corpo nunca será bom o suficiente, digo, não somos tão curvilíneas como as "brasileiras". O que nos resta é ter que aceitar pessoas nos dizendo como temos que agir, porque acreditam que a mulher asiática é mais dócil, submissa, temos que nos comportar de acordo com o que as pessoas acreditam do estereótipo que fazemos parte.
Exemplos: "Sempre quis ficar com uma japa" "Ooooo japinha, que boca suja, hein" "Achei que as japongas fossem tudo santinha" "Até que vc tem corpo pra uma japa"

Boa sorte com a pesquisa!

Pode usar o meu que eu coloquei na resposta do seu post do grupo da ApD. Se precisar que eu desenvolva mais é só me chamar no inbox também :)

Fui desqualificada em uma entrevista de emprego por ser asiática. Era vaga para vendedora de roupas em uma loja de shopping.

Durante o Ensino Fundamental e Médio as situações de preconceito vieram principalmente de colegas de sala,

APÊNDICE J – ENTREVISTAS SOBRE TENSÕES ÉTNICO-RACIAIS NO PROCESSO EDUCACIONAL 10

Relato de vivência

34 respostas

Durante o Ensino Fundamental e Médio as situações de preconceito vieram principalmente de colegas de sala, com estereótipos quanto à minha capacidade intelectual (menosprezando o meu esforço e dedicação por ser asiática, como se fosse uma obrigação ser boa já que sou descendente de japoneses), em relação à minha aparência física (p.ex. já comentaram como eu sou bonita para uma japonesa, perguntaram se eu consigo enxergar normal devido aos "olhos puxados", etc). Já no ambiente universitário, vi colegas asiáticos terem apelidos relacionados ao fato de serem descendentes, de forma que reduz a pessoa apenas à esse fato, às vezes de forma depreciativa (p.ex. chamar de "flango", "tlinta") e às vezes uma forma zombadora do sobrenome da pessoa (p.ex. Hamanaka sendo chamado de Rabanada, ou Kaori por Caolho, etc). Há professores também que insistem em tentar pronunciar meu nome de forma incorreta durante a chamada e, apesar de eu nunca ter corrigido, meu nome é o único que o docente insiste em tentar pronunciar toda aula (não há nenhuma outra Beatriz na sala, por que ele insiste em pronunciar meu sobrenome? Pode ser exagero meu, mas isso me incomoda bastante). Além disso, já ouvi de um docente asiático-brasileiro comentários extremamente racistas sobre a própria aparência, exaltando o padrão europeu e desprezando seu traços orientais e negros. Em todos esses ambientes eu também convivi com a fetichização de pessoas asiáticas, ouvindo comentários sobre como tal pessoa ama japonesas ou só beija/namora meninas japonesas, etc, pelos meus colegas de turma. É possível que tenham ocorrido mais situações, mas essas são as que me recordo agora.

No fundamental, eu não podia fazer amigos porque era diferente e ninguém queria andar comigo. Passaram os anos e no ensino médio eu de repente era a entidade "asiática", mais inteligente por causa do meu fenótipo, que merecia ser morta para que outras pessoas tivessem a chance de passar no vestibular. Se eu levantasse a mão para responder uma pergunta do professor, o mesmo não me atendia para que outros pudessem responder, assumindo que eu responderia certo de qualquer forma.

APÊNDICE K – ENTREVISTAS SOBRE TENSÕES ÉTNICO-RACIAIS NO PROCESSO EDUCACIONAL 11

Relato de vivência

34 respostas

da pessoa (p.ex. Hāmanaka sendo chamado de Rabanada, ou Kaori por Caolho, etc). Há professores também que insistem em tentar pronunciar meu nome de forma incorreta durante a chamada e, apesar de eu nunca ter corrigido, meu nome é o único que o docente insiste em tentar pronunciar toda aula (não há nenhuma outra Beatriz na sala, por que ele insiste em pronunciar meu sobrenome? Pode ser exagero meu, mas isso me incomoda bastante). Além disso, já ouvi de um docente asiático-brasileiro comentários extremamente racistas sobre a própria aparência, exaltando o padrão europeu e desprezando seu traços orientais e negros. Em todos esses ambientes eu também convivi com a fetichização de pessoas asiáticas, ouvindo comentários sobre como tal pessoa ama japonesas ou só beija/namora meninas japonesas, etc, pelos meus colegas de turma. É possível que tenham ocorrido mais situações, mas essas são as que me recordo agora.

No fundamental, eu não podia fazer amigos porque era diferente e ninguém queria andar comigo. Passaram os anos e no ensino médio eu de repente era a entidade "asiática", mais inteligente por causa do meu fenótipo, que merecia ser morta para que outras pessoas tivessem a chance de passar no vestibular. Se eu levantasse a mão para responder uma pergunta do professor, o mesmo não me atendia para que outros pudessem responder, assumindo que eu responderia certo de qualquer forma. De forma geral, sinto que houve uma despreocupação no meu processo de ensino por parte dos educadores, que assumiam que eu já sabia a matéria e negligenciavam meu desenvolvimento.

Constrangimentos relacionados a aparência (principalmente sobre os olhos de asiáticos - exemplo: "abre o olho, japonês"). Constrangimentos relacionados a amizades com colegas de mesma etnia (exemplos: "colônia japonesa da sala", "Yakuza"). Constrangimentos relacionados a capacidade intelectual (exemplos: "japoneses são mais inteligentes, precisam estudar menos", "faz essa conta de matemática pra mim", "mate um japonês para garantir sua vaga na faculdade pública")